

Plano de Ação para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Paraíba:

Sub-Regiões Vale da Fé e Vale Histórico

PADES-VP



Secretaria de Desenvolvimento Econômico
2022

Plano de Ação para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Paraíba: Sub-Regiões Vale da Fé e Vale Histórico PADES-VP 2022

2022

Governador
Rodrigo Garcia

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE

**Secretária de Desenvolvimento
Econômico**
Bruno Caetano

**Coordenadora de Desenvolvimento
Regional e Territorial – CDRT**
Adriana Tedesco Telerman

Secretário Executivo
Thiago Rodrigues Liporaci

Assessoras
Claudia Cerqueira do Nascimento
Vera Lucia Hidalgo Secco
Maria de Fátima Infante Araujo

Chefe de Gabinete
Jorge Tatino Junior

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPT

Diretora Presidente do IPT
Liedi Légi Bariani Bernucci

Diretor de Operações
Adriano Marim de Oliveira

Diretora de Inovação e Negócios
Claudia Echevengua Teixeira

Diretora IPT Open
Claudia Caparelli

Diretora Financeira e Administrativa
Flávia Gutierrez Motta

**Unidade Cidades, Infraestrutura e
Meio Ambiente – CIMA**
Diretor Técnico: Fabrício Araújo Mirandola
**Seção de Planejamento Territorial,
Recursos Hídricos, Saneamento e
Florestas – SPRSF**
Gerente Técnica: Sofia J. A. M. Campos

**Coordenadoria de Inteligência de Mercado
e Estratégia – CIME**
Coord.: Cristina Rodrigues de Borba Vieira

Unidade de Energia – EM
Diretor Técnico: João Carlos Savio Cordeiro
**Laboratório de Bioenergia e Eficiência
Energética – LBE**
Gerente Técnica: Adriana Garcia

COORDENAÇÃO

Priscilla Moreira Argentin

Autores (em ordem alfabética)

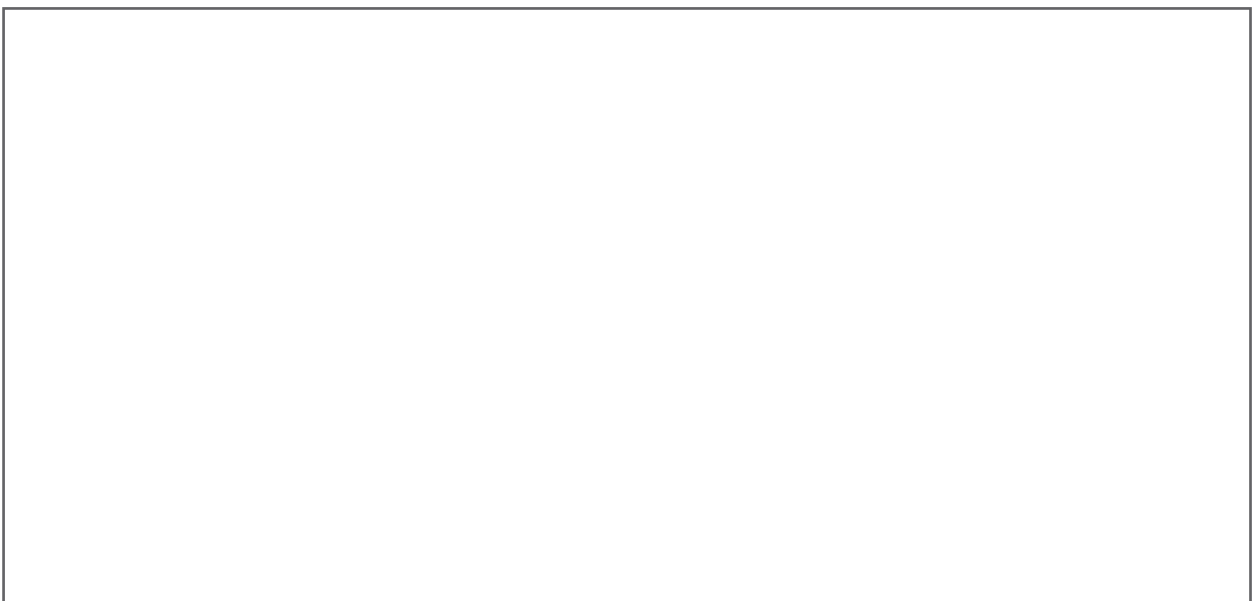
Ana Paula de Souza Silva
Arthur Thury Vieira Fisch
Brauner Geraldo Cruz Junior
Caio Coradi Momesso
Carlos Geraldo Luz de Freitas
Carlos Tadeu de Carvalho Gamba
Caroline Almeida Souza
Estela Regina de Oliveira Damato
Juliana Thais Oliveira de Carvalho
Luiz Gustavo Faccini
Luiz Henrique Apollo da Silva
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz
Marília Migliorini
Marsis Cabral Junior
Miguel Matteo
Paulo Brito Moreira de Azevedo
Priscila Ikematsu
Priscilla Moreira Argentin
Sinoel Batista
Sofia Julia Alves Macedo Campos
Tamara Ilinsky Crantschaninov
Thomas Thury Vieira Fisch

Apoio Técnico

Ana Maria A. Dantas Marins
Edna Gubitoso

Diagramação e Arte Final

Carlos Tadeu de Carvalho Gamba



LISTA DE SIGLAS

ABAV - Associação Brasileira das Agências de Viagens
ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
AgemVale - Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Alesp - Assembleia Legislativa de São Paulo
Amavap - Associação de Amigos das Serras da Mantiqueira e do Mar e do Vale do Paraíba
AmVale - Associação de Municípios do Vale do Paraíba e Litoral Norte
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
ANT - Área Natural Tombada
APA - Área de Proteção Ambiental
APL - Arranjo Produtivo Local
APP - Área de Preservação Permanente
APTA - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
ASPE - Área Sob Especial Proteção
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
Cadastur - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CBH-PS - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CDRS (CATI) - Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, nova denominação da CATI -
Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEP - Código de Endereçamento Postal
Cetesb - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
Comtur - Conselho Municipal de Turismo
Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do
Estado de São Paulo
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
DADETUR - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos
DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo
EAD - Educação a Distância
EEc - Estação Ecológica
EFAP - Escola de Formação dos Profissionais de Educação
Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
ETEC - Escola Técnica Estadual
Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FLONA - Floresta Nacional
Fundação SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados
GTP APL-TUR - Grupo de Trabalho Permanente para Arranjo Produtivo Local do turismo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IE - Índice de Envelhecimento
IF - Instituto Florestal
IGR - Instância de Governança Regional
ILPF - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
Itesp - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer e demais denominações
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Landing Page

LUPA - Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária
MIT - Município de Interesse Turístico
MONA - Monumento Natural
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDES - Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável
PDS - Programa de Desenvolvimento Social
PDT - Plano Diretor de Turismo
PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PE – Parque Estadual
PEF - Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal
PIB - Produto Interno Bruto
PIICS - Programa de Impulsionamento da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Paraíba
PLC - Projeto de Lei Complementar
PME - Pequenas e Médias Empresas
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PPP - Parceria Público-Privada
PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
PVPR - Programa de Valorização da Produção Rural
RMVPLN - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
RT – Região Turística
SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAF - Sistema Agroflorestal
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCEC – Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo
SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional
Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Seduc - Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
Segov - Secretaria de Governo
Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SES - Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo
Setur – Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo
SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STL – Secretaria de Transportes e Logística do Estado de São Paulo
SUS - Sistema Único de Saúde
Sutaco - Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades
TBC - Turismo de Base Comunitária
TGCA - Taxa Geométrica de Crescimento Anual
UC - Unidade de Conservação
Unesp - Universidade Estadual Paulista
UPA - Unidade de Produção Agropecuária
VP - Vale do Paraíba
VR - Vale do Ribeira
WRI - World Resources Institute
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

sumário

Apresentação	08
1. Plano de Ação para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Paraíba (PADES-VP): pressupostos para a sua construção	11
2. Metodologia e Atividades Desenvolvidas	14
2.1 Levantamento de Informações Básicas	15
2.2 Elaboração dos Diagnósticos: Fundamentações do PADES-VP	15
2.3 Trabalhos Interativos e Participativos	15
2.4 Consolidação das Estratégias e Ações Indicativas	17
3. Formação Econômica da Região e Indicadores	18
3.1 Processo Histórico de Ocupação e Desenvolvimento	19
3.2 Indicadores Econômicos	20
3.3 Indicadores Demográficos	23
4. Cenário Ambiental no Vale do Paraíba	26
4.1 Contextualização do Meio Físico	27
4.2 Uso e Cobertura do Solo	27
4.3 Áreas Legalmente Protegidas	30

5. Dinamização Econômica do Vale Histórico e Vale da Fé em Bases Sustentáveis: Programas de Ações	32
5.1 Aportes Transversais	33
5.1.1 Plano de Ações Transversais do PADES-VP	33
5.2 Programa de Impulsionamento da Indústria, Comércio e Serviços do PADES-VP (PIICS-VP)	44
5.2.1 Contexto e Bases para o PIICS-VP	44
5.2.2 PIICS-VP: Plano de Ações	46
5.3 Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba - Vale Histórico e Vale da Fé (PVPR-VP)	51
5.3.1 Contexto e Bases para o PVPR-VP	51
5.3.2 Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba - PVPR-VP: Plano de Ação	58
5.4 Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba - Vale Histórico e Vale da Fé (PDT-VP)	66
5.4.1 Contexto e Base para o PDT-VP	66
5.4.2 PDT-VP: Plano de Ações	72
5.5 Programa de Desenvolvimento Social do Vale do Paraíba - Vale Histórico e Vale da Fé (PDS-VP)	94
5.5.1 Contexto do Desenvolvimento Social no Vale Histórico e no Vale da Fé	94
5.5.2 PDS-VP: Plano de Ações	98

6. Gestão e Governança do PADES-VP: Pensando as Diversidades dos Territórios do Vale Histórico e do Vale da Fé	106
7. Considerações Finais	114
Bibliografia	116



Apresentação

O Plano de Ação para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Paraíba, para as sub-regiões do Vale Histórico e Vale da Fé, é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, realizada por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). Esta iniciativa fundamenta-se num conjunto de ações que o Governo de São Paulo vem realizando com o intuito de diminuir as disparidades e fragilidades socioeconômicas regionais do território paulista.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) é parceiro da SDE nesta empreitada, desde a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira (PDES-VR, 2020). A forte mobilização fomentada por este projeto, aliada a outras ações do Governo, como o Vale do Futuro, despertou a necessidade de estender essas atividades a outras regiões do Estado, como o Pontal do Paranapanema e o Vale do Paraíba.

A região do Vale do Paraíba possui uma história particular de desenvolvimento, sendo considerada como polo industrial e eixo de ligação com a porção norte do país após a construção da Rodovia Presidente Dutra na década de 1970. As distintas realidades entre Vale Histórico e Vale da Fé, bem como a conformação social dos municípios da região, diferenciada historicamente pelos ciclos econômicos paulistas, parece indicar dificuldades no avanço de ações integradas de competitividade e atração de investimentos.

O objetivo deste trabalho é o levantamento, análise e avaliação de oportunidades, delineamento de tendências e formulação de propostas para o desenvolvimento econômico sustentável das sub-regiões do Vale da Fé e Vale Histórico, tentando concatenar os diversos interesses da sociedade local e sua diversidade. Tais disparidades necessitam de uma ação integradora que permita que o desenvolvimento se estenda em todas as direções do território, garantindo de forma equânime a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.



01.

**Plano de Ação para
o Desenvolvimento
Econômico
Sustentável do
Vale do Paraíba
(PADES-VP):
pressupostos
para a sua
construção**

A estrutura para elaboração do PADES-VP foi direcionada por uma análise sistêmica de informações sobre os meios físico, biótico, antrópico e o contexto tecnológico, além da participação dos atores públicos e privados que vivem e/ou atuam na região, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida das populações, em consonância com a preservação do patrimônio ambiental da região.

Assim, dentro desse escopo, destacam-se alguns pressupostos fundamentais para sua construção:

- A relevância da construção participativa, envolvendo necessariamente a comunidade local e instituições representativas dos poderes públicos e privados atuantes na região.
- A consideração de ações de outras instâncias governamentais executadas por meio de programas ou outros instrumentos para a promoção do desenvolvimento sustentável, entre os quais se destacam:
 - ✓ Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU;
 - ✓ Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de São Paulo;
 - ✓ Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (PDUI – RMVPLN); e
 - ✓ Programa do Governo do Estado de São Paulo – Viva o Vale.

OBJETIVO DO PADES-VP 2022

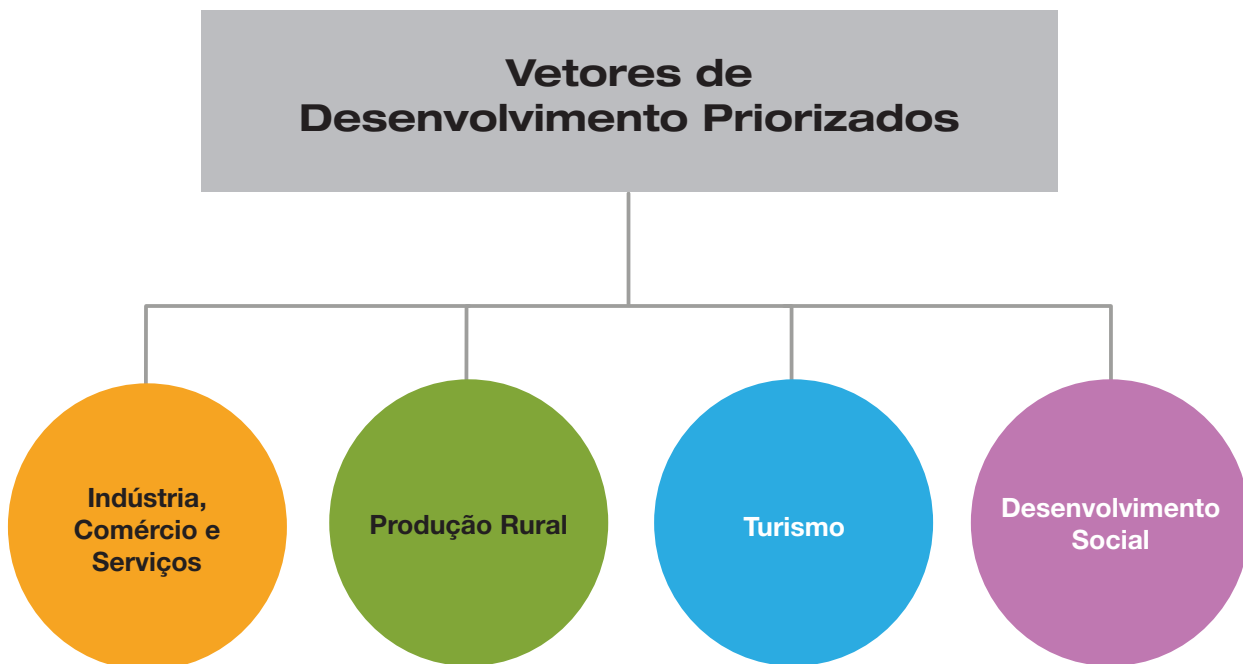
Combinar estratégias para elevar o patamar das condições socioeconômicas da região, criando oportunidades de geração de emprego e renda, com a conservação ambiental.

Para atender os objetivos propostos, a abordagem metodológica buscou avaliar oportunidades de atividades econômicas para o Vale Histórico e Vale da Fé, que totalizam 17 municípios, priorizando as aptidões locais, de forma a atenuar substancialmente as suas discrepâncias sociais e econômicas.

Municípios que compõem o PADES-VP

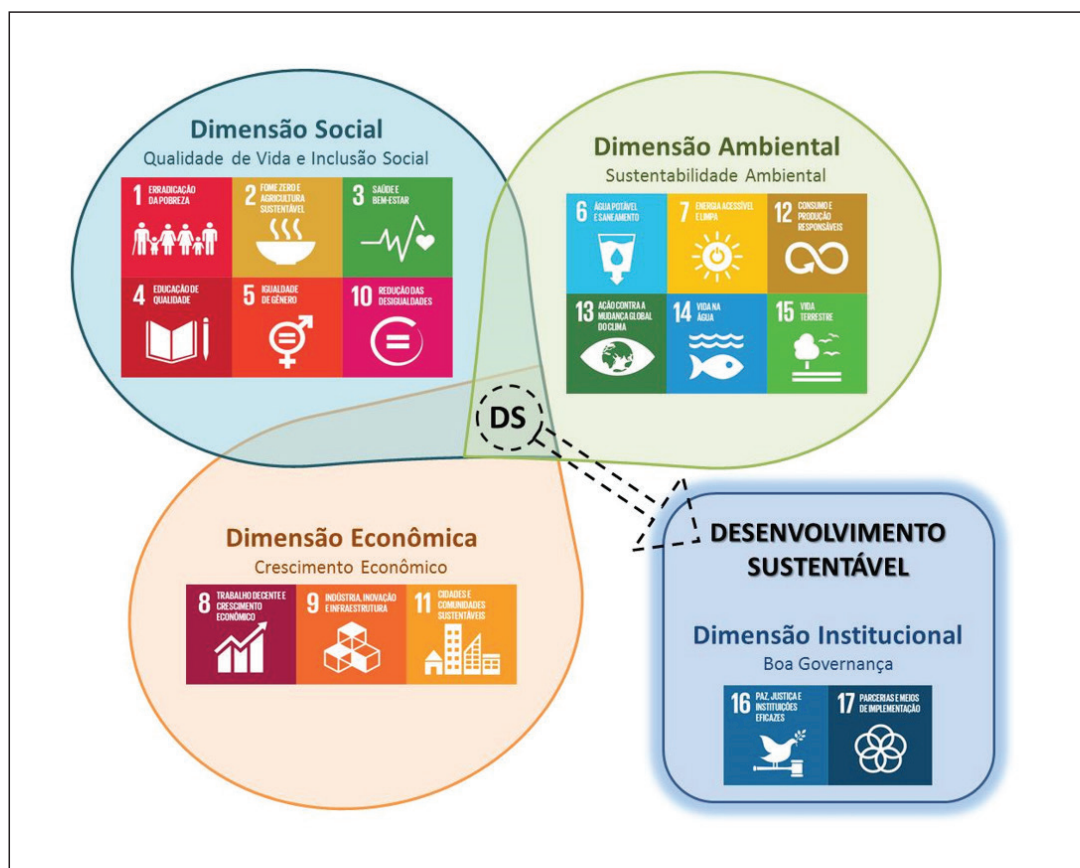


O ponto de partida para a elaboração do Plano foi identificar os principais eixos temáticos que constituem as bases da estrutura socioeconômica da região. Tais eixos são importantes por incorporarem as principais vocações e demandas do território e, consequentemente, por comporem o alicerce para o desenvolvimento da região. São quatro os pilares centrais priorizados para elevação do patamar socioeconômico das sub-regiões:



Uma vez elaborado o PADES-VP, o êxito de sua execução dependerá da sua coordenação, sendo imperativa uma governança com representações das diversas esferas de governo, do setor empresarial e da sociedade civil.

A figura a seguir ilustra o enquadramento do PADES-VP, que deve estar alinhado às quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, com as conquistas da dinamização da economia, promoção da qualidade de vida e inclusão social e conservação do patrimônio ambiental, gerido por uma governança representativa e atuante.





02.

**Metodologia
e Atividades
Desenvolvidas**

Levantamento de Informações Básicas

2.1.

O estudo começou a ser construído a partir de dados quantitativos observacionais, coletados em fontes públicas, como a Fundação SEADE e o IBGE. De maneira complementar, foram realizadas investigações sobre os materiais oriundos de pesquisa, que vêm sendo produzidos por diversas instituições que atuam na região e pelo Governo do Estado de São Paulo. As análises quantitativas buscaram caracterizar o território e demonstrar como a região evoluiu em período recente.

Para analisar e entender essa cadeia de eventos, o estudo foi estruturado em quatro etapas distintas, cada uma destinada a comportar uma parcela do trabalho de maneira a encadear ações ao longo da execução do projeto.

Elaboração dos Diagnósticos Fundamentais do PADES-VP

2.2.

Os diagnósticos elaborados visaram embasar a concepção das estratégias e ações a serem delineadas para o desenvolvimento regional, analisando-se a situação atual, lacunas de conhecimento, potencialidades e desafios para a dinamização dos eixos ligados à produção rural, ao turismo, à indústria, comércio e serviços e também aos fatores relacionados ao desenvolvimento social.

A análise desses vetores de desenvolvimento é contextualizada pela qualificação de dois cenários que caracterizam o território: o arcabouço ambiental, no que tange especialmente ao zoneamento institucional e à dinâmica do uso e ocupação do solo; e o perfil socioeconômico, buscando-se evidenciar aptidões e vulnerabilidades em relação ao território paulista e assimetrias dentro da região abrangida pelo plano.

Trabalhos Interativos e Participativos

2.3.

As atividades participativas, envolvendo as interações com os atores que vivem e atuam na região, objetivaram agregar os valiosos conhecimentos de quem lida diretamente com a realidade regional e que, muitas vezes, não encontra um canal de comunicação para registrar suas contribuições.

Etapas de elaboração do PADES-VP 2022

ETAPA 1 Levantamento de Informações Básicas

- Políticas e planos de desenvolvimento regional
- Instituições e entidades atuantes na região
- Indicadores socioeconômicos
- Arcabouço ambiental: planos de ordenamento territorial e áreas de proteção ambiental
- Vetores econômicos: indústria, comércio, serviços, produção rural e turismo

ETAPA 2 Elaboração de Diagnósticos

- Perfil socioeconômico
- Arcabouço ambiental: zoneamento institucional e a dinâmica do uso e ocupação do solo
 - Produção rural
 - Turismo
- Indústria, comércio e serviços
- Desenvolvimento Social

ETAPA 3 Trabalhos Interativos e Participativos

- Agregar os conhecimentos de quem vive ou atua na região
- Validar o diagnóstico realizado
- Mobilizar, sensibilizar e incorporar as sugestões dos interlocutores locais nas propostas do PADES-VP 2022

ETAPA 4 Consolidação das Estratégias e Ações Indicativas

- Seleção de ações para a dinamização econômica dos vetores priorizados em bases sustentáveis:
 - ✓ *Produção rural*
 - ✓ *Turismo*
 - ✓ *Indústria, Comércio e Serviços*
- Diretrizes para aportes transversais
 - Estrutura de governança

Visando enriquecer os levantamentos estabelecidos nos diagnósticos, o processo participativo se iniciou com a realização de uma rodada de oficinas. Em razão das dificuldades ainda impostas pela pandemia da COVID-19, todos os eventos foram realizados no formato *online*. As oficinas foram divididas por eixos temáticos, conforme os vetores de desenvolvimento estabelecidos: Indústria, Comércio e Serviços, Produção Rural, Turismo e Desenvolvimento Social.

Os encontros foram estruturados para favorecer a valorização da diversidade de conhecimentos e as experiências dos participantes. Foram adotadas técnicas expositivas para balizar o conhecimento e promover a reflexão sobre os conteúdos abordados e técnicas dinâmicas, possibilitando a interação dos participantes de forma ampliada e transversal. A partir dos eventos, também foi realizada uma pesquisa com questionários *online*, para fomentar e trazer complementações às oficinas participativas.

Após esta primeira rodada de oficinas e questionário, foram realizados dois fóruns para apresentar brevemente o diagnóstico nos quatro eixos e ouvir as contribuições de alguns atores que conhecem a região. Também foi efetuada uma segunda rodada de pesquisa com questionários, para que os respondentes auxiliassem na priorização das ações propostas e trouxessem novas necessidades da região.

As contribuições advindas das atividades participativas, além de ampliar os conhecimentos sobre as várias dimensões trabalhadas, subsidiaram o estabelecimento das referências estratégicas para a indicação de programas e ações dirigidas à dinamização da economia da região. Estes momentos de interação também foram importantes para elencar as instituições que devem interagir na viabilização das iniciativas propostas.

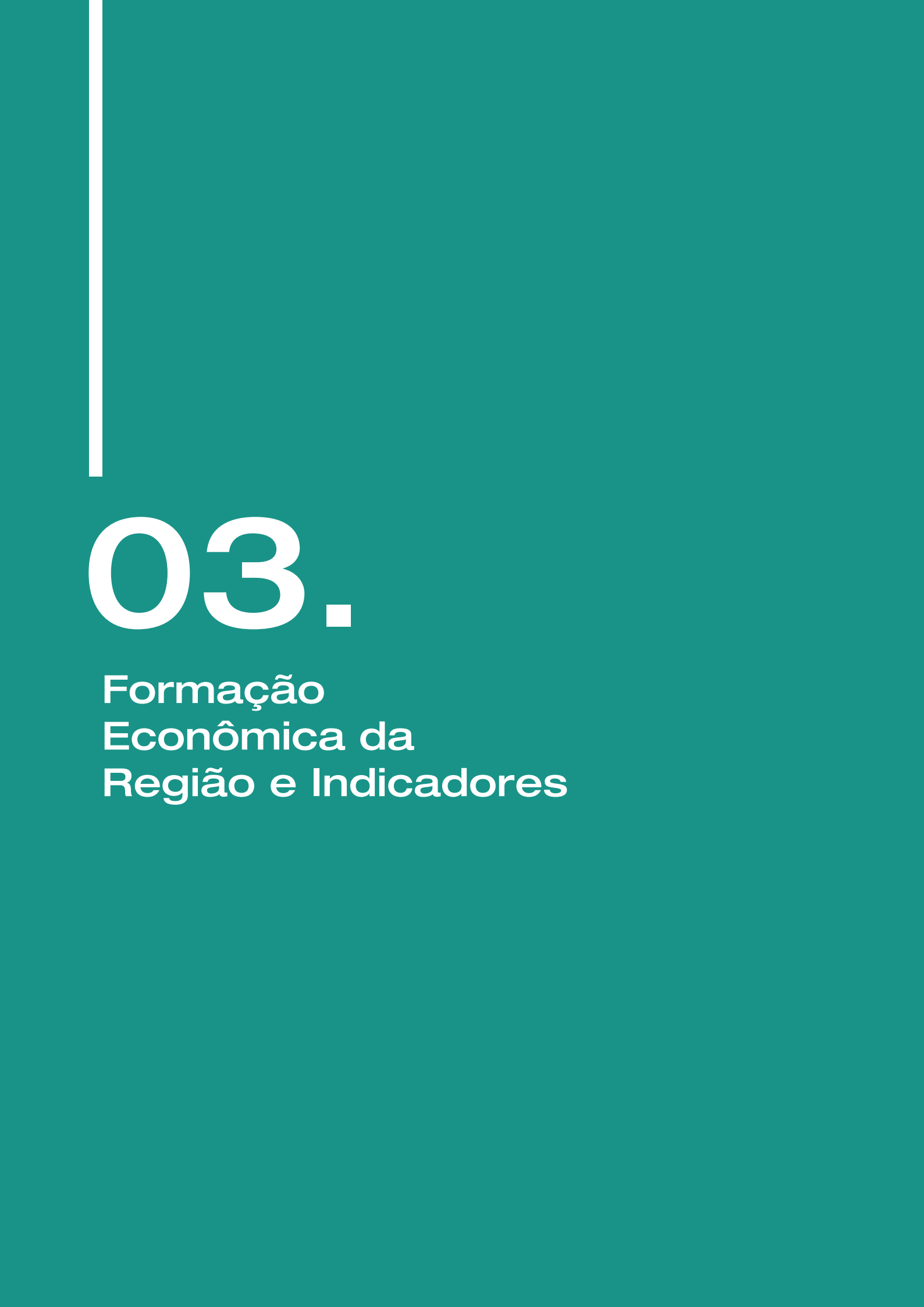
Ainda dentro desse processo interativo fica patente que determinadas demandas e oportunidades operam de forma transversal aos eixos econômicos trabalhados e que outros aportes são necessários para que de fato se consiga elevar o patamar socioeconômico da região.

Consolidação das Estratégias e Ações Indicativas

2.4.

Com a sistematização do conjunto de informações adquiridas, integrando-se os diagnósticos setoriais e os subsídios obtidos nas atividades participativas, foi estabelecido um conjunto de medidas orientadas à dinamização econômica e melhoria da qualidade de vida para os quatro vetores priorizados: indústria, comércio e serviços, produção rural, turismo e desenvolvimento social.

Em função de suas particularidades estruturantes, estabeleceram-se linhas de ação mais gerais, caso do Programa de Desenvolvimento Social, e ações mais detalhadas, em especial para os programas de desenvolvimento da produção rural e do turismo, onde é indicada, inclusive, uma estimativa de prazo para a execução. Complementarmente, buscou-se também a identificação dos principais parceiros para a implementação dessas iniciativas. Completando o PADES-VP, é apresentada uma abordagem conceitual sobre governança como subsídio para a sua execução.



03.

Formação
Econômica da
Região e Indicadores

Processo Histórico de Ocupação e Desenvolvimento

3.1.

A região do Vale do Paraíba possui uma história particular de desenvolvimento, passando por um grande protagonismo em âmbito nacional, um período de decadência econômica e a renovação produtiva posterior, fatos que levaram a múltiplas transformações e uma dinâmica interna atravessada pela sua relação com demais regiões de São Paulo e do Brasil.

Retomando a ocupação das terras no século XVI, é notável que esse território foi palco de conflitos entre populações indígenas e os colonos portugueses, tendo sido expressivo o movimento bandeirante no período. Consequentemente, a atividade resultou no uso de mão de obra escrava e extermínio de grandes contingentes das populações tradicionais. Sua localização explica este momento, sendo um território próximo à costa, mas que mirava as expedições ao interior do país.

O povoamento colonial da região foi intensificado na segunda metade do século XVII, com a criação da Estrada Real e a rota do ouro, que movimentava a extração do metal em Minas Gerais e, passando pelo Vale do Paraíba, levado até o porto de Paraty para exportação. Dessa época, data a fundação de diversas cidades, como Taubaté em 1645, e a então Estância Climática de Cunha, em 1695, conhecida como a ‘Boca do Sertão’ e servindo como região de descanso e suporte para os tropeiros que seguiam para Minas Gerais (CABANAS; RICCI, 2008).

Durante o século XVIII, com o ciclo do ouro, há uma intensa migração para o país, movimentando também a criação de diversos núcleos e povoados no Vale, uma vez que todo o metal extraído passava por suas vias. Bananal estava relacionada ao Caminho Novo da Piedade; enquanto Vassouras, no Rio de Janeiro, é fundada às margens da Estrada da Polícia (ASSUMPÇÃO, 2009).

Com a diminuição do ciclo do ouro, a região passa por um novo movimento de ocupação, com pessoas vindas das regiões mineiras e fluminenses atraídas pela produtividade das terras. Guaratinguetá, Lorena e Pindamonhangaba iniciam a produção de açúcar e aguardente na segunda metade do século XVIII, com uso de mão de obra escrava africana e mirando o mercado externo, levando à configuração social baseada nos senhores de engenho. O café, introduzido no final deste século, começa a ganhar espaço e substituir a cana-de-açúcar. Em 1836 ele já figura como o produto dominante da região, mantendo a mesma estrutura do engenho, mas ocupando de maneira intensiva o território, motivado pelo comércio internacional (CHAGAS, 2004).

Grande parte das cidades foram oficialmente fundadas nesse período, tempo em que a região se mostrava como principal potência econômica brasileira, em ligação direta com a família real e sob influência dos Barões do Café. Com a proibição da escravidão em 1888, houve o aumento do fluxo de migrantes europeus para a região, levando ao estabelecimento do trabalho assalariado e, consequentemente, uma massa de renda e início de um mercado interno de consumo (RICCI, 2006). Essa configuração econômica se manteria preponderante até o início do século XIX, quando o uso intensivo das terras começa a minar a produtividade cafeeira, que

vê seu centro dinâmico ser deslocado para regiões do Oeste Paulista. Com isso, emerge um momento importante para a cultura local, de decadência das poderosas famílias cafeeiras e ilustrada pelo rótulo de “Cidades Mortas”, livro de Monteiro Lobato a respeito das cidades de Bananal, Areias, Silveiras e São José do Barreiro (CABANAS; RICCI, 2008).

A região passaria por um novo fluxo intenso econômico já na segunda metade do século XX, sendo alvo de dois movimentos: o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), iniciativa do Governo Federal; e a Política de Desenvolvimento Urbano Regional, do Governo Estadual. Ambas possuíam como objetivo a desconcentração produtiva na capital paulista, levando à criação de diversos estabelecimentos industriais e infraestrutura na região, também no contexto da política de substituição de importações. Agregando-se à criação da Rodovia Dutra, em 1951, e a instalação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda – CSN, em 1946 (VIEIRA E SANTOS, 2012), a instalação do complexo aeronáutico e de material bélico em São José dos Campos, a implantação do ITA e a construção da Refinaria Henrique Lage, também em São José dos Campos, desenvolve-se na região uma mão-de-obra superqualificada, que atrai grandes investimentos na indústria automobilística, química e eletroeletrônica. Nos anos 80 há uma expansão dessas divisões industriais a Taubaté e Pindamonhangaba, atingindo a sub-região do Vale da Fé nos anos 90/2000, sobretudo em Guaratinguetá e Lorena, e, em seguida, a Cruzeiro, já no Vale Histórico, mas todas ao longo da Via Dutra.

No entanto, nos municípios periféricos, que restaram fora das áreas de prioridade e padecem de capacidade de investimento, estruturas econômicas de base rural e pouco dinâmicas ainda perduram, inclusive com perdas populacionais e problemas ambientais. Contudo, a história mostra que possibilidades de um novo padrão de desenvolvimento podem ser fomentadas, incorporando o valor histórico e natural da região.

A subdivisão territorial utilizada é um reflexo da formação econômica da região, em seus diversos ciclos de acumulação. Gradativamente, a sub-região que se localiza na porção do vale do rio Paraíba (Vale da Fé) vai preponderando em relação àquela que se localiza ao sopé da serra da Bocaina (Vale Histórico). A construção da Via Dutra (que segue, em parte, o traçado da ferrovia Central do Brasil), nos anos 50, reforça essa primazia, inclusive a montante do rio, com a crescente importância dos municípios mais próximos da Região Metropolitana de São Paulo, como São José dos Campos e Jacareí, e o eixo Taubaté-Pindamonhangaba, em detrimento da dominância anterior de Guaratinguetá.

Indicadores Econômicos

3.2.

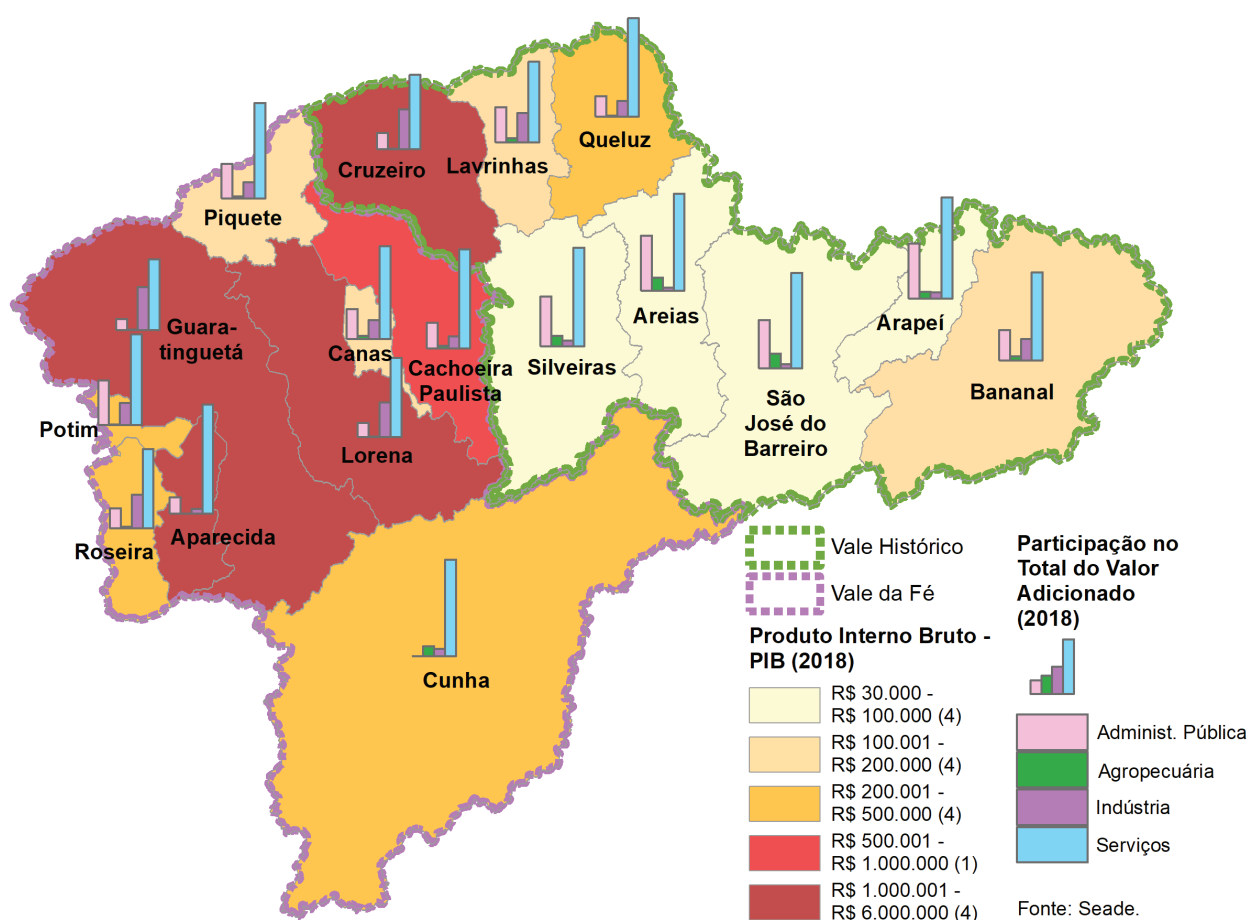
A formação econômica da área estudada deve ser considerada a partir do olhar para suas duas divisões: Vale da Fé e Vale Histórico, utilizando diversos indicadores, como será apresentado a seguir.

As sub-regiões do Vale da Fé e do Vale Histórico possuem um PIB de R\$ 15,5 bilhões (valores de 2018), equivalentes a 0,7 % do total do Estado de São Paulo e internamente ela se mostra

bastante diferenciada: a sub-região do Vale da Fé representa 77 % do total desse valor, contra 23 % do Vale Histórico. O município que apresenta maior contribuição ao PIB é Guaratinguetá, com 39 % de toda a região, vindo a seguir Lorena (ambos no Vale da Fé) e Cruzeiro, no Vale Histórico. Salienta-se que também há grandes diferenças internas nas sub-regiões, notadamente no Vale Histórico, já que os municípios que estão às margens da Via Dutra (Cruzeiro, Lavrinhas e Queluz) têm maior atividade econômica que os demais. No Vale da Fé, nota-se maior atividade econômica em geral, mas os municípios de Piquete e Canas apresentam indicadores menos expressivos e Aparecida e Cunha um pouco acima (possivelmente pela atividade turística de ambos).

A agropecuária nas sub-regiões guarda atividades que eram desenvolvidas ainda antes do surto de desenvolvimento industrial posterior aos anos 70, tendo grande participação das produções de arroz e de leite. A indústria, por sua vez, é diversificada, com segmentos que se espalharam do Alto Vale desde os anos 70, como a produção ligada à indústria automobilística e química, e outros já presentes na região, como alimentos, celulose, metalurgia e minerais não metálicos. No setor de serviços ganha importância a atividade turística, em especial para Aparecida (e Cunha, no Vale da Fé) e para os municípios do Vale Histórico. A análise do PIB per capita mostra que nenhum município de toda a região alcança o valor da média estadual, que é de R\$ 50.248,00 (valores de 2018).

Indicadores Econômicos



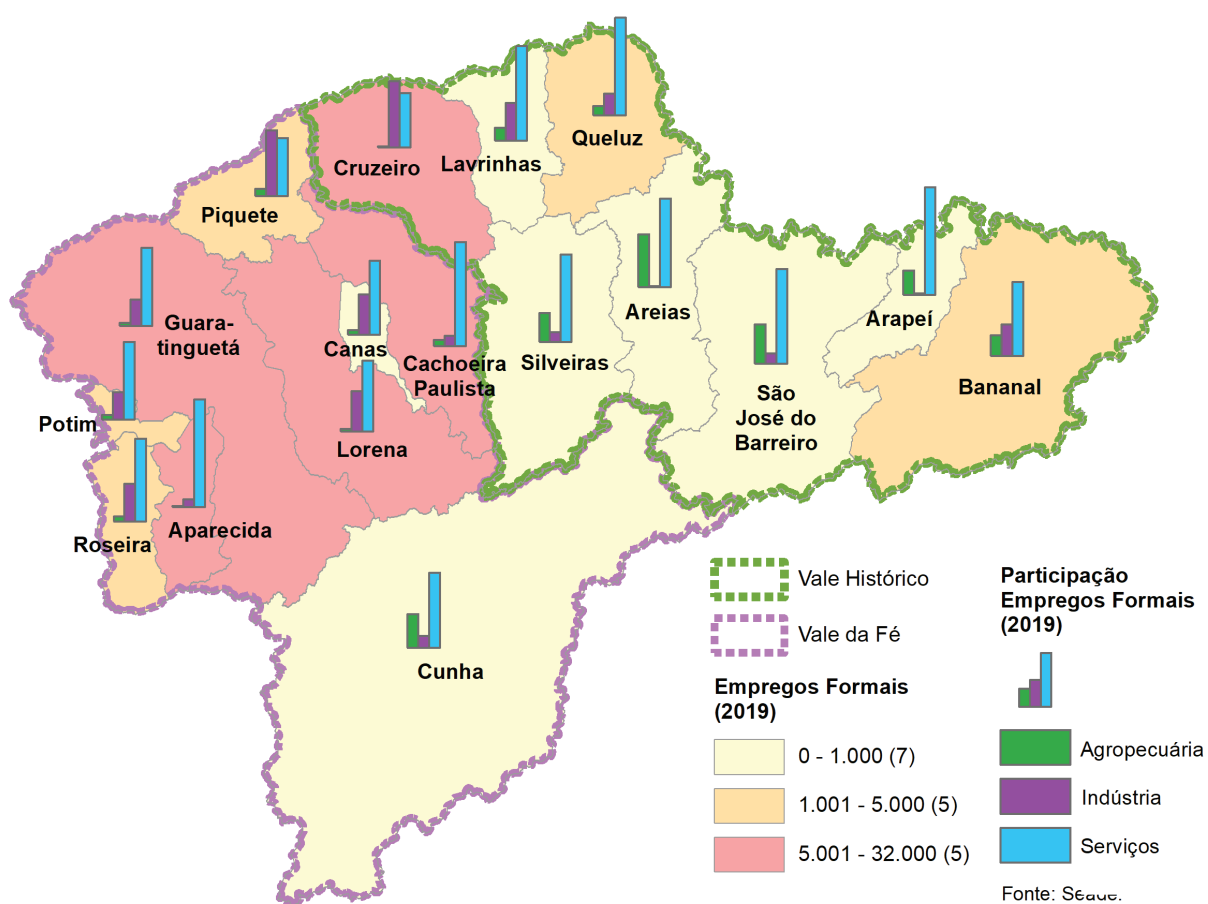
Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Fundação Seade (2021).

No que se refere às atividades econômicas locais, verifica-se certa diversidade, com municípios tendo maior intensidade na agropecuária (como São José do Barreiro e Areias), outros

em que é importante a participação da indústria (como em Guaratinguetá e Lorena), e com o setor de serviços sendo predominante em quase todos os municípios. Vale salientar que, quanto menor é a atividade econômica de uma localidade, maior será a participação do valor adicionado da administração pública, que é uma atividade exercida em todos os municípios, sem exceção. Assim sendo, verifica-se que em quatro municípios (todos no Vale Histórico) a administração pública aparece como o principal setor de atividade, mostrando a escassa atividade econômica nesses locais (Arapeí, Areias, São José do Barreiro e Silveiras).

As sub-regiões tinham, em 2019, 96.432 empregos formais, sendo 3,1 % na agropecuária, 25,5 % na indústria e 71,5 % nos serviços, concentrando-se, em sua maioria, nos municípios localizados ao longo da Via Dutra.

Indicadores de Mercado de Trabalho



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Fundação Seade (2021).

Na sub-região do Vale Histórico, por exemplo, apenas Cruzeiro não tem como maior empregador o setor de administração pública, que chega a atingir mais de 60 % dos empregos formais em Arapeí. A seguir vêm os setores de comércio varejista e agropecuário (que alcança um terço dos empregos formais em Areias). Lavrinhas possui uma indústria do ramo químico, enquanto que nos outros municípios se destacam os setores empregadores do comércio varejista e da agropecuária.

No Vale da Fé a situação é mais diversificada, embora administração pública e comércio varejista apareçam em quase todos os municípios. Em Aparecida, por exemplo, há muitos empregos em alojamento e organizações associativas, ligadas à Basílica e ao turismo religioso. Fa-

bricação de minerais não metálicos aparece com certo destaque em Canas, serviços de alimentação em Roseira, fabricação de papel e celulose em Potim, fabricação de borracha e plástico em Lorena e serviços de atenção à saúde em Guaratinguetá também são destaques, mostrando a importância do eixo da Via Dutra e a maior complexidade econômica dessa sub-região.

Interessante notar que, conforme a pequena atividade econômica em relação às médias estaduais, nenhum município, de qualquer sub-região, tem rendimento médio do trabalho formal maior que a média estadual, embora Cruzeiro e Guaratinguetá se aproximem bastante dela: R\$ 3.447 e R\$ 3.060, respectivamente, contra uma média de R\$ 3.511 do Estado. O que faz subir a média nesses dois municípios é o rendimento médio dos empregos formais na indústria (sobretudo nos ramos de montagem de veículos, produtos químicos, celulose e metalurgia), que são bem maiores que a média estadual: R\$ 5.328 para Cruzeiro e R\$ 5.344 para Guaratinguetá, acima dos R\$ 3.728 da média estadual. Nos demais setores, a média dos rendimentos do trabalho formal não consegue alcançar as médias estaduais.

Indicadores Demográficos

3.3.

O exame do Vale da Fé e do Vale Histórico pela ótica demográfica vai além da caracterização territorial, refletindo fenômenos complexos que devem ser levados em consideração para o planejamento regional.

Guaratinguetá é a cidade com o maior número de habitantes (118.345, Fundação SEADE, 2021), seguida por Lorena (86.639 habitantes) e Cruzeiro (79.927 habitantes). No outro extremo, estão os municípios que possuem a menor população: Arapeí (2.471 habitantes), Areias (3.843), São José do Barreiro (4.070), Canas (5.064) e Lavrinhas (7.167).

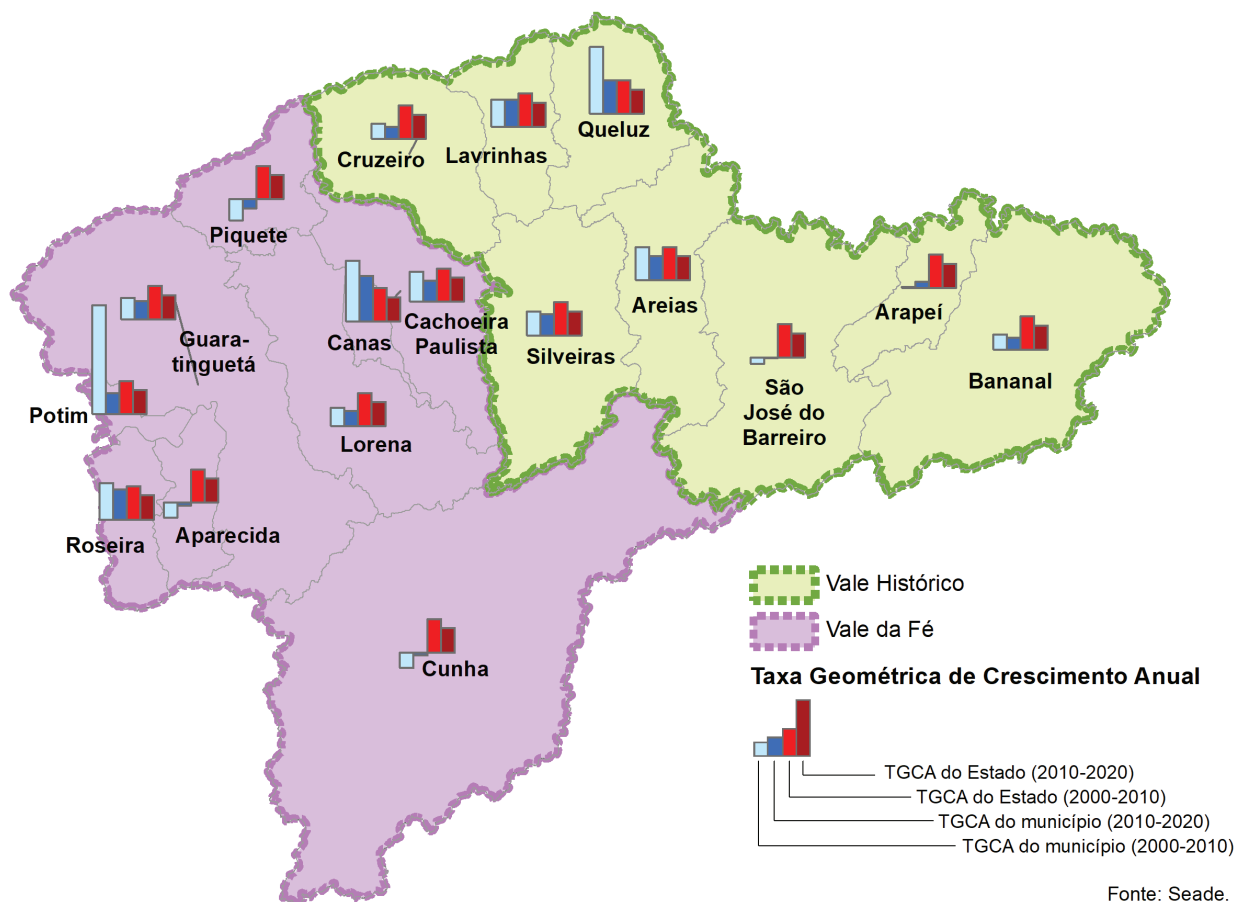
O alto contingente populacional das sub-regiões também vem acompanhado por uma densidade demográfica elevada, justamente devido ao grau de urbanização. Potim, o menor município em área da região, apresenta a maior densidade demográfica, de 465,53 hab/km² (SEADE, 2020). Acima da média do Estado de São Paulo (178,84 hab/km²) ainda estão Aparecida, com 294,92 hab/km², Cruzeiro, com 261,46 hab/km² e Lorena, com 209,19 hab/km².

Na outra ponta, os municípios com a menor densidade demográfica são, em sua maioria, aqueles que também possuem o menor número de habitantes, com destaque para: São José do Barreiro (7,13 hab/km²), Areias (12,59 hab/km²), Silveiras (14,96 hab/km²), Cunha (15,41 hab/km²), Arapeí (15,75 hab/km²) e Bananal (17,28 hab/km²). São baixas densidades demográficas e baixa população, características comuns da maior parte dos municípios que compõem o Vale Histórico ou que circundam o Parque Nacional da Serra da Bocaina.

O percentual de incremento médio anual da população de um território é mensurado pela Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA). Tanto o Vale da Fé quanto o Vale Histórico apre-

sentam taxas modestas de TGCA na primeira e na segunda décadas do século XXI. Entre 2010 e 2020, a taxa estadual de incremento médio anual da população sofreu redução na comparação com o período anterior, passando de 1,1 para 0,8, tendência que se repetiu para a região como um todo, que apresenta um ritmo de crescimento populacional ainda menor.

Indicadores de Mercado de Trabalho



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Fundação Seade (2021).

Outro instrumento útil para averiguar as características demográficas da população do Vale Histórico e do Vale da Fé é o Índice de Envelhecimento (IE). Este indicador mede a proporção de idosos (pessoas com 60 anos ou mais) comparando com a população total de jovens (0 a 14 anos) da região, conforme o ano considerado, sendo uma forma de aferir quantitativamente o envelhecimento populacional. A tabela a seguir mostra a evolução do índice de envelhecimento, que segue uma tendência similar no Vale da Fé, Vale Histórico e no Estado de São Paulo.

Índice de Envelhecimento

Sub-regiões do Vale do Paraíba	2005	2007	2010	2015	2017	2018	2019	2020
Vale Histórico	43,00	46,40	52,18	65,90	71,40	74,51	77,70	81,10
Vale da Fé	41,20	45,04	53,35	67,62	71,74	74,89	78,24	83,99
Estado de São Paulo	42,72	46,84	53,86	67,20	72,47	75,25	78,13	81,11



04.

**Cenário Ambiental
no Vale da Fé e
Vale Histórico**

Contextualização do Meio Físico

4.1.

As sub-regiões do Vale da Fé e Vale Histórico estão localizadas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, estando encravada entre as divisas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Encontra-se elevada pelas Serras da Mantiqueira, do Mar e da Bocaina, com vertentes escalonadas marcadas por um relevo acidentado de escarpas e montanhas até os terraços e planícies fluviais.

Observando-se a geomorfologia, ocorrem, em escala regional, as seguintes feições do relevo: aluviões (que incluem terraços e planícies aluvionares), colinas, morros e morrotes, além de relevos montanhosos e escarpas. A Serra da Bocaina contempla uma parte da Serra do Mar ao sul do município de Cunha, e se liga também a Serra da Mantiqueira ao norte da área.

Com relação à geologia, as rochas pré-cambrianas representam a maior parte da área de estudo, evidenciando distintos ambientes tectônicos, com intensa complexidade estrutural advinda da superposição de estruturas geológicas e distintas trajetórias metamórficas. Depósitos aluvionares são encontrados nas planícies de inundação atuais e subatuais (terraços) e canal das drenagens, de granulometria variada segundo as áreas-fontes diversas, os quais são depósitos aluvionares bastante expressivos no rio Paraíba, até os municípios de Piquete e Cachoeira Paulista.

A área apresenta clima tropical, com temperaturas médias mensais de 16°C (julho) e máximas de 23°C (fevereiro). A precipitação média é de 1400 mm, com concentração expressiva (em torno de 70%) no semestre primavera-verão (setembro-fevereiro).

Uso e Cobertura do Solo

4.2.

As sub-regiões do Vale da Fé e Vale Histórico compõem uma parcela de colonização antiga, não só pelo fato de interligar as duas principais metrópoles do país, mas também por ser o trecho por onde a cultura do café adentrou pelo território paulista. Por esta razão, grande parte da cobertura natural foi removida ou alterada para dar lugar a usos essencialmente agropastoris.

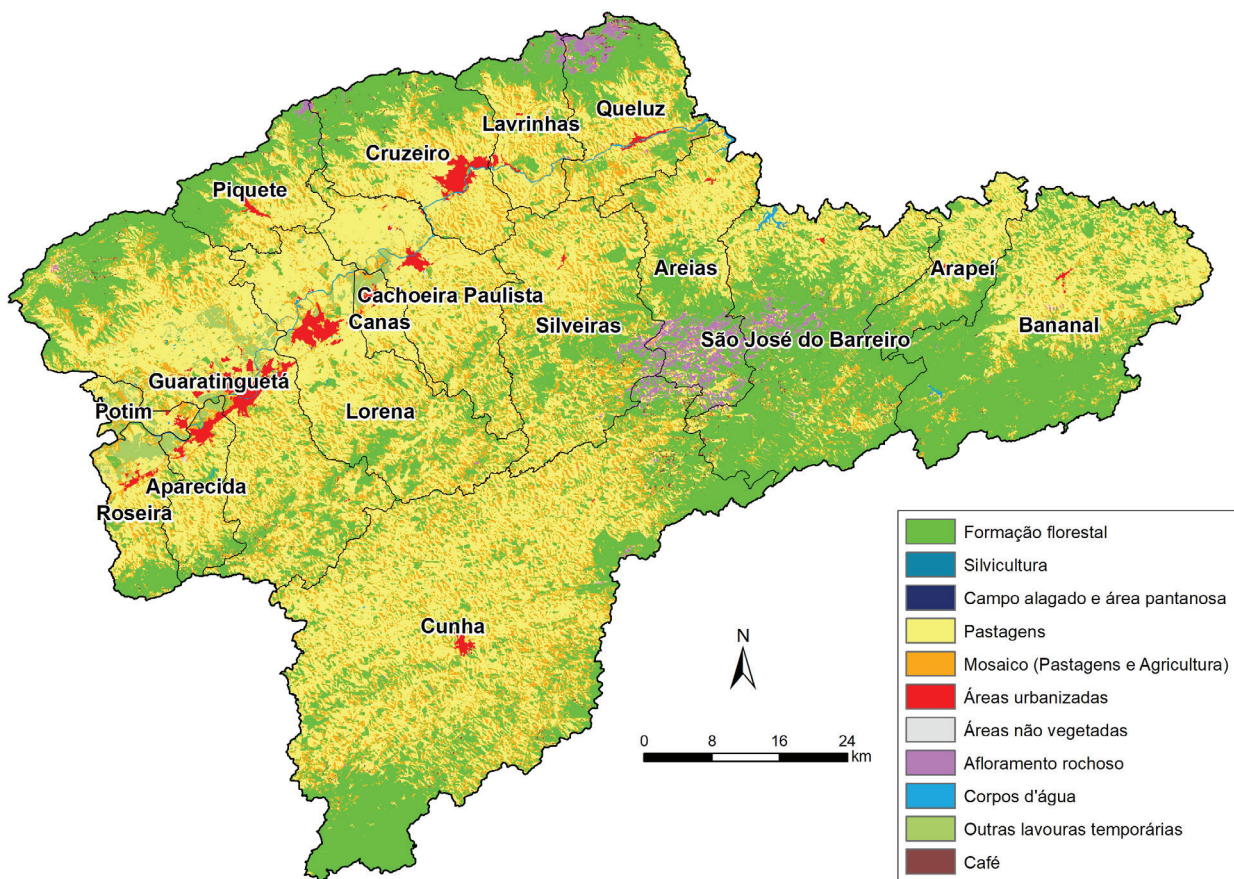
Para a análise da dinâmica do uso e da cobertura da terra, foram utilizadas as informações da série histórica produzida pelo Projeto Projeto MapBiomias, sobre imagens de Satélite

da série LANDSAT, com resolução espacial de 30 metros. A opção por este produto do MapBio-mas¹ se deve ao fato dele fornecer uma evolução anual, desde o ano de 1985 até o ano de 2020.

As formações florestais se distribuem com maior frequência nas áreas mais serranas, ocupando cerca de 37 % do território abrangido pelo Vale Histórico e pelo Vale da Fé. Entretanto, as coberturas que apresentam maior expressão dentro desse território são de natureza antrópica: além das áreas urbanas, incluem as áreas agrícolas, de pastoreio, mistas e de silvicultura. Dentre estas, se destacam as áreas de pastagem, que ocupam uma parcela similar à das formações florestais (quase 38 %), e as de silvicultura (quase 17 %). No total essas áreas representam quase 60 % da área ocupada. O restante do território é coberto por corpos d'água e formações não florestais como afloramentos rochosos.

Analisando a evolução histórica dos usos e coberturas, observa-se que o cenário pouco mudou de 1985 para 2020. As formações florestais já haviam perdido grande parte do seu território em 1985. Áreas agrícolas e urbanizadas mantiveram praticamente a mesma proporção de ocupação ao longo dos últimos 45 anos, mas com um crescimento das áreas de cultivo para as proximidades dos trechos mais urbanizados.

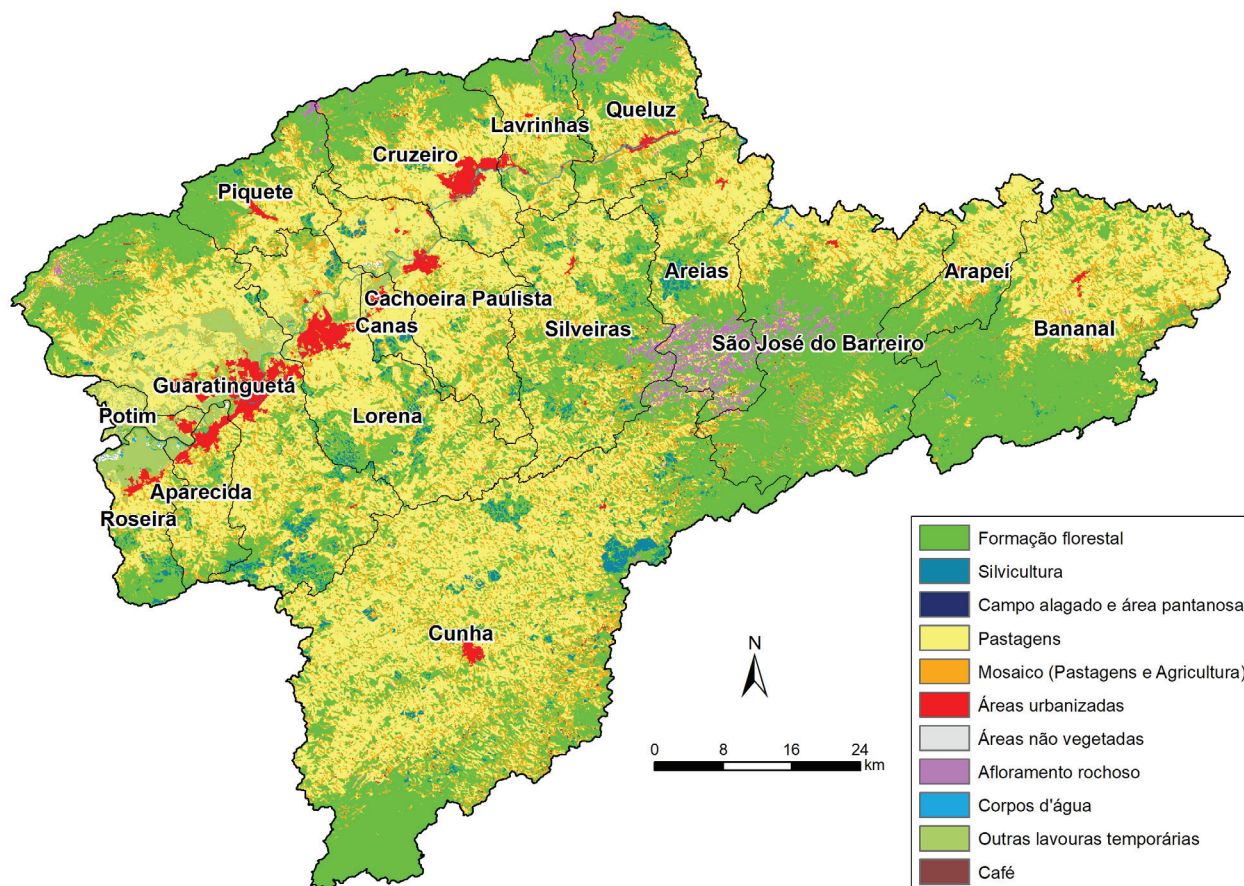
Uso e da cobertura da terra na região do PADES-VP em 1985



Fonte: MapBiomass (2021)

¹ O MapBiomass é um projeto de mapeamento anual da cobertura do solo desenvolvido por uma rede de especialistas em uso da terra, biomas brasileiros, sensoriamento remoto, geoprocessamento e ciência da computação, de diversas instituições do país, com o propósito de contribuir para o entendimento da dinâmica do uso do solo no Brasil. A proposta deste projeto é utilizar uma plataforma de dados de baixo custo e uma metodologia de análise rápida e confiável para gerar informações sobre a cobertura vegetal. Todas as informações publicadas dentro do projeto são de acesso irrestrito, assim como os mosaicos de imagens da série LANDSAT disponibilizadas gratuitamente pelo governo norte americano e utilizadas neste mapeamento, que foi executado de maneira retroativa a partir do ano de 1985 até 2020.

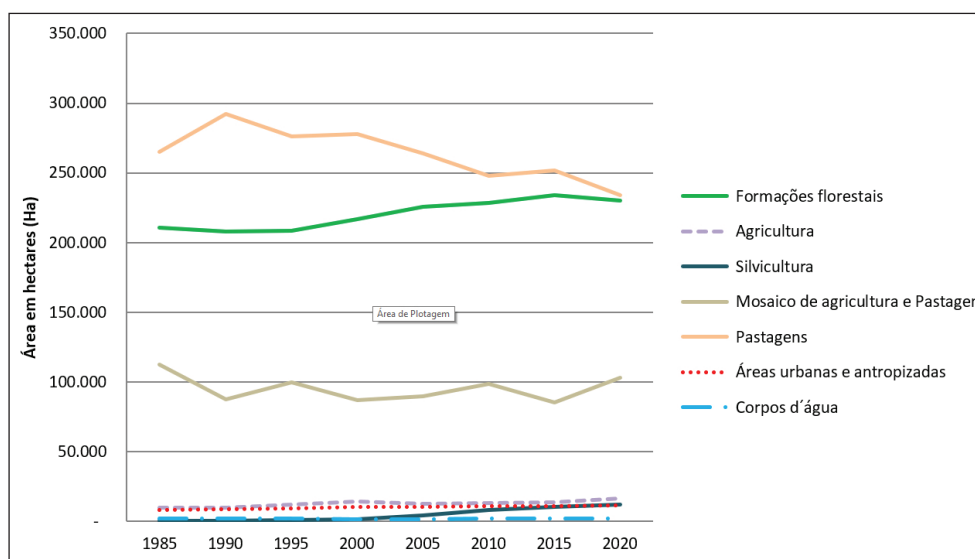
Uso e da cobertura da terra na região do PADES-VP em 2020



Fonte: MapBiomias (2021)

Os mosaicos de agricultura e pastagem, que retratam usos mistos agropastoris, sofreram oscilação, mas apresentaram certa estabilidade ao longo dos últimos anos. Situação diferente das áreas destinadas exclusivamente para pastagem, que têm apresentado decréscimo, principalmente, nos últimos 15 anos. Em contrapartida observa-se neste mesmo período, uma tendência de crescimento das áreas cobertas por formações florestais.

Distribuição das principais categorias de uso e cobertura da terra na região do Vale Histórico e Vale da Fé



Fonte: MapBiomias (2021)

A silvicultura, apesar de não ser expressiva nas sub-regiões, mostrou uma evolução surpreendente saltando de menos de 10 hectares plantados nos anos de 1990 para uma área superior à 10 mil hectares. Não obstante ser uma categoria de uso cuja expressividade é pequena em relação a outros usos e coberturas, como as áreas de pastagem e florestas, mostra um salto quantitativo considerável em área plantada, uma vez que tais áreas, praticamente inexistentes há mais de 40 anos atrás, hoje respondem por quase 17 % do território do PADES-VP.

Por conta das características fisiográficas da região, o crescimento de áreas para fins agrícolas, quando observado, foi maior no Vale da Fé. Por outro lado, esta porção do Vale foi a que mais presenciou o retorno das formações florestais no mapeamento.

Áreas Legalmente Protegidas

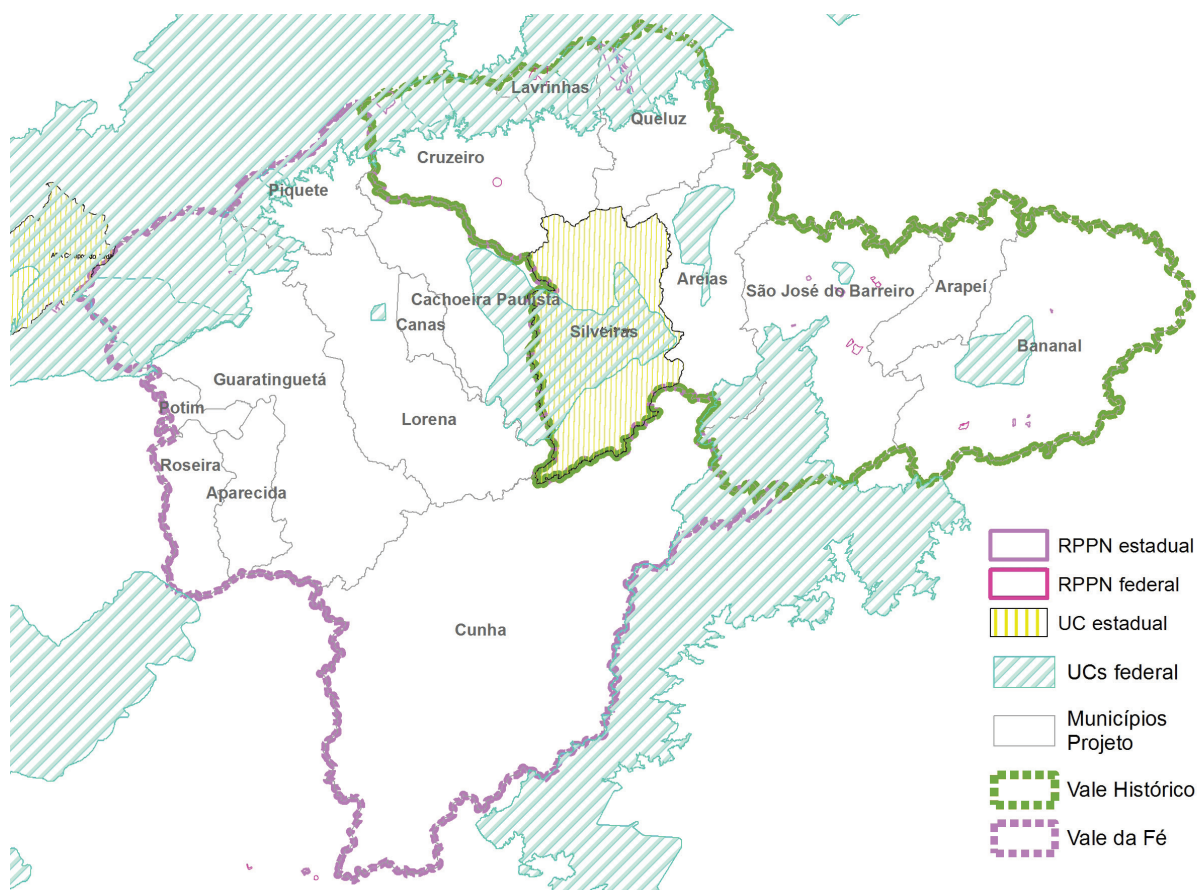
4.3.

A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Uma Unidade de Conservação (UC) é definida pelo Inciso I, do Artigo 2º do SNUC, como o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

As UCs são divididas em dois grupos: UC de Proteção Integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (com exceção de alguns casos previstos na Lei); e UC de Uso Sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Além disso, existem as Áreas Correlatas, igualmente definidas pelo Poder Público com o objetivo de proteção, preservação ou controle ambiental, sem a denominação, em diplomas legais, de Unidades de Conservação Ambiental.

Na área de estudo, verifica-se, no âmbito federal, a existência de uma UC de Proteção Integral (Parque Nacional da Serra da Bocaina) e treze UCs de Uso Sustentável, sendo duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), dez Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPNs) e a Floresta Nacional (FLONA) de Lorena. No âmbito estadual, verificam-se duas UCs de Proteção Integral (Parque Estadual da Serra do Mar e o Monumento Natural – MONA da Mantiqueira) e nove UCs de Uso Sustentável, sendo uma APA (Silveiras), sete RPPNs e uma Área sob especial proteção (ASPE Roseira Velha). Ocorrem, ainda, duas UCs de Proteção Integral administradas pelos municípios (Estação Ecológica do Bananal e MONA Pico do Itaguaré). Por fim, a Área Natural Tombada (ANT) da Serra do Mar e Paranapiacaba também está contida no território em análise.

Unidades de Conservação na região do PADES-VP



Fonte: DATAGEO (2022)

As cinco UCs de Proteção Integral, somadas às 24 UCs de Uso sustentável e uma ANT, diferem em termos de tamanho, grau de proteção, distribuição intrarregional e existência de planos de manejo. Apenas oito UCs possuem Plano de manejo, sendo três de RPPN, que são de domínio privado. Não foram encontradas informações para as demais UCs da bacia, indicando a urgente necessidade de elaboração dos referidos planos.

Sem um planejamento adequado, as áreas ficam mais suscetíveis às ações predatórias, como o desmatamento e as queimadas; atividades ilegais (retirada de madeira, de palmito, entre outros) e ocupações irregulares. É importante ressaltar a importância da articulação dos instrumentos de gestão propostos para ordenar o uso e ocupação do território. As diretrizes dos Planos de manejo (existentes, em elaboração ou ainda não iniciados) devem contemplar as metas e ações definidas no PADES-VP, sendo essencial a aproximação com os órgãos administradores das UCs para estabelecer ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável da região.



05.

**Dinamização
Econômica do Vale
Histórico e Vale
da Fé em Bases
Sustentáveis:
Programas de Ações**

Aportes Transversais

5.1.

A análise integrada das leituras técnica (levantamento de dados secundários) e participativa (levantamento junto a atores locais na oficina e no questionário) indicaram alguns pontos que interferem diretamente no desenvolvimento econômico e social das sub-regiões do Vale da Fé e Vale Histórico. Esses pontos foram considerados críticos por afetarem negativamente o desempenho regional de áreas básicas para o desenvolvimento sustentável como a educação, saúde, meio ambiente e inclusão social e econômica.

Foi apontada, assim, a necessidade de adoção de medidas básicas estruturantes que impactam transversalmente os vetores de dinamização econômica priorizados. Esses aportes transversais são, portanto, fundamentais para a efetivação de novas oportunidades na geração de emprego e renda, envolvendo a incorporação de inovações para a região.

5.1.1. Plano de Ações Transversais do PADES-VP

A dinamização econômica e, de forma geral, a qualidade de vida da população dependem de questões que são transversais aos quatro vetores de desenvolvimento do PADES-VP.

A primeira é a melhoria da base de infraestrutura da região, destacando-se a energia, telecomunicações e infraestrutura urbana adequada. Isto porque, antes de pensarmos no fomento ao desenvolvimento tecnológico, é necessária infraestrutura básica que suporte esse desenvolvimento e crescimento. Sem isso, dificilmente o território obterá avanços sustentáveis ao longo do tempo. No mundo atual, onde as tecnologias estão sendo introduzidas em todos os aspectos da vida da população e das empresas, é imperativo adequar a infraestrutura e a conectividade na região para promover a inclusão social, permitir o exercício pleno da cidadania e fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas modernas, tornando a região promissora e atraente para as pessoas e as empresas.

Os Vales Histórico e da Fé dispõem de uma boa oferta de energia elétrica, restando resolver alguns problemas de estabilidade de seu fornecimento, que ocorre de forma localizada. Já no caso das telecomunicações, a cobertura de sinal e sua estabilidade são problemas consideráveis. Sem uma rede que permita acesso à internet, o desenvolvimento de processos tecnológicos fica extremamente dificultado. A população relativamente pequena na região não é um atrativo para as grandes empresas de telecomunicações, que fazem com que muitos lugares fiquem sem cobertura adequada.

Além disso, é fundamental criar ambientes propícios à inovação no território, viabilizando a transformação do conhecimento gerado pelas diversas instituições de ensino e pesquisa, organizações sociais, empreendimentos, em ações, processos e serviços. Assim, é possível orientar a dinâmica de desenvolvimento econômico para que ela tenha um ganho compartilhado e sustentável.

Vale ressaltar, ainda, a questão dos recursos e investimentos para financiamento dos projetos e ações em todos os eixos que constam do PADES-VP. As principais possibilidades que se apresentam são três. A primeira são os recursos públicos, sejam aqueles investidos diretamente, ou por meio de programas de fomento específico para a região. A segunda é o investimento social privado, em que grupos de pessoas, comunidades ou pequenos produtores artesanais formulam um programa que necessite de recursos e se faz sua captação junto a empresas que atuam na região ou que tenham preocupações com políticas como a Agenda ESG – *Environmental, Social and Governance*. A terceira se refere aos recursos próprios de quem irá investir, que pode se dar por meio de capital próprio acumulado ou empréstimos bancários, sendo fundamental estabilidade jurídica das propriedades, infraestrutura adequada para a produção e comercialização, bem como capacitação das pessoas que serão empregadas.

Nesse sentido, um conjunto de ações transversais foi definido para o impulsionamento e a diversificação de todas as atividades econômicas, tendo como base o desenvolvimento sustentável. Esses aportes transversais são essenciais para garantir que as ações consignadas nos programas que compõem o PADES-VP se desenvolvam efetivamente, estando conectados com as demandas e vocações da região, bem como com as necessidades básicas das atividades econômicas foco do projeto. Essas ações foram indicadas como chave para superar desafios enfrentados na região, tais como o êxodo populacional, especialmente de jovens, devido ao baixo acesso a atividades educativas no formato de EAD (educação à distância) e outras oportunidades perdidas pela falta de infraestrutura e conectividade adequada na região.

Foram definidos quatro objetivos estratégicos para que se possa alcançar as metas traçadas, conforme quadro a seguir. Esses objetivos estratégicos também são importantes para a gestão do patrimônio ambiental, cultural e histórico da região já que, em muitas situações, a tomada de decisão deve ser ágil e, para ser efetiva, deve-se ter infraestrutura e conectividade adequadas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 1. Aprimorar a infraestrutura e conectividade**
- 2. Promover a difusão tecnológica**
- 3. Divulgar as linhas de crédito e financiamento de projetos**
- 4. Promover a integração regional**

Assim, espera-se que as ações propostas a seguir propiciem um salto de qualidade, com consequente melhoria no desempenho das áreas de educação, saúde, cidadania, meio ambiente e desenvolvimento econômico da região.

O quadro de ações apresenta transversalidade com os quatros vetores de desenvolvimento que compõem esse plano e também aponta as transversalidades associadas a ações indicadas em outros instrumentos que influenciam a região como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Para isso são utilizados ícones, conforme legenda a seguir:



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)



Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)

Plano de Ações Transversais do PADES-VP

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Aprimorar a infraestrutura e conectividade	1.1 Implementar projetos de aprimoramento das estradas principais para acesso a região 1.2 Implementar projetos de aprimoramento das estradas locais	• Realizar o mapeamento de demandas de transporte e mobilidade da região, avaliando-se, além das necessidades de melhoria da qualidade e ampliação da malha viária, as oportunidades de dinamização econômica e ganhos de competitividade. • Avaliar, em conjunto com o setor turístico, as necessidades de melhorias de infraestrutura para deslocamento de turistas. • Ampliar os investimentos para a manutenção nas estradas vicinais.	Curto	Liderança: STL • SIMA • SDE • SDR • Setur • EMTU • Prefeituras Municipais	 

Plano de Ações Transversais do PADES-VP

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Aprimorar a infraestrutura e conectividade	1.1 Implementar projetos de aprimoramento das estradas principais para acesso a região 1.2 Implementar projetos de aprimoramento das estradas locais	• Ampliar, melhorar e integrar a malha viária, em consonância com as demandas das atividades produtivas e com as demais necessidades das populações locais, considerando os traçados, a tecnologia e as fontes de energia de menor impacto ambiental.	Curto	Liderança: STL • SIMA • SDE • SDR • Setur • EMTU • Prefeituras Municipais	 
	1.3 Estimular o uso de outros modais, como as linhas férreas	• Estimular o uso de modais alternativos, por exemplo linhas férreas (públicas ou privadas), interligando vários municípios. • Promover a integração e a diversificação dos modais de transporte, preferencialmente com a utilização de fontes de energia limpa.	Médio	Liderança: STL • SIMA • SDE • SDR • Setur	 

Plano de Ações Transversais do PADES-VP

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Aprimorar a infraestrutura e conectividade	1.4 Implementar projetos de aprimoramento da comunicação (telefonia e internet)	• Articular com a ANATEL e empresas de telecomunicação, procedimentos para a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade da conectividade, via telefonia móvel e Internet. • Implantar mecanismos para provisão de acesso à internet, inclusive no meio rural.	Curto	Liderança: SIMA e Segov • SDE • SDR • ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e empresas de telecomunicação	
	1.5 Melhorar a infraestrutura municipal	• Reforçar a importância da zeladoria pública (limpeza pública, iluminação, etc.), principalmente em cidades turísticas.	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais	
		• Elaborar e implementar planos de gestão de resíduos sólidos em arranjos municipais.	Médio	Liderança: SIMA • Prefeituras Municipais	
		• Ampliar o acesso ao saneamento básico urbano e rural.	Médio	Liderança: SIMA • SABESP • Prefeituras Municipais	

Plano de Ações Transversais do PADES-VP

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Promover a difusão tecnológica	2.1 Estimular o uso de tecnologia e inovação social como alicerces para a inclusão produtiva da população local	Realizar capacitações voltadas ao uso de tecnologia e inovação social como alicerces para a inclusão produtiva da população local.	Médio	Liderança: SDE - Institutos de ensino e pesquisa da região - SDR - Sebrae - AgemVale - AMVale - Fapesp - Prefeituras Municipais	
	2.2 Designar áreas como zonas estratégicas para serviços de alto conteúdo tecnológico	Realizar estudos para definir zonas estratégicas para “distritos” de inovação, “quarteirões” ou corredores para abrigar serviços de alto conteúdo tecnológico	Médio		
	2.3 Facilitar as conexões entre empresas, universidades, institutos de pesquisa	Criar ambientes de integração entre empresas, universidades, institutos de pesquisa para estimular as trocas de conhecimento e a realização de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).	Curto		

Plano de Ações Transversais do PADES-VP

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Promover a difusão tecnológica	2.3 Facilitar as conexões entre empresas, universidades, institutos de pesquisa	Integrar os centros de apoio a startups e parques tecnológicos já existentes.	Curto	Liderança: SDE - Institutos de ensino e pesquisa da região - SDR - Sebrae - AgemVale - AMVale - Fapesp - Prefeituras Municipais	
	2.4 Desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento	- Divulgar editais específicos para atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas a soluções inovadoras às demandas identificadas no PADES-VP. - Incentivar o acesso às universidades e instituições de ensino.	Curto		

Plano de Ações Transversais do PADES-VP

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Promover a difusão tecnológica	2.5 Incrementar a densidade de negócios de base tecnológica	Promover e fomentar programas de formação e capacitação profissional nos níveis técnico e superior, com foco nas cadeias produtivas locais e negócios de base tecnológica, com a agregação de valor a produtos e serviços da região.	Curto	Liderança: SDE - Institutos de ensino e pesquisa da região - SDR - Sebrae - AgemVale - AMVale - Fapesp - Prefeituras Municipais	
3. Divulgar as linhas de crédito e financiamento de projetos	3.1 Promover a divulgação e facilitação de acesso a linhas de crédito, financiamento e incentivos existentes	Realizar a divulgação das linhas de crédito, financiamento e incentivos existentes, com destaque para as geridas por mulheres, negros e LGBTQIA+ e as com propostas sustentáveis.	Curto	Liderança: AgemVale e Amvale - SDR - SDE - Desenvolve SP - Investe SP - Sebrae - Representantes Empresariais - Prefeituras Municipais	
	3.2 Fomentar novas estratégias de financiamento e investimento para projetos de inovação para a região	Buscar editais para financiamento e investimento junto às organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais.	Curto		

Plano de Ações Transversais do PADES-VP

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Divulgar as linhas de crédito e financiamento de projetos	3.2 Fomentar novas estratégias de financiamento e investimento para projetos de inovação para a região	Divulgar as linhas de financiamento existentes para projetos de inovação para a região.	Curto	Liderança: AgemVale e Amvale - SDR - SDE - Desenvolve SP - Investe SP - Sebrae - Representantes Empresariais - Prefeituras Municipais	
		Fomentar a capacitação técnica para tomada de projetos de financiamento FEHIDRO.	Curto	Liderança: CBH-PS - SIMA - IPT - Prefeituras Municipais - AgemVale - Amvale	
4. Promover a Integração Regional	4.1. Potencializar espaços no território para encontros entre os atores locais	Mapear as salas/laboratórios nas Universidades locais.	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais - AgemVale - Amvale - Instituições de ensino e pesquisa da região	
		Mapear espaços em organizações da sociedade civil organizada para realização de encontros de governança local.	Curto		

Plano de Ações Transversais do PADES-VP

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
4. Promover a Integração Social	4.2. Elaborar política de Integração e encontros periódicos dos atores locais	• Estabelecer uma via de comunicação unificada entre todos eles: Newsletter, LP, etc.	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais • AgemVale • AMVale	
		• Implementar um fórum regional permanente, incluindo como temas fixos também a produção rural e o turismo.	Médio		
	4.3. Criar um grupo de trabalho envolvendo representantes do PDUI, ZEEs e PADES (PLC da nova regionalização do Estado, PPA previsto para 2024-2027)	• Estabelecer um Pacto Regional.	Médio	Liderança: AgemVale e Amvale • SDR • SIMA • SDE	
		• Incorporar as propostas comuns e reflexão de como elas poderiam ser implementadas.	Médio		
		• Acompanhar as ações deste grupo para garantir que o processo de implementação esteja levando em conta a integração dos planos desenvolvidos.	Médio		
	4.4. Criar uma Câmara temática na AgemVale com representantes locais e regionais	• Criar subcomitês regionais com as temáticas do PADES-VP.	Curto	Liderança: AgemVale e Amvale • Prefeituras Municipais	

Programa de Impulsioneamento da Indústria, Comércio e Serviços do PADES-VP (PIICS-VP)

5.2.

5.2.1.

Contexto e Bases para o PIICS-VP

O PIICS - VP tem por finalidade orientar o desenvolvimento industrial e econômico das sub-regiões do Vale da Fé e Vale Histórico, garantindo equidade e inclusão por meio da diversificação das atividades, exploração dos potenciais econômicos e vocações produtivas da região e da atração de investimentos e novos negócios.

No que se refere às atividades econômicas locais, se verifica uma certa diversidade, com alguns municípios tendo maior intensidade na agropecuária (como São José do Barreiro e Areias), outros em que é importante a participação da indústria (como em Guaratinguetá e Lorena) e com o setor de serviços sendo predominante em quase todas as cidades.

A indústria das sub-regiões é pouco diversificada, com segmentos que se espalharam desde os anos 70, como a produção ligada à indústria automobilística e química, e outros já presentes na região, como alimentos, celulose, metalurgia e minerais não metálicos. No setor de serviços ganha importância a atividade turística, em especial para Aparecida e Cunha, no Vale da Fé, e para os municípios do Vale Histórico.

Vale salientar que, quanto menor é a atividade econômica de uma localidade, maior será a participação do valor adicionado da administração pública, que é uma atividade exercida em todos os municípios, sem exceção. Assim sendo, verifica-se que em quatro municípios a administração pública aparece como o principal setor de atividade, mostrando a escassa atividade econômica nesses locais (Arapeí, Areias, São José do Barreiro e Silveiras, todos no Vale Histórico).

Na sub-região do Vale da Fé, deve-se ressaltar a extrema importância na participação do setor de serviços em Aparecida, onde ele representa 81,5 % do total, evidentemente em função do turismo religioso neste município. Ainda nessa região sobressai a participação da indústria nos municípios de Guaratinguetá e Lorena (37,6 % e 30,4 %, respectivamente), enquanto a administração pública é relevante para os municípios de Cunha, Potim e Piquete, todos com participação acima de 30 %.

A análise integrada das leituras técnica (levantamento de dados secundários) e comunitária (levantamento junto a atores locais na oficina e no questionário) permitiram indicar as prin-

cipais forças e fraquezas da indústria, comércio e serviços nos Vales da Fé e Histórico, assim como as principais oportunidades e ameaças para esses setores. O resultado dessa análise é apresentado no quadro a seguir.

Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas no diagnóstico da Indústria, Comércio e Serviços do PADES-VP

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	Forças: • Indústrias localizadas de forma concentrada ao longo da Via Dutra • Municípios de importância histórica e religiosa, o que poderia dar origem a um roteiro turístico • Turismo religioso em Aparecida • Indústria em Guaratinguetá e Lorena • Descentralização de serviços, com mais de um município com proeminência regional (Cruzeiro e Guaratinguetá) • Reserva ambiental do Vale Histórico • Acervo histórico	Fraquezas: • Desigualdade econômica do território (Vale da Fé vs. Vale Histórico) • Disparidade interna nas sub-regiões (Via Dutra vs. Serra da Bocaina) • PIB per capita abaixo da média estadual • Rendimento do trabalho formal abaixo da média estadual • Quatro municípios com baixíssima atividade econômica no Vale Histórico (Arapeí, Areias, São José do Barreiro e Silveiras)
Fatores Externos	Oportunidades: • Desenvolvimento do turismo religioso, histórico e ecológico • Incentivo ao empreendedorismo como combate ao desemprego • Organização da regularização fundiária como estímulo para novos negócios • Fortalecimento do cooperativismo, associativismo e coletivos • Investimento em energias e tecnologias sustentáveis • Presença de instituições como o Sebrae e universidades, para aporte de conhecimento técnico	Ameaças: • Falta de investimentos para micro, pequenos e médios empreendedores • Baixa cultura de desenvolver ações cooperadas nos territórios • Desemprego expressivo • Flutuações econômicas e de emprego advindas dos ciclos industriais • Ausência de uma vocação econômica consolidada para toda a região

Sendo assim, percebe-se que há um potencial do setor industrial no eixo que se concentra ao longo da Via Dutra, com destaque para cidades como Guaratinguetá, Lorena e Cruzeiro. Também há municípios com importante acervo histórico e vocação para atividades religiosas, o que impulsiona o comércio como um todo e os serviços ligados ao turismo.

Há, por outro lado, desafios latentes, como a desigualdade econômica entre as Sub-regiões do Vale Histórico e do Vale da Fé e a necessidade de um aumento na renda e na criação de empregos formais. Como forma de impulsionar as potencialidades e encarar tais desafios, faz-se importante investir e direcionar esforços: na formação e qualificação de mão de obra, na

prospecção de atividades industriais potencialmente dinâmicas, na formação e fortalecimento de arranjos produtivos locais e de cadeias produtivas que explorem produtos potenciais da região e na aproximação entre empresas, instituições do Terceiro Setor, Sistema S e agências do governo estadual para fortalecer e integrar os polos tecnológicos do Vale do Paraíba a polos vizinhos de grande potencial, como cidades do Rio de Janeiro e também da região de São José dos Campos.

5.2.2.

PIICS-VP: Plano de Ações

Dado o caráter integrado das ações propostas para o eixo de Indústria, Comércio e Serviços, além do pouco detalhamento das demandas especificamente para este tema nos processos de escuta dos atores locais, optou-se por trabalhar com apenas dois objetivos estratégicos, estes de caráter abrangente e estrutural para o desenvolvimento industrial e o fomento ao comércio e serviços do Vale do Paraíba. Esses objetivos estão, por sua vez, estruturados em ações, que se detalham em atividades, prazo e instituições envolvidas.

PIICS-VP: Objetivos Estratégicos

- 1. Dinamizar a indústria de maneira inclusiva, igualitária e sustentável, equalizando as assimetrias intra-regionais;**
- 2. Fomentar o comércio e o setor de serviços na região, criando condições para seu desenvolvimento.**

Vale lembrar que, embora tenha sido bastante citado, e com claras interseções com os setores de comércio e serviços, o turismo, neste item, será citado de forma superficial, uma vez que haverá um capítulo inteiramente dedicado a este tema.

No quadro de ações são apontadas as transversalidades que podem estar associadas a alguma ação indicada, em cada um dos quatro planos de ações que compõem o PADES-VP ou outros instrumentos que influenciam a região como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Para isso são utilizados ícones, conforme legenda a seguir:



Indústria, Comércio e Serviços



Turismo



Produção Rural



Desenvolvimento Social



Plano de Desenvolvimento
Urbano Integrado (PDUI)



Zoneamento
Ecológico-Econômico (ZEE)

PIICS-VP 2022

Programa de Impulsionamento da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Dinamizar a indústria de maneira inclusiva, igualitária e sustentável, equalizando as assimetrias intraregionais	1.1 Fornecer melhor infraestrutura, suporte financeiro e apoio tecnológico ao setor industrial	Estimular o desenvolvimento tecnológico de empresas existentes, no eixo da via Dutra (Guaratinguetá, Cruzeiro e Lorena, principalmente).	Curto	Liderança: Amvale e AgemVale - SDE - SDR - Fapesp - IPT - Desenvolve SP - Sistema S - Instituições de ensino e pesquisa da região	
	1.2 Formar e qualificar a mão de obra local para inclusão produtiva e geração de emprego e renda	Qualificar profissionais para as indústrias existentes na região. (automobilística, química, máquinas e equipamentos, metalurgia, papel e celulose e alimentos).	Curto	Liderança: Senai e Sebrae - Fundação Paula Souza - Senac - Instituições de ensino e pesquisa da região	
		Identificar outros cursos em novas áreas que possam demandar mão de obra com qualificação específica.	Curto	Liderança: Sebrae - Fundação Paula Souza - Senai - Senac - Instituições de ensino e pesquisa da região	

PIICS-VP 2022

Programa de Impulsioneamento da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Dinamizar a indústria de maneira inclusiva, igualitária e sustentável, equalizando as assimetrias intraregionais	1.3 Fortalecer sistemas de governança entre gestões municipais, consórcios governamentais, empresas, polos de Ciência & Tecnologia, Sistema S e Terceiro Setor	Realizar ações de integração com Sistema S para expandir acesso a cursos e qualificação em polos tecnológicos vizinhos ao Vale, como São José dos Campos.	Curto	Liderança: Senai - Fundação Paula Souza - Sebrae - Consórcios - Prefeituras Municipais - Agemvale - Amvale	
	1.4 Incentivar a cadeias produtivas sustentáveis	Incentivar os produtores locais a se integrar aos programas de APL existentes na região.	Curto	Liderança: AgemVale e Amvale - SDE - DesenvolveSP	
		Desenvolver ações para aumentar o valor agregado dos produtos, aumentando os links das cadeias produtivas. Exemplos: leite e cerâmica.	Médio	Liderança: SDE - SDR - Sebrae - Agemvale	

PIICS-VP 2022

Programa de Impulsionamento da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Dinamizar a indústria de maneira inclusiva, igualitária e sustentável, equalizando as assimetrias intraregionais	1.4 Incentivar a cadeias produtivas sustentáveis	- Estimular a adoção de novas tecnologias de racionalização do uso da água e da energia - Estimular a adoção de novas tecnologias de controle de poluentes pelos setores produtivos.	Médio	Liderança: FIESP/CIESP - SIMA - SDE - SDR - Sebrae - Agemvale	
2. Fomentar o comércio e o setor de serviços na região, criando condições para seu desenvolvimento	2.1 Fortalecer as relações e organizações empresariais, sobretudo de pequenos empreendedores, integrando-as em iniciativas consorciadas, como associações e cooperativas	Divulgar as opções de crédito para pequenos empreendedores e produtores rurais já existentes.	Curto	Liderança: Sebrae - Banco do Povo - Bancos e instituições financeiras - Empreenda	
		Divulgar softwares, aplicativos e soluções tecnológicas que conectem os consumidores aos produtores locais (micro e pequenas empresas, agricultores familiares) já existentes.	Curto	Liderança: AgemVale e Amvale - Prefeituras Municipais - Sebrae - SDE - Representações Empresariais	

PIICS-VP 2022

Programa de Impulsionamento da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Fomentar o comércio e o setor de serviços na região, criando condições para seu desenvolvimento	2.1 Fortalecer as relações e organizações empresariais, sobretudo de pequenos empreendedores, integrando-as em iniciativas consorciadas, como associações e cooperativas	• Mapear iniciativas de outras regiões sobre aproximação e conexão entre produtores, empreendedores e pequenos empresários locais com consumidores e avaliar viabilidade de uso no Vale.	Curto	Liderança: AgemVale e Amvale • Sebrae • Instituições de ensino e pesquisa da região • IPT	
		• Divulgar canais e circuitos comerciais para pequenos produtores e empresários.	Médio	Liderança: Prefeituras Municipais • AgemVale • Amvale • Sebrae • Instituições de ensino e pesquisa da região	
		• Fomentar o Micro e Pequeno empreendedorismo focado em Economia Circular.	Médio	Liderança: Sebrae • IPT • Instituições de ensino e pesquisa da região	

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé (PVPR-VP)

5.3.

O Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba - Vale Histórico e Vale da Fé (PVPR-VP) tem o objetivo de apoiar e fortalecer as diversas culturas agrícolas, florestais e criações animais presentes na área de estudo (Vale da Fé e Vale Histórico), com vistas a aproveitar o potencial da produção rural da região para gerar impacto positivo na economia regional e na qualidade de vida da população. Dessa forma, pretende-se consolidar a colaboração da produção rural da região para o atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, para orientar políticas públicas a serem implementadas até 2030, visando o combate à pobreza, a proteção do planeta e a garantia da paz e da prosperidade (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2022). A seguir são apresentados o contexto e as informações que embasaram a elaboração do programa.

5.3.1.

Contexto e Bases para o PVPR-VP

A análise dos dados da literatura técnico-científica sobre o contexto rural do Vale Histórico e Vale da Fé mostrou que a região tem um histórico de uso e ocupação das paisagens passando, primeiramente, pela substituição da vegetação nativa de Mata Atlântica para plantios de café e, posteriormente, pela introdução da pecuária leiteira (DANTAS & COELHO NETTO, 2018). Esse histórico foi importante para gerar a paisagem atual caracterizada pela presença de fragmentos florestais e extensas áreas de pastagem.

Após o ciclo do café, estabeleceram-se a pastagem para bovinocultura de corte e de leite, além da silvicultura de eucalipto que encontrou boas condições para o seu desenvolvimento, o que fez com que a concentração desses plantios nas sub-regiões se tornasse uma das maiores do país até a década de 1980 (NEVES et al, 2018). O Vale do Paraíba se destaca, também, pela produção de arroz, sendo a principal região produtora do Estado de São Paulo.

A região apresenta forte aptidão florestal, validada em importante estudo realizado pelo *World Resources Institute* – WRI, que destacou o potencial para a restauração das terras da região por meio de: Sistema Silvipastoril; Silvicultura de Nativas, Silvicultura de Nativas

Biodiversas, Sistemas Agroflorestais, Sistemas Agroflorestais Biodiversos, Enriquecimento Econômico, Enriquecimento Ecológico, Reflorestamento Ecológico e Regeneração Natural (SMA, 2018). Com isso, mostra-se o potencial de aliar restauração do potencial produtivo de áreas degradadas, com atividades de produção florestal para fins comerciais e conservacionistas, que podem gerar renda, seja diretamente pela produção florestal madeireira e não madeireira, seja indiretamente, incorporando atividades turísticas a áreas restauradas. Dessa forma, a restauração florestal se constitui em uma grande oportunidade para a região, que necessita de organização para superar desafios para viabilizá-la, tais como: a coleta de sementes; a produção de mudas; a disponibilidade de áreas para restaurar; o acesso a recursos para financiamento; e a capacitação técnica (ANDRADE et al., 2018). A integração do eucalipto à pecuária (sistema silvipastoril) em pasto em rotações e sistemas do tipo “Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF)”, também são possibilidades de diversificar a produção rural e gerar benefícios ambientais para a região. Outras atividades como a apicultura podem ser agregadas a esses modelos de consórcio entre produção agrícola, florestal e criação animal.

Todas essas oportunidades para o manejo sustentável das terras nas sub-regiões apontam para outro importante potencial para a região: a agregação de valor ambiental da produção rural por meio de incentivos econômicos aos que produzem de forma sustentável. Tal oportunidade necessita ser aproveitada por meio de um plano de manejo integrado e sustentável, elaborado com a participação popular, para adequar a ocupação do solo nos diferentes compartimentos da bacia hidrográfica, evitando atividades predatórias e danos socioambientais (DEVIDE et al., 2014). Assim, será possível beneficiar produtores rurais que adotam sistemas de produção de base agroecológica, focados na agricultura familiar, restauração florestal com espécies nativas para recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, entre outros, sendo uma importante ferramenta de agregação de valor.

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) se constitui em um importante mecanismo de agregação de valor ambiental para o Vale Histórico e Vale da Fé devido sua aptidão florestal, que viabilizada por programas de restauração florestal visando conservação do solo e água aliados ao turismo rural e ecológico e produção agroecológica, podem promover o engajamento dos produtores rurais a buscar os incentivos econômicos para apoiar a diversificação de suas atividades (SILVA et al, 2017). Um dos projetos que vem sendo desenvolvido nesse sentido no Vale do Paraíba é o Conexão Mata Atlântica, liderado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SIMA, que apoia os produtores rurais em plantios visando a restauração de áreas e gerando serviços ambientais.

Os dados do Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2019) indicam que a produção rural da área de estudo é composta atualmente por uma diversidade de culturas agrícolas e florestais, assim como diferentes criações animais. Dessa análise, 19 culturas foram consideradas como as principais culturas das sub-regiões, neste estudo, por estarem presentes em mais de 20% dos municípios da região.

Quatro culturas estão presentes em todos os municípios do PADES-VP: a Braquiária (pasto), o Eucalipto, outras gramíneas para pastagem e o Capim-napier (ou Capim-elefante). Destacam-se, também: o Milho-silagem e a Cana-de-açúcar para finalidades distintas da in-

dustrial e outras culturas para alimentação animal, como o Capim-gordura; as culturas alimentícias, como as anuais Arroz, Feijão e Milho; as culturas perenes, como o Pomar doméstico; e as culturas florestais, como Outras florestais.

Algumas culturas são cultivadas em um ou poucos municípios, como a Abóbora (Guaratinguetá), a Aveia (Guaratinguetá e Cunha), a Soja (Guaratinguetá e Potim), o Alface (Guaratinguetá e Lavrinhas), a Araucária (Cunha e Silveiras), a Azeitona (Lorena), a Cana-de-açúcar para fins industriais (Lorena), o Tomate envarado (Cunha), a Tangerina, a Bracatinga (Cunha), o Café (Cunha), a Laranja (Cunha), a Setaria (Cunha), o Milho doce – verde – (Cunha), o Capim-jaraguá (Lorena) e o Viveiro de flores e ornamentais (Lorena). Isso sugere que tais culturas atendem a nichos de mercado importantes para os municípios de Guaratinguetá, Cunha, Potim, Lavrinhas, Silveiras e Lorena.

Observa-se, também, a presença de culturas relacionadas à segurança alimentar, que sugerem para a possibilidade de atendimento ao consumo próprio e à geração de renda (por meio da comercialização de excedente de produção), como o Pomar doméstico e a Horta doméstica. Tais cultivos podem fornecer frutas, verduras e legumes para consumo das famílias produtoras rurais, assim como a Mandioca, o Feijão e o Arroz, já que esses itens fazem parte da alimentação dos brasileiros (BRASIL, 2014).

A figura da página 54 apresenta o mapeamento da área cultivada de cada cultura, o que permitirá regionalizar as ações do PADES-VP conforme a expressividade de cada cultivo para os municípios das sub-regiões.

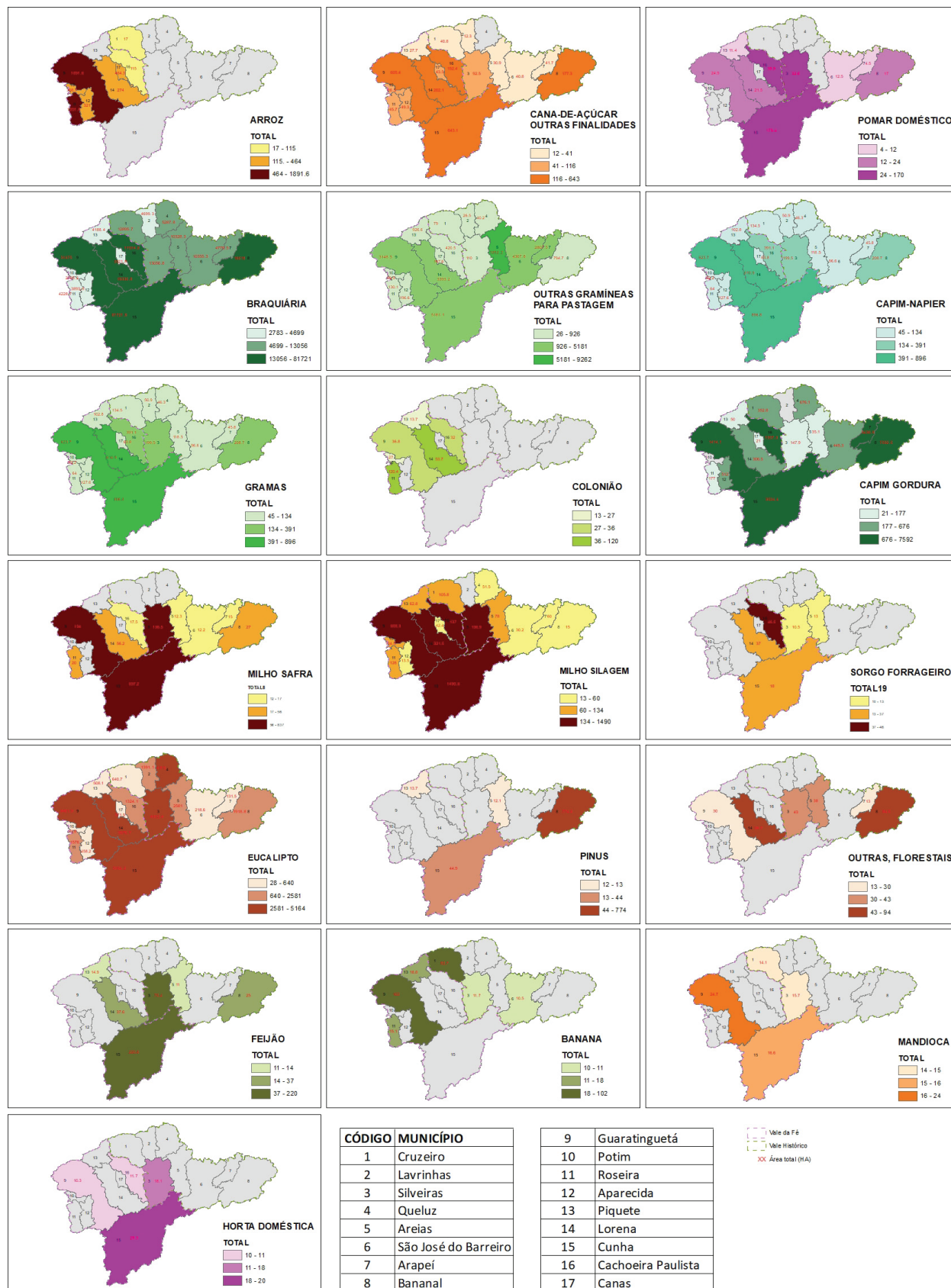
Quanto às criações animais, o Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2019) indica que há 14 diferentes tipos presentes em mais de 50% dos municípios, sendo consideradas como principais criações animais do Vale Histórico e Vale da Fé, neste estudo.

Quatro criações animais se destacam por estarem presentes em todos os municípios do Vale do Paraíba: a Bovinocultura de corte, a Bovinocultura leiteira, a Bovinocultura mista e a Equinocultura. Destacam-se, também: os Asininos e muares, a Suinocultura e a Avicultura para ovos – presentes em mais de 80% dos municípios da região; a Apicultura, a Ovinocultura, a Piscicultura e a Bubalinocultura – presentes em mais de 70% dos municípios do PADES-VP.

A figura da página 55 apresenta o mapeamento da quantidade de cada criação animal no território do Vale do Paraíba, o que permitirá regionalizar as ações do PADES-VP conforme a expressividade de cada criação para os municípios da região.

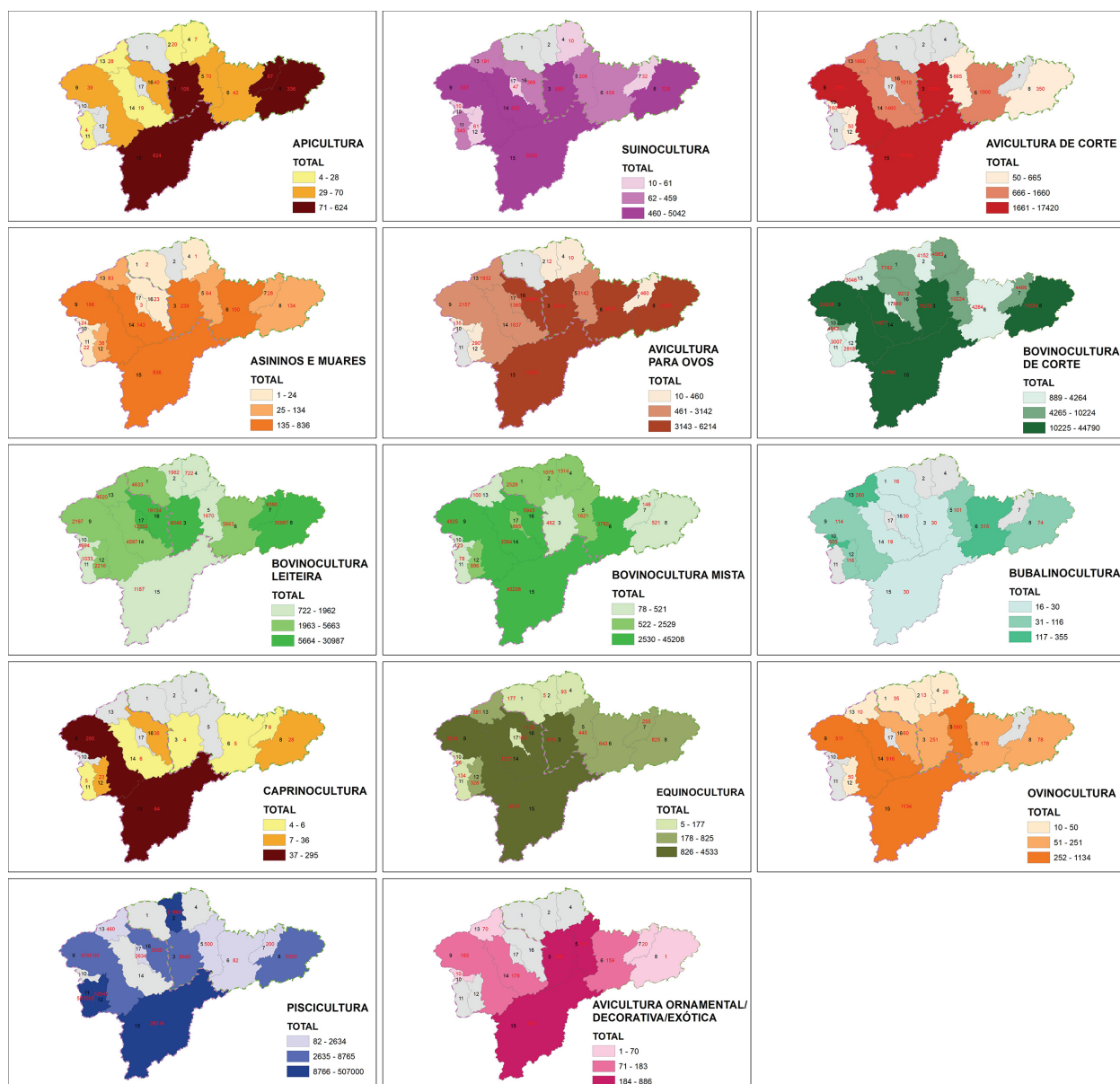
Algumas criações que estão presentes em uma boa parcela das unidades de produção agropecuárias (UPAs) das sub-regiões podem estar relacionadas à segurança alimentar e geração de renda, tais como, a Bovinocultura, a Suinocultura e a Avicultura e, em menor presença, a Piscicultura e a Ovinocultura. Essas criações animais produzem itens que fazem parte da alimentação dos brasileiros, como a carne (gado, porco, frango), o peixe, o leite, o queijo e os ovos (BRASIL, 2014), podendo atender ao consumo das famílias produtoras rurais, além de gerar renda.

Mapeamento da área cultivada (ha) de cada cultura no território do Vale do Paraíba



Fonte: elaborado pelos autores com dados de São Paulo (2019).

Mapeamento da área cultivada (ha) de cada cultura no território do Vale do Paraíba



Fonte: elaborado pelos autores com dados de São Paulo (2019).

A essa análise técnica somou-se a análise comunitária, baseada no levantamento de informações e opiniões junto a atores locais, em oficina participativa e em questionário *online*. A integração dessas análises indicou as principais forças e fraquezas da produção rural do Vale Histórico e Vale da Fé, assim como as principais oportunidades e ameaças para o setor, apresentadas no quadro a seguir.

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	Forças: • Potencial de conexão da produção rural com o turismo • Localização estratégica (próximo de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro) • Potencial para produção rural diversificada e sustentável • Aptidão para produção florestal	Fraquezas: • Falta de conservação de estradas rurais • Baixa cobertura de internet e telefonia • Falta de CEP rural (CEP único no município) • Falta de capacitação técnica e apoio para melhoria da produção • Falta incorporar a sustentabilidade ambiental à produção rural
Fatores Externos	Oportunidades: • Desenvolver selo de origem para agregar os valores socioambientais da região • Desenvolvimento de Programas de Pagamento por Serviços Ambientais para agregar valor à conservação ambiental • Desenvolver políticas públicas para fixar os jovens no campo (alternativas de emprego e renda, educação e lazer) • Políticas para o desenvolvimento econômico sustentável da região (gerando benefícios socioeconômicos com conservação ambiental) • Criar um fórum permanente com representantes dos municípios para debater uma agenda comum • Fortalecer a assistência técnica e extensão rural (ATER) • Promover cursos de capacitação voltados aos produtores rurais • Realizar ações de marketing e divulgação da produção rural da região • Melhorar a infraestrutura da região (telefonia, estradas, internet)	Ameaças: • Falta de investimentos para produção rural • Baixa cultura de cooperativismo e associativismo • Ausência de uma vocação econômica consolidada para toda a região • Êxodo rural • Falta de integração dos municípios para busca de soluções para a região • Falta da presença do Estado na região

Esse diagnóstico, apresentado e discutido nos fóruns do projeto, também embasou a construção de um questionário *online* voltado para a definição de ações prioritárias para o PADES-VP. O resultado desse processo possibilitou organizar ações e instituições a serem envolvidas, além de identificar os temas principais a serem tratados no Programa de Valorização da Produção Rural do Vale Histórico e Vale da Fé, a saber:

1. Assistência técnica/ Extensão rural/ Capacitação
2. Comercialização da produção rural;
3. Desenvolvimento Econômico Sustentável (aspectos econômicos, sociais e ambientais); e
4. Organização social dos produtores rurais.

O próximo quadro apresenta a síntese dos resultados do diagnóstico setorial aliado ao processo participativo, que permitiram estabelecer os principais desafios para a concepção dos objetivos estratégicos, bem como avançar em ações do Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé, apresentado a seguir.

Quadro Síntese: visão de futuro, demandas e desafios obtidos no diagnóstico setorial e no processo participativo, que balizaram a estruturação do Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba - Vale Histórico e Vale da Fé do PADES-VP

- **Ampliar a assistência técnica, a extensão rural e a capacitação:** identificou-se a necessidade de fortalecer a assistência técnica e extensão rural (ATER) pública para possibilitar o atendimento às demandas de capacitação dos produtores rurais de maneira eficiente, além de promover a transferência de tecnologias e conhecimento aos produtores rurais.
- **Melhorar a comercialização da produção rural:** identificou-se a necessidade de diversificar canais de comercialização, incluindo as compras públicas, além de ampliar a legalização de produtos (especialmente os artesanais) e promover a criação de selo de origem de produtos artesanais.
- **Promover o desenvolvimento econômico:** identificou-se a necessidade de desenvolver a agroindústria da região; aumentar a presença do Estado na região para ampliar a divulgação e o acesso a programas de apoio ao produtor rural; e apoiar a diversificação e agregação de valor da produção rural para aproveitar todo o seu potencial na região.
- **Melhorar a organização social dos produtores rurais:** identificou-se a necessidade de incentivar a criação de Associações e Cooperativas, sensibilizando os produtores rurais para seus benefícios, além de fortalecer as já existentes na região.

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – PVPR-VP: Plano de Ação

5.3.2.

O Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé está estruturado em quatro objetivos estratégicos que se desdobram em um conjunto de ações específicas, apresentadas a seguir. As atividades deverão ser realizadas nos curto, médio e longo prazos.

PVPR-VP: Objetivos Estratégicos

- 1. Ampliar a assistência técnica, a extensão rural e a capacitação na região**
- 2. Melhorar a comercialização da produção rural da região**
- 3. Promover o desenvolvimento econômico**
- 4. Melhorar a organização social dos produtores rurais**

No quadro de ações são apontadas as transversalidades que podem estar associadas a alguma ação indicada, em cada um dos quatro planos de ações que compõem o PADES-VP ou outros instrumentos que influenciam a região como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Para isso são utilizados ícones, conforme legenda a seguir:



Indústria, Comércio e Serviços



Turismo



Produção Rural



Desenvolvimento Social



Plano de Desenvolvimento
Urbano Integrado (PDUI)



Zoneamento
Ecológico-Econômico (ZEE)

PVPR-VP**Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Ampliar a assistência técnica, a extensão rural e a capacitação na região	1.1 Ampliar a capacitação para atuação com Turismo Rural	- Desenvolver conteúdo para capacitação em turismo rural que leve em consideração o perfil dos produtores rurais - Capacitar produtores rurais para atuarem com turismo rural.	Médio	Liderança: Instituições de Ensino e Pesquisa da região, Setur e Sebrae - SAA - Associações de Produtores Rurais e Cooperativas - Prefeituras Municipais - IPT - CDRS (CATI) - APTA	
	1.2 Capacitar produtores rurais (temas: comercialização, qualidade da produção e agregação de valor)	Investir e fortalecer a ATER pública (recursos humanos, equipamentos e veículos) e promover arranjos entre entes governamentais para possibilitar o atendimento às demandas de capacitação dos produtores rurais de maneira eficiente.	Médio	Liderança: SAA e SENAR - CDRS (CATI) - SDE - Associações de Produtores Rurais e Cooperativas - Prefeituras Municipais - Instituições do Terceiro Setor - Sebrae - Instituições de Ensino e Pesquisa da região	

PVPR-VP**Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Ampliar a assistência técnica, a extensão rural e a capacitação na região	1.3 Transferir tecnologias e informações sobre plantios em consórcios, como Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF)	Divulgar conhecimento em eventos técnico-científicos, tendo como público alvo os produtores rurais.	Curto	Liderança: Associações de Produtores Rurais e Cooperativas - SAA - Instituições de Ensino e Pesquisa da região - Prefeituras Municipais - IPT - APTA - CDRS (CATI) - Sebrae - Senar	 
	1.4 Promover ações de capacitação voltadas para a valorização do conhecimento tradicional	Divulgar conhecimento em eventos técnico-científicos, tendo como público alvo os produtores rurais.	Curto	Liderança: Associações de Produtores Rurais e Cooperativas - SAA - Instituições de Ensino e Pesquisa da região - Prefeituras Municipais - IPT - APTA - CDRS (CATI) - Sebrae - Senar	
	1.5 Promover ações de capacitação voltadas especificamente para a diversificação da produção rural				

PVPR-VP

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Melhorar a comercialização da produção rural da região	2.1 Ampliar a legalização de produtos comercializados	Divulgar a lei de produtos artesanais (Lei Estadual 17453/2021 e o Decreto Estadual 66523/2022) aos produtores locais para ampliar a oferta de produtos legalizados.	Curto	Liderança: Associações de Produtores Rurais e Cooperativas - CDRS (CATI) - Sebrae - Senar - SAA - Prefeituras Municipais	
	2.2 Promover a criação de selo de origem de produtos artesanais	Organizar as cadeias produtivas de produtos artesanais para obtenção de selo de origem.	Médio	Liderança: Sebrae e SAA - CDRS (CATI) - SDE - FAESP - SENAR - Associações de Produtores Rurais - Cooperativas	
	2.3 Divulgar o setor de produção rural	Divulgar os produtos agrícolas, florestais e animais em diversos canais como feiras e plataformas digitais para ampliar sua comercialização.	Curto	Liderança: SAA - Sebrae - CDRS (CATI) - Prefeituras Municipais - Associações de Produtores Rurais - Cooperativas	
	2.4 Ampliar o mercado para os produtos rurais da região (local, regional, estadual, nacional e internacionalmente)	Ampliar a participação de produtos agrícolas, florestais e animais da região em compras públicas.			

PVPR-VP**Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Promover o desenvolvimento econômico	3.1 Desenvolver a agroindústria da região	Elaborar estudo da produção rural da região para identificar a oferta de produtos e realizar o estudo de viabilidade das melhores opções de processamento para tomada de decisão (Ex.: produção de queijos e cogumelos).	Médio	Liderança: Associações de Produtores Rurais e Cooperativas, Sebrae e Instituição de Ensino e Pesquisa da região - SAA - APTA - CDRS (CATI) - Prefeituras Municipais - SDE - SDR	 PDUI
	3.2 Criar área de discussão dentro do Fórum Permanente para troca de experiências e intercâmbio entre os municípios voltado às questões de produção rural	Criar área de discussão dentro do Fórum Permanente para troca de experiências e intercâmbio entre os municípios voltado às questões de produção rural.	Curto	Liderança: AgemVale, Amvale, Prefeituras Municipais - Consórcio Novo Vale - SAA - SDR - SIMA - Sociedade Civil Organizada - CDRS (CATI)	
	3.3 Fortalecer a presença do Estado na região				

PVPR-VP

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Promover o desenvolvimento econômico	3.4 Fortalecer programas de segurança alimentar	Aproveitar a produção rural local para abastecer programas de segurança alimentar.	Curto	Liderança: SAA - CDRS (CATI) - Associações de Produtores Rurais - Cooperativas - Prefeituras Municipais	
	3.5 Ampliar a divulgação ao crédito rural	Divulgar os programas de crédito rural existentes, podendo ser criado um manual ou cartilha orientativos.	Curto	Liderança: SAA - SDE - Prefeituras Municipais - Sebrae - Associações de Produtores Rurais - Cooperativas - Instituições do Terceiro Setor - CDRS (CATI)	
	3.6 Fortalecer a agricultura familiar	Conectar os produtores com estudos existentes sobre as cadeias produtivas da agricultura familiar, incluindo culturas agrícolas, florestais e criações animais e divulgar canais existentes para receber demandas de melhorias.	Médio	Liderança: Sebrae e SAA - SDR - Instituições de ensino e pesquisa da região - Associações de produtores rurais - Cooperativas - Instituições do Terceiro Setor - Prefeituras Municipais - CDRS (CATI) - APTA	

PVPR-VP

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Promover o desenvolvimento econômico	3.7 Desenvolver o turismo rural levando em consideração as especificidades da região	Promover a integração dos produtos rurais às atividades turísticas.	Médio	Liderança: Sebrae e Setur - SAA - SDE - Setor Empresarial - Associações de produtores rurais - Cooperativas - Instituições do Terceiro Setor - Prefeituras Municipais - Instituições de Ensino e Pesquisa da região - CDRS (CATI)	
	3.8 Fortalecer os Programas de Pagamento por Serviços Ambientais existentes para agregar valor ambiental à produção rural	- Divulgar os Programas de Pagamento por Serviços Ambientais existentes na região. - Estudar a criação de instrumentos econômicos como PSA para agregar valor às ações e boas práticas ambientais, como a criação de RPPNs e adoção de manejo conservacionista (ex.: SAFs, produção orgânica, ILPF).	Médio	Liderança: SIMA e Prefeituras Municipais - SAA - CDRA (CATI) - Associações de produtores rurais - Cooperativas - Agemvale - Amvale - Instituições de Ensino e Pesquisa da região - Instituições do Terceiro Setor - Comitês de Bacia	 

PVPR-VP**Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
4. Melhorar a organização social dos produtores rurais	4.1 Incentivar a criação de associações e cooperativas	Sensibilizar os produtores rurais incluindo jovens e mulheres sobre os benefícios do associativismo e cooperativismo.	Curto	Liderança: SAA - CDRS (CATI) - Associações de produtores rurais - Cooperativas - Sebrae - SDE	
	4.2 Fortalecer as associações e cooperativas existentes	Criar um Fórum permanente de associações e cooperativas para troca de experiências, discussão de desafios e planejamento de ações conjuntas.			

Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé (PDT-VP)

5.4.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba - Vale Histórico e Vale da Fé (PDT-VP) tem o objetivo de impulsionar e diversificar as atividades turísticas, apoiando a comunidade local e colaborando para o desenvolvimento sustentável da região. A seguir são apresentados o contexto e as informações que embasaram a elaboração do programa.

5.4.1.

Contexto e Bases para o PDT-VP

O diagnóstico do turismo no Vale Histórico e Vale da Fé foi elaborado a partir de leitura bibliográfica e documental (Planos Diretores Municipais e Regionais de Turismo, MAPA do Turismo Brasileiro, Cadastur, Planos de Manejo de Unidades de Conservação, base de dados do Iphan e Condephaat, Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária – LUPA, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI e Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE), com realização de oficina participativa e pesquisas com questionários para verificar quais são as principais oportunidades e os maiores desafios para a dinamização da cadeia produtiva do turismo nessas regiões. Também foram realizados dois eventos para validar o diagnóstico junto aos diversos atores sociais que atuam na região e coletar informações importantes para o plano de ação do PADES-VP.

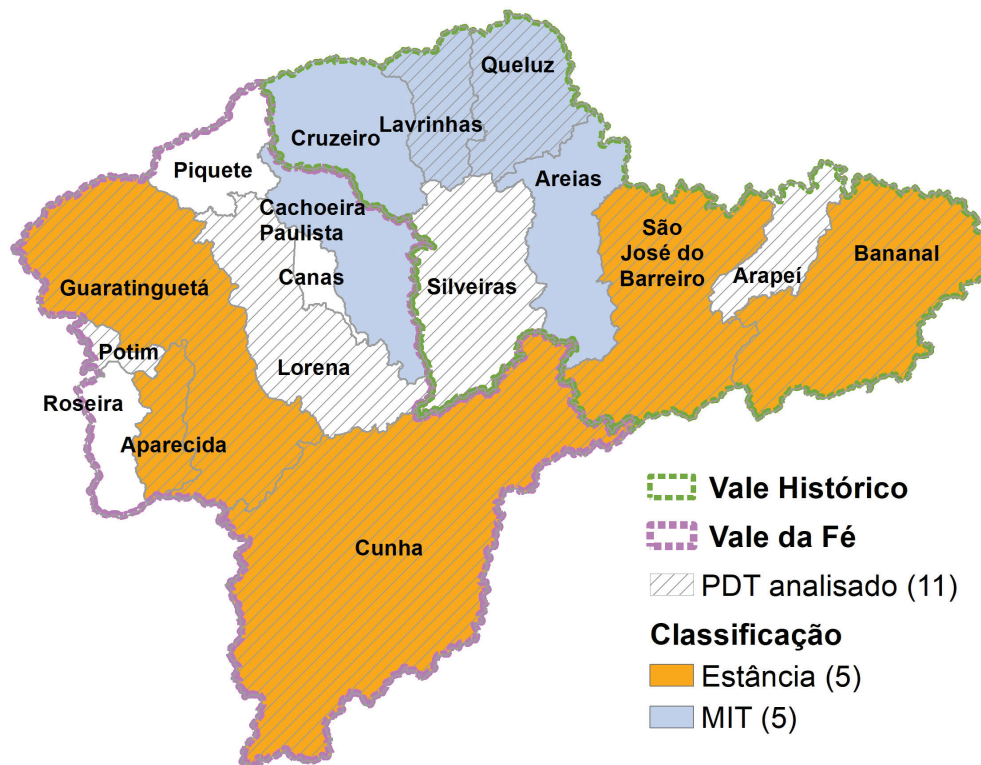
A área de estudo envolve, dentro dos 17 municípios, cinco com o título de Estância Turística e cinco Municípios de Interesse Turístico – MIT, de acordo com a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, totalizando 10 municípios aptos a pleitearem recursos junto ao DADETUR – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos, mostrando a importância do turismo nessas regiões.

A importância do turismo também se reflete na estrutura administrativa voltada à atividade turística. Todos os municípios, a exceção de São José do Barreiro, possuem diretorias, departamentos, coordenadorias ou secretarias municipais de turismo, revelando que existe uma preocupação dos municípios das duas sub-regiões em relação ao seu aparato institucional local responsável pela elaboração de políticas específicas de incentivo e desenvolvimento ao turismo, suas diretrizes e instrumentos. Foi possível localizar e analisar 11 Planos Diretores Municipais de Turismo (PDTs), sendo seis do Vale Histórico e cinco do Vale da Fé.

Além do tradicional planejamento turístico municipal, uma forma de trabalhar o turismo de forma integrada e estratégica é o agrupamento dos municípios em Regiões Turísticas (RT),

pois o turista é estimulado a permanecer mais tempo explorando os atrativos, gerando mais recursos para os municípios envolvidos. Para estar inserido em uma RT, os Estados precisam cadastrar os municípios no MAPA do Turismo Brasileiro, do Ministério do Turismo.

Municípios classificados como Estância Turística e MITs e com PDT



Fonte: IPT (2022)

Atualmente, quatorze municípios estão no MAPA, com destaque para Aparecida (com classificação A²), com amplo fluxo de turistas, concentrando a maior parte dos estabelecimentos de hospedagem e empregos, repercutindo em uma maior arrecadação de impostos; Cachoeira Paulista e Guaratinguetá, ambos no Vale da Fé, recebem classificação B, apresentando um fluxo significativo de visitantes e de estabelecimentos de hospedagem; três municípios são classificados na categoria C; seis municípios pertencem à categoria D e dois estão classificados como E.

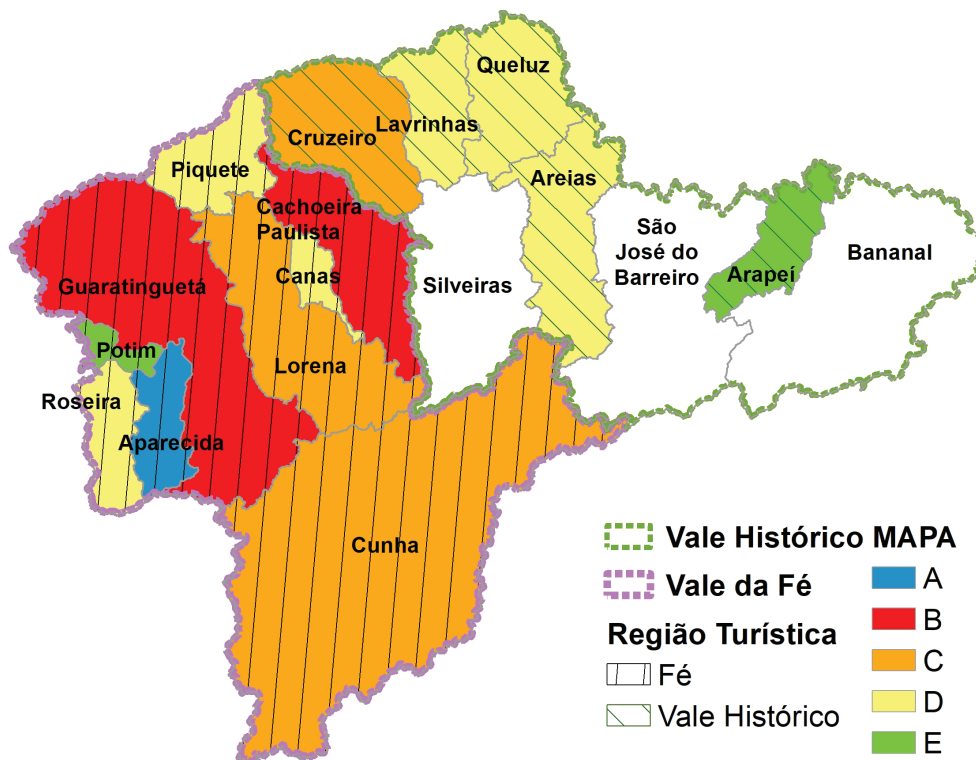
Esses quatorze municípios fazem parte de duas Regiões Turísticas (RT): Vale Histórico e Fé. Cabe ressaltar que a divisão adotada neste trabalho, envolvendo as sub-regiões do Vale Histórico e Vale da Fé, não segue exatamente a mesma divisão das RTs, que englobam menos municípios pois são definidas de acordo com critérios do Ministério do Turismo.

Os dados do Cadastur, que é um sistema de cadastro gratuito de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo, organizado pelo Ministério do Turismo, mostraram que existe um grande número de guias e agências de turismo, além de meios de hospedagem, ressaltando

2 Os municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro estão agrupados em cinco diferentes categorias, definidas como A, B, C, D e E, a partir de análise de cinco variáveis relacionadas à economia do turismo: quantidade de estabelecimentos de hospedagem, quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem, quantidade estimada de visitantes domésticos, quantidade estimada de visitantes internacionais e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem. Assim, os municípios "A" são aqueles que possuem o turismo mais consolidado, com um fluxo significativo e maior quantidade de equipamentos turísticos de hospedagem, enquanto os municípios "E" estão em estágio embrionário de desenvolvimento. Tanto o MAPA quanto a categorização são instrumentos dinâmicos que são periodicamente atualizados.

que a grande maioria está localizada no Vale da Fé. Por outro lado, não existem empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, apesar do potencial dessa atividade na região. Cabe ressaltar que a quantidade de estabelecimentos de hospedagem inscritos no Cadastur é muito inferior à quantidade mensurada no MAPA, indicando a necessidade de campanhas de conscientização entre os estabelecimentos, para que realizem seu cadastro no Cadastur.

Regiões Turísticas e notas no MAPA



Fonte: IPT (2022)

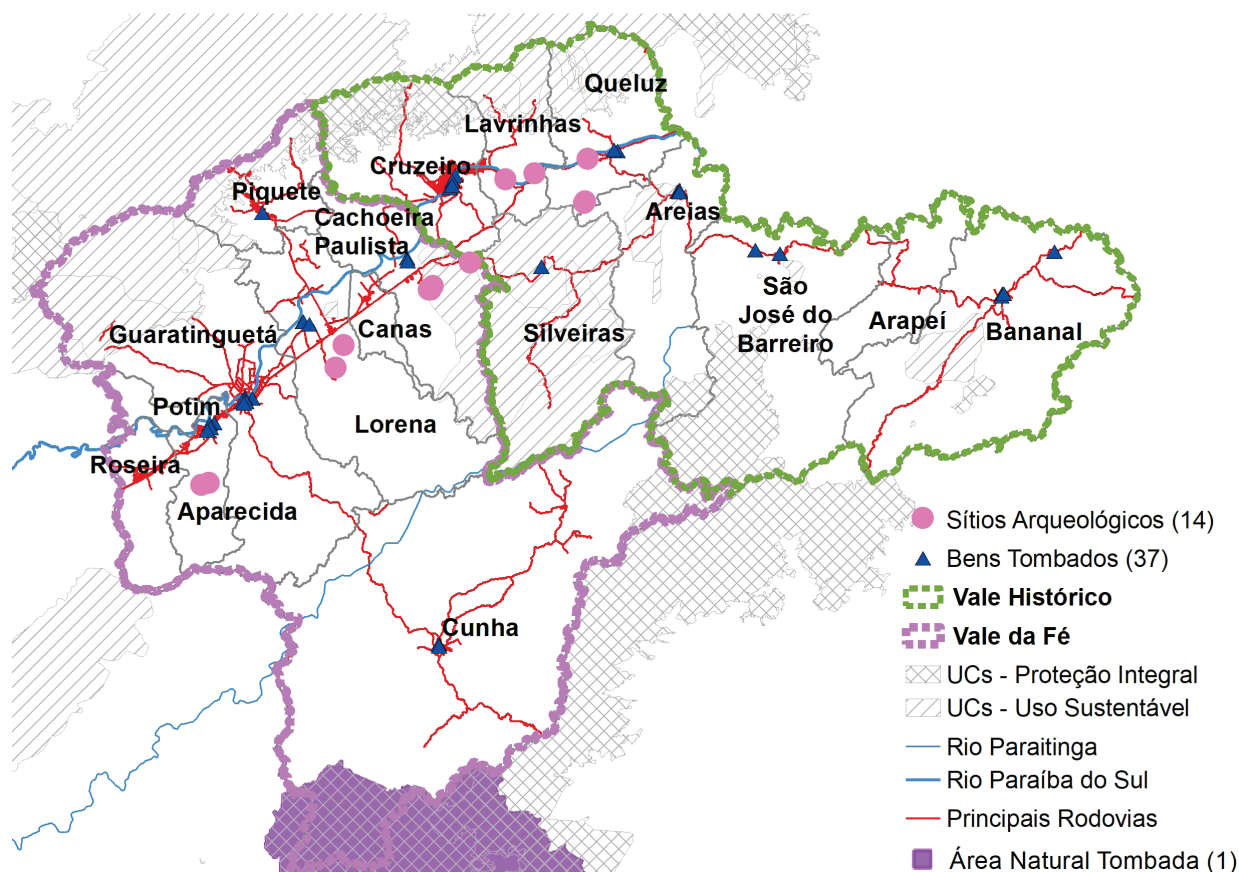
O turismo também pode acontecer nas Unidades de Conservação (UCs), tanto de uso sustentável quanto de proteção integral, desde que especificado em seu Plano de Manejo. Das cinco UCs de Proteção Integral e 24 UCs de Uso Sustentável da região, apenas seis Planos de Manejo foram localizados, sendo que um não permite o turismo (na RPPN Caburé) e nos demais existe o potencial para ecoturismo (visitação) e turismo pedagógico (educação ambiental e pesquisa científica).

Outro potencial turístico para a região são os 38 bens tombados, sendo 17 no Vale Histórico e 21 no Vale da Fé, distribuídos em 12 municípios; e os 18 sítios arqueológicos, distribuídos em cinco municípios. Dentre os bens tombados podemos destacar os residenciais (10 bens), de educação e pesquisa (9), ferroviários (7), religiosos (5), de administração pública (2), conjuntos e sítios urbanos (2), casas de fazenda (2), além da Área Natural Tombada da Serra do Mar e de Paranapiacaba, que ocupa uma parte do município de Cunha.

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte apresenta uma proposta de parques lineares no vale do rio Paraitinga, passando por Natividade da Serra, São Luiz do Paraitinga, Lagoinha, Cunha e São José do Barreiro, pois é uma região dotada, além da beleza cênica, de patrimônios histórico e cultural. A indicação dessa área sugere a criação de uma faixa com uso diferenciado do território, promovendo desde a conservação e a preservação de matas ciliares até o estímulo para desenvolvimento de ativida-

des turísticas ecológicas, como a canoagem de rio, e a implantação de ciclovias para trilhas. Já o Parque Linear do Rio Paraíba do Sul proposto no PDUI tem o objetivo de promover articulações interfederativas e intersetoriais para ações estratégicas de preservação, regeneração e desenvolvimento econômico sustentável da região do rio Paraíba do Sul. Aproveitar o potencial turístico do rio Paraíba foi mencionado nos eventos participativos realizados no âmbito do PADES-VP.

Potenciais turísticos da região



Fonte: IPT (2022)

Na região existe uma comunidade remanescente de quilombos, a Tamandaré em Guaratinguetá, que está apontada para obter o reconhecimento pelo Itesp e onde poderia ser desenvolvido o Turismo de Base Comunitária (TBC).

Destaca-se, ainda, um grande potencial para o turismo de experiência, com a visitação às unidades de produção com transformação artesanal nas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) constantes do Levantamento censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA); e do turismo náutico e de pesca no rio Paraíba do Sul. A partir de ações voltadas a essas atividades, a quantidade de UPAs com turismo rural e ecoturismo pode aumentar consideravelmente.

A qualidade da mão de obra é elemento extremamente importante para o sucesso do setor turístico. A satisfação do visitante vai além da qualidade e variedade dos atrativos, sendo diretamente influenciada pela forma de atendimento também nos hotéis e restaurantes. A região de São José dos Campos, como um todo, oferece ampla gama de cursos, tanto técnicos quanto superiores, relacionados direta ou indiretamente ao turismo, fato que colabora muito para ocorrer a capacitação e qualificação da mão de obra. A ampliação dos cursos EAD, realizados à distância, também facilitou o acesso à capacitação.

A análise integrada das leituras técnica (levantamento de dados secundários) e comunitária (levantamento junto a atores locais na oficina e nos questionários) permitiram indicar as principais forças e fraquezas do turismo no Vale Histórico e Vale da Fé, assim como as principais oportunidades e ameaças para o setor turístico, apresentados no quadro a seguir.

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	Forças: • Localização estratégica e boas vias de acesso • Diversidade de atrativos (rico e expressivo patrimônio histórico-cultural, religioso e natural) • Vários municípios cadastrados no MAPA do turismo brasileiro, com título de Estância e MIT e com PDT elaborado • Potencial de conexão da produção rural com o turismo • Boa oferta de hospedagem • Boa oferta de capacitação por instituições de ensino • Alta demanda turística • Existência de três Regiões Turísticas • Grande número de guias e agências de turismo receptivo no Cadastur • Existência de 5 UCs de Proteção Integral, 24 UCs de Uso Sustentável, 18 sítios arqueológicos e 38 bens tombados • 15 Instituições de ensino com cursos de turismo nos municípios e 111 em outros municípios da Região de São José dos Campos	Fraquezas: • Falta de conservação de estradas rurais • Baixa cobertura de internet e telefonia • Falta de infraestrutura urbana e rural • Falta política efetiva de Marketing, Divulgação e Comunicação • Falta de capacitação técnica e apoio ao turismo receptivo • Pouca qualificação voltada ao trade turístico e serviços do turismo • Demanda turística sazonal • Pouca integração e envolvimento dos gestores públicos e privados • Somente um município com classificação A e dois com classificação B no MAPA do turismo brasileiro • Necessidade de elaborar Planos de Manejo de Unidades de Conservação que estabeleçam diretrizes para a atividade turística sustentável • Informalidade • Saldo negativo de empregos relacionados ao turismo na região, tanto no Vale Histórico (-46), quanto no Vale da Fé (-1006)
Fatores Externos	Oportunidades: • Localização, vias de acesso e existência de aeroportos regionais • Promover a gestão de turismo integrado entre os municípios (regionalização) • Consorciamento para enfrentamento de problemas comuns • Existência de Leis de incentivo ao turismo no Estado • Parceria com as instituições de ensino para promover cursos de capacitação voltados aos trade turístico e prefeituras municipais • Realizar ações de marketing e divulgação do turismo • Aproveitar o rio Paraíba do Sul e as áreas verdes para turismo • Melhorar a infraestrutura da região (telefonia, estradas, internet) • Facilitar acesso às linhas de crédito para investimentos • Implantação de programas de circuitos turísticos e de atividades turísticas de baixo impacto ambiental	Ameaças: • Crise política, econômica e sanitária • Falta de conscientização da população e do turista (degradação ambiental e dos atrativos) • Concorrências regionais • Falta de integração entre Estado, municípios, sociedade civil, incluindo o setor empresarial • Falta da presença do Estado na região e de políticas públicas continuadas

Toda essa construção permitiu estabelecer as principais referências para a concepção dos objetivos estratégicos, além de contribuir para a definição de ações para o desenvolvimento da atividade, dando suporte ao Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé (PDT-VP).

Quadro Síntese: visão de futuro, demandas e desafios que balizaram o PDT-VP

- **Turismo sustentável:** qualquer projeto de dinamização do turismo deve prever e mitigar impactos ambientais. O desenvolvimento da atividade deverá também estar alinhado com a preservação do patrimônio cultural da região, gerando ganhos socioeconômicos para a população local e preservando o patrimônio para as gerações futuras.
- **Melhoria da infraestrutura:** há necessidade de melhorar a infraestrutura turística, essencial para impulsionar o turismo receptivo, bem como da infraestrutura básica, para atrair mais turistas e manter as pessoas na região.
- **Diversificação do turismo:** o enorme potencial da região permite explorar diferentes tipos de turismo, hoje inexistentes ou pouco explorados como: turismo rural, turismo náutico, turismo pedagógico, cicloturismo, turismo de bem-estar e turismo gastronômico.
- **Fortalecimento das instâncias locais e regionais de gestão:** a gestão pública municipal deve elaborar, executar e monitorar as ações dos Planos Diretores de Turismo, de forma a abarcar as necessidades locais e, também, as potencialidades regionais, por meio de equipe qualificada atuando na área.
- **Capacitação e qualificação:** a integração do aparato estadual de ensino e pesquisa em turismo para ações estratégicas dirigidas à ampliação do conhecimento na região, com a capacitação de mão de obra e do desenvolvimento de tecnologias para a aplicação local, é fundamental para elevar o turismo à condição de importante vetor de desenvolvimento econômico e social da região.
- **Disponibilização e disseminação de informações:** a divulgação da atividade para a população, o aumento do entendimento e conhecimento por parte dos gestores públicos municipais, bem como ampla divulgação dos atrativos turísticos da região são fatores importantes para aumentar a demanda turística e o fluxo de turistas nos municípios e região.
- **Ações de suporte e fomento:** o suporte financeiro e a capacitação empresarial são essenciais para viabilizar a execução de projetos pautados por prévios processos de planejamento dos territórios, as medidas para o desenvolvimento, gestão e estruturação dos destinos turísticos, assim como para a geração de mais empregos, renda e inclusão social por meio da atividade turística.

5.4.2.

PDT-VP: Plano de Ações

O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé (PDT-VP) está estruturado em cinco objetivos estratégicos, que se desdobram em um conjunto de trinta e duas ações específicas, apresentadas a seguir.

Esse conjunto de ações está dirigido ao impulsionamento e diversificação das atividades turísticas tendo como base os atrativos históricos, culturais e naturais que tornam a região rica e diferenciada. Dessa forma, o programa busca, além de dinamizar o turismo já estabelecido em partes do território, como o turismo religioso, potencializar as demais oportunidades associadas ao ecoturismo, cicloturismo, turismo rural e cultural.

PDT-VP: Objetivos Estratégicos

- 1. Ampliar e estruturar a oferta de atrativos turísticos**
- 2. Promover o fortalecimento institucional da gestão turística**
- 3. Fomentar o turismo em bases sustentáveis**
- 4. Aperfeiçoar as ações de divulgação e marketing**
- 5. Prover suporte financeiro e atração de investimentos**

No quadro de ações são apontadas as transversalidades que podem estar associadas a alguma ação indicada, em cada um dos quatro planos de ações que compõem o PADES-VP ou outros instrumentos que influenciam a região como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Para isso são utilizados ícones, conforme legenda a seguir:



Indústria, Comércio e Serviços



Turismo



Produção Rural



Desenvolvimento Social



Plano de Desenvolvimento
Urbano Integrado (PDUI)



Zoneamento
Ecológico-Econômico (ZEE)

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Ampliar e estruturar a oferta de atrativos turísticos	1.1 Aprimorar os atrativos turísticos	• Agregar valor aos atrativos adicionando ou revitalizando atividades e experiências. • Estruturar, conservar e manter a infraestrutura dos atrativos (sinalização, acessibilidade, manutenção de trilhas, banheiros, estacionamentos, etc.). • Melhorar o controle e o monitoramento da entrada e circulação dos visitantes, para evitar aglomerações e propiciar uma visita mais agradável.	Médio	Liderança: Sebrae, Comturs • Prefeituras Municipais • Senac • Setur • Empresários e proprietários	
		• Apoiar a preservação, conservação, restauro e valorização dos patrimônios ambiental, cultural, histórico, artístico e paisagístico dos municípios.	Médio	Liderança: Prefeituras Municipais • SCEC • Senac • Iphan • Condephaat • IPT	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Ampliar e estruturar a oferta de atrativos turísticos	1.1 Aprimorar os atrativos turísticos	Desenvolver pesquisas sobre a capacidade de carga, ou seja, o número máximo de visitas que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações no meio físico e social, em um determinado período de tempo, e o planejamento para visitação dos atrativos turísticos.	Médio	Liderança: Prefeituras Municipais - Senac - IPT - Instituições de ensino e pesquisa da região	
		Incentivar a incorporação da prática de reuso da água nas atividades relacionadas ao turismo	Médio	Liderança: Prefeituras Municipais - Senac - IPT - Instituições de ensino e pesquisa da região	
	1.2 Incentivar a criação de roteiros que conectem os atrativos da região	Incentivar o trabalho integrado dos municípios da região, para aproveitar as estruturas existentes de maneira colaborativa.	Curto	Liderança: Setur e Prefeituras Municipais - Empresários e proprietários - Senac - IPT - AgemVale - Amvale	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Ampliar e estruturar a oferta de atrativos turísticos	1.2 Incentivar a criação de roteiros que conectem os atrativos da região	• Identificar as Estradas do Programa Rotas Cênicas existentes e verificar a possibilidade de ampliação do Programa na região. • Integrar à Estratégia para Ação Metropolitana das Rotas Turísticas Integradas. • Definir parâmetros ambientais e atributos de paisagem para as rotas turísticas, além da infraestrutura necessária para a segurança dos turistas e para o dinamismo do Programa Rotas Cênicas e Rotas Gastronômicas. • Estudar e propor áreas para receber políticas públicas específicas destinadas a criar e fortalecer o turismo regional, por meio de requalificação urbanística vinculada a ações, projetos e políticas intersetoriais e interfederativas.	Curto	Liderança: Setur e Prefeituras Municipais • Empresários e proprietários • Senac • IPT • AgemVale • Amvale	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Ampliar e estruturar a oferta de atrativos turísticos	1.2 Incentivar a criação de roteiros que conectem os atrativos da região	Planejar as atividades turísticas em sinergia com políticas sustentáveis de transporte.	Curto	Liderança: Setur e Prefeituras Municipais - Empresários e proprietários - Senac - IPT - AgemVale - Amvale	
	1.3 Fomentar o aproveitamento do rio Paraíba do Sul e do rio Paraitinga para turismo e lazer	Realizar estudo de viabilidade técnica para navegação no rio Paraíba do Sul, visando o turismo.	Médio	Liderança: STL e Setur - CBH-PS - SDE (Fórum Náutico) - IPT - AgemVale - Amvale	
		- Fomentar o turismo náutico e o ecoturismo no e ao longo do rio Paraíba do Sul. - Criar roteiros turísticos com navegação pelo rio e visitação à atrativos importantes da região, como o local onde foi encontrada a imagem de Nossa Senhora Aparecida.	Longo	Liderança: SDE (Fórum Náutico) - STL - CBH-PS - IPT - AgemVale - Amvale	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Ampliar e estruturar a oferta de atrativos turísticos	1.3 Fomentar o aproveitamento do rio Paraíba do Sul e do rio Paraitinga para turismo e lazer	Realizar oficinas, palestras e cursos sobre turismo náutico, incluindo segurança na operação.	Longo	Liderança: SDE (Fórum Náutico) e Setur - STL - CBH-PS - IPT - AgemVale - Amvale	
		Realizar estudos para viabilidade de implantação de Parques Lineares nos rios Paraitinga e Paraíba do Sul com foco no turismo.	Médio	Liderança: SIMA e Prefeituras Municipais - STL - Setur - SDR - CBH-PS - IPT - AgemVale - Amvale	
	1.4 Aproveitar o potencial turístico da região com os sítios arqueológicos/paleontológicos	Realizar estudos para identificar o potencial turístico dos sítios arqueológicos e paleontológicos da região, a oferta turística já associada a esses sítios, as agências que comercializam esses locais como atrativos e os condutores que atuam nessa atividade.	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais e Comturs - Senac - Iphan - Condephaat - IPT - Instituições de ensino e pesquisa da região	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Ampliar e estruturar a oferta de atrativos turísticos	1.4 Aproveitar o potencial turístico da região com os sítios arqueológicos/paleontológicos	Promover o planejamento do uso turístico de sítios arqueológicos e paleontológicos a partir de cooperação técnica com instituições públicas em nível municipal e planejamento participativo, com vistas ao desenvolvimento de projetos-piloto de socialização de sítios arqueológicos.	Médio	Liderança: Prefeituras Municipais e Comturs - Senac - Iphan - Condephaat - IPT - Instituições de ensino e pesquisa da região	
		Promover ações de desenvolvimento do turismo arqueológico. planos de manejo, inclusive das RPPNs.	Longo	Liderança: Comturs, Prefeituras Municipais - Iphan - Condephaat - AgemVale - Amvale	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Ampliar e estruturar a oferta de atrativos turísticos	1.5 Promover a elaboração ou revisão dos Planos de Manejo para todas as UCs da região, incluindo práticas de turismo sustentável	Mobilizar e sensibilizar os agentes públicos e atores locais para a importância dos planos de manejo, inclusive das RPPNs.	Médio	Liderança: SIMA - Fundação Florestal - Instituições de ensino e pesquisa da região - IPT - Proprietários das RPPNs - Prefeituras Municipais - AgemVale - Amvale	
	1.6 Dinamizar o turismo religioso	Elaboração dos planos com destaque a inserção do ecoturismo e trilhas e educação ambiental como uma das atividades priorizadas, com práticas de turismo sustentável.	Longo	Liderança: Fundação Florestal - SIMA - Instituições de ensino e pesquisa da região - IPT	
		Instituir a Rota da Imaculada / Caminho da Fé na faixa exclusiva de pedestre.	Médio	Liderança: Setur - EMTU - Prefeituras Municipais - Governança do Santuário de Aparecida - IPT - AgemVale - Amvale	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Promover o fortalecimento institucional da gestão turística	2.1 Ampliar a qualificação dos profissionais de prefeituras que trabalham com turismo	Organizar cursos de capacitação para profissionais de prefeituras, com conteúdo abrangendo Informações gerais sobre o funcionamento da atividade turística, as competências do poder público municipal e a importância de profissionais qualificados para atuar com turismo.	Curto	Liderança: Comturs, Setur - Sebrae - Senac - Prefeituras Municipais - IPT	
		Desenvolver plano de ação para melhoria das capacidades municipais na área do turismo.	Curto		
	2.2 Criar uma instância única para gerir o turismo local, envolvendo poder público e privado	- Criar uma instância única para gerir o turismo da região (ex.: Câmara Temática de Turismo na AgemVale ou Amvale), que pode ser integrado com todo o Vale do Paraíba. - Participar do fórum de discussão permanente da região.	Curto	Liderança: Amvale, AgemVale e Setur - Comturs - Prefeituras Municipais - Representações Empresariais - Sebrae - Senac	 

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Promover o fortalecimento institucional da gestão turística	2.2 Criar uma instância única para gerir o turismo local, envolvendo poder público e privado	• Criar um Observatório de Turismo, que faça a integração de dados entre os municípios e para todo o Vale do Paraíba.	Médio	Liderança: Amvale, AgemVale e Setur • Comturs • Prefeituras Municipais • Representações Empresariais • Sebrae • Senac • IPT	
		• Estimular a participação da instância de governança que será criada em comissões de turismo receptivo de outras entidades ou órgãos oficiais de turismo (ABIH, ABAV, Embratur, Comtur).	Médio	Liderança: Amvale, AgemVale • Setur • Comturs • Prefeituras Municipais	
		• Promover a gestão de turismo integrado entre os municípios • Regular e aprimorar o monitoramento das atividades turísticas, notadamente as de ecoturismo e turismo náutico.	Médio		

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Promover o fortalecimento institucional da gestão turística	2.3 Ampliar o conhecimento da população sobre o Comtur	Realizar oficinas periódicas de divulgação do Comtur, com conteúdo abrangendo informações gerais sobre seu funcionamento e a importância da participação. Público alvo: munícipes, trade.	Curto	Liderança: Comturs - Prefeituras Municipais - IPT	
	2.4 Ampliar a qualificação dos integrantes do Comtur	Organizar cursos periódicos de capacitação para integrantes do Comtur, com conteúdo abrangendo informações gerais sobre o seu funcionamento e quais ações podem e devem ser realizadas.	Curto	Liderança: Comturs - Prefeituras Municipais - Instituições de ensino e pesquisa da região - IPT	
	2.5 Apoiar a elaboração e a revisão dos Planos Municipais e Regionais de Turismo	Buscar parcerias com Institutos de Pesquisa e Universidades para orientar a elaboração de Planos Diretores de Turismo Municipais e Regionais.	Curto	Liderança: Comturs - Prefeituras Municipais - Instituições de ensino e pesquisa da região - IPT - AgemVale - Amvale	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Promover o fortalecimento institucional da gestão turística	2.6 Avaliar o potencial de criação de um APL (Arranjo Produtivo Local) do Turismo	- Formar um Grupo de Trabalho Permanente para Arranjo Produtivo Local do turismo (GTP APL-TUR). - Elaborar Diagnósticos e Pesquisa de Mercado. - Promover ligações entre <i>startups</i>, PMEs e grandes empresas do setor de turismo.	Médio	Liderança: SDE - Prefeituras Municipais - Empresários - Sebrae - IPT - AgemVale - Amvale	
	3.1 Incentivar novas modalidades de turismo na região como o Turismo de bem-estar e o turismo de experiência	Realizar oficinas para divulgar para população e trade turístico outras modalidades de turismo e como podem ser exploradas.	Curto	Liderança: Setur - Comturs - Sebrae - Senac - Prefeituras Municipais - Senar - SAA - AgemVale - Amvale	
3. Fomentar o turismo em bases sustentáveis	3.2 Fomentar o turismo rural em bases sustentáveis	Realizar oficinas para divulgar para população e trade turístico como podem se preparar para turismo rural, incluindo opções de turismo pedagógico, utilizando o conhecimento local.	Curto		

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Fomentar o turismo em bases sustentáveis	3.3 Promover o Turismo de Base Comunitária (TBC)	Mobilizar e sensibilizar as comunidades, com oficinas, para a possibilidade de realizar o TBC, trabalhando o turismo étnico.	Curto	Liderança: Setur, ONGS SCEC	
		Estruturar produtos turísticos baseados no TBC com capacitação das comunidades.	Curto	Liderança: Sebrae, ONGS - Setur - Senac	
		Integrar o TBC nos roteiros turísticos municipais e regionais.	Médio	Liderança: Setur, Senac Prefeituras Municipais	
		Incentivar a produção e venda de produtos e serviços artesanais regionais que considerem o reconhecimento, a proteção, o fortalecimento e a valorização da população regional, das comunidades locais e dos recursos naturais fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida em toda a cadeia de valor do turismo.	Curto	Liderança: Sebrae, ONGS - Setur - Senac - Prefeituras Municipais	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Fomentar o turismo em bases sustentáveis	3.4 Incentivar roteiros de cicloturismo	• Criar, estruturar e divulgar circuitos ou roteiros de cicloturismo rurais e urbanos, visando atrair visitantes para municípios e para a região. • Investir em estruturas públicas e particulares de apoio ao cicloturista • Promover ações de divulgação dos roteiros e circuitos de cicloturismo em sítios eletrônicos, mídia social, revistas, mapas turísticos e instituições brasileiras de atuação nacional.	Curto	Liderança: Comturs, Secretarias Municipais de Turismo • IPT • Sebrae • Senac • Agências de viagem • Instituições de ensino e pesquisa da região • Representações Empresariais • ONGs • AgemVale • Amvale	 
	3.5 Integrar os atrativos turísticos a atividades e produtos de outras cadeias produtivas	• Incluir nos roteiros atrativos gastronômicos, visitação a locais onde são produzidos o artesanato e outros produtos típicos.	Curto	Liderança: Comtur • SDE (SUTACO) • SCEC • SAA	 

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Fomentar o turismo em bases sustentáveis	3.5 Integrar os atrativos turísticos a atividades e produtos de outras cadeias produtivas	- Incluir nos roteiros atrativos gastronômicos, visitação a locais onde são produzidos o artesanato e outros produtos típicos. - Estimular a venda de produtos típicos da região como souvenirs e presentes (artesanato, produção rural). - Fazer campanhas para estimular o cadastro de artesãos na SUTACO.	Curto	Liderança: Comtur - SDE (SUTACO) - SCEC - SAA	
		Divulgar editais para financiamento de projetos voltados à arte e à cultura regionais que representam o Vale e atraiam turistas para a região.	Médio	Liderança: Setur - Desenvolve SP - Investe SP - Sebrae - Representantes Empresariais - AgemVale - Amvale	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Fomentar o turismo em bases sustentáveis	3.6 Promover campanha de conscientização sobre turismo sustentável e valorização da identidade local para população e visitantes	Promover campanha de conscientização sobre formas de turismo sustentável para população e visitantes.	Curto	Liderança: Comturs e Secretarias Municipais de Turismo Setur	
		Desenvolver programas de educação ambiental, comunicação e sensibilização voltados aos funcionários e aos visitantes nos estabelecimentos de turismo.	Curto	Liderança: Instituições de ensino e pesquisa da região - Senac - Fundação Florestal	
	3.7 Capacitação de mão de obra	Reforçar a divulgação dos cursos existentes hoje relacionados ao turismo e também à empreendedorismo, gestão, administração e recursos humanos na região, principalmente entre os jovens.	Curto	Liderança: Instituições de ensino e pesquisa da região - Novotec - ViaRápida - Sebrae - Senac - Etec - Instituições de ensino e pesquisa da região - ONGs	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Fomentar o turismo em bases sustentáveis	3.7 Capacitação de mão de obra	• Criar cursos EAD, focados em demandas específicas como: capacitação de guias, estruturação de atrativos (propriedades particulares), modelos de negócios turísticos (turismo rural, ecoturismo, turismo pedagógico, etc.), gestão de mídias sociais. • Estimular parcerias destinadas à qualificação da mão de obra utilizada nas atividades turísticas, a exemplo das gastronômicas e de lazer.	Curto	Liderança: Instituições de ensino e pesquisa da região • Novotec • ViaRapida • Sebrae • Senac • Etec • Instituições de ensino e pesquisa da região • ONGs	 PDUI
	3.8 Introduzir o tema de turismo e da valorização cultural na educação	• Incentivar a utilização do tema turismo e a valorização da cultura local em disciplinas do ensino infantil, fundamental e médio, com intuito de reforçar a identidade local e os princípios básicos do turismo, inclusive como fonte de renda.	Médio	Liderança: Secretarias Municipais de Turismo e de Educação • Seduc • Setur • Prefeituras Municipais	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
4. Aperfeiçoar as ações de divulgação e marketing	4.1 Ampliar as ações de marketing turístico para a região	Elaborar um plano de marketing turístico para estruturar a divulgação e promoção do turismo, com ações específicas para cada região.	Curto	Liderança: Comturs e Setur - Prefeituras Municipais - AgemVale - Amvale - Sebrae	
		Apoiar o desenvolvimento e a divulgação de um Aplicativo e site sobre o turismo na região.	Médio	Liderança: Sebrae, Setur - Comturs - Prefeituras Municipais - AgemVale - Amvale	
	4.2 Fomentar a regionalização do turismo para diminuir a sazonalidade da demanda turística	Elaborar um calendário anual de atividades turísticas regionais, incluindo um calendário de eventos culturais itinerantes, acompanhado por política de divulgação em âmbitos estadual e nacional, para diminuir a sazonalidade da demanda turística.	Médio	Liderança: Comtur/Prefeituras - Setur - AgemVale - Amvale	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
4. Aperfeiçoar as ações de divulgação e marketing	4.2 Fomentar a regionalização do turismo para diminuir a sazonalidade da demanda turística	• Criar festivais e eventos para complementar meses com baixa demanda.	Médio	Liderança: Comtur/Prefeituras • Setur • Representações Empresariais • AgemVale • Amvale	
	4.3 Realizar pesquisas de demanda	• Realizar periodicamente pesquisas de demanda turística real e potencial para nortear os próximos investimentos.	Médio	Liderança: Comtur e Prefeituras Municipais • Setur • Instituições de ensino e pesquisa da região • Agências de viagem • Representações Empresariais	
	4.4 Capacitação de mão de obra específica	• Ampliar a divulgação dos cursos existentes relacionados à: informática para web, gestão de mídias sociais, comunicação, marketing digital, principalmente entre os jovens. • Criar cursos EAD dos mesmos temas ou relacionados.	Curto	Liderança: SDE • Via Rápida • Sebrae • Senac • Etec • Instituições de ensino • ONGs	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé****ODS**

Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
4. Aperfeiçoar as ações de divulgação e marketing 5. Prover suporte financeiro e atração de investimentos	4.5 Melhorar a sinalização turística	- Melhorar a sinalização turística em todos os municípios da região. - Investir na sinalização turística regional.	Curto	Liderança: Prefeituras - Setur - Comturs	
	4.6 Criar guias e mapas turísticos (devem seguir proposta do plano de marketing)	Elaborar pelo menos um guia e mapa turístico de cada município e de cada Região Turística.	Médio	Liderança: Comturs - Prefeituras Municipais - Setur - Representações Empresariais - IPT	
	4.7 Estimular as Prefeituras a participar ativamente das ações de divulgação	Dotar os municípios de postos de informação turística, estimulando parcerias com o setor privado.	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais - Comturs - Representações Empresariais	
		Gerar conteúdos e utilizar sites e mídias sociais das prefeituras para divulgar os atrativos no município.	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais - Setur - Comturs	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé****ODS**

Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
5. Prover suporte financeiro e atração de investimentos	5.1 Promover a divulgação de linhas de financiamento e incentivos.	Realizar reuniões envolvendo o setor empresarial, instituições financeiras e de suporte empresarial para divulgar as linhas de financiamentos e incentivos existentes.	Curto	Liderança: AgemVale e Amvale - Setur - Desenvolve SP - Investe SP - Sebrae - Representantes Empresariais - AgemVale - Amvale	
	5.2 Fortalecer os empreendimentos turísticos da região	Realizar reuniões para debater possíveis parcerias público-privadas para instalação de novos equipamentos turísticos ou revitalização dos existentes.	Curto	Liderança: Setur, AgemVale e Amvale - Desenvolve SP - Investe SP - Sebrae - Prefeituras Municipais	
	5.3 Formular políticas para instalação de novos empreendimentos turísticos	Instituir programas para a instalação de novos empreendimentos turísticos, que tenham como premissa a sustentabilidade e a utilização de mão de obra local.	Curto	Liderança: SDE e Setur - Desenvolve SP - Investe SP - Sebrae - Prefeituras Municipais - AgemVale - Amvale	

PDT-VP**Programa de Desenvolvimento do Turismo
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé**

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
5. Prover suporte financeiro e atração de investimentos	5.4 Estimular parcerias público-privadas	Realizar reuniões para debater possíveis parcerias público-privadas para instalação de novos equipamentos turísticos ou revitalização dos existentes.	Curto	Liderança: SDE, AgemVale e Amvale - Representantes empresariais - Investe SP - Sebrae - Prefeituras Municipais	
	5.5 Incentivar a adesão ao Cadastur	- Realizar eventos para informar sobre a importância do Cadastur, que possibilita o acesso a financiamento por meio de bancos oficiais; apoio em eventos, feiras e ações do Ministério do Turismo; entre outros. - Realizar mutirão para preencher ou atualizar os cadastros no Cadastur.	Curto	Liderança: Setur - Prefeituras Municipais - Comturs	

Programa de Desenvolvimento Social do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé (PDS-VP)

5.5.

O Programa de Desenvolvimento Social do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé (PDS-VP) está embasado nas principais áreas estratégicas que visam a melhoria da qualidade de vida da população. O diagnóstico apontou a necessidade de desconcentração de alguns serviços nas áreas da saúde, assim como integração de projetos que forneçam moradias mais adequadas com saneamento básico, atendimento de água, transporte público e destinação de resíduos sólidos. Além do mais, o programa almeja o alívio e redução da pobreza, a expansão do emprego produtivo e integração com os diferentes segmentos sociais que contemplam o Vale, entendendo a necessidade do apoio às políticas públicas da área da educação, junto do fomento ao empreendedorismo e projetos de sustentabilidade como as principais frentes que levarão o crescimento conjunto da população do Vale Histórico e Vale da Fé.

Ademais, o processo participativo deixou evidente a necessidade de articulação entre os diversos atores locais como o ponto fundamental de alavancagem do desenvolvimento social da região. Uma vez definida a identidade, ou seja, quais serão os valores compartilhados, criados os rituais necessários e firmados os compromissos, a agenda de Desenvolvimento Social se concretiza no território.

Contexto do Desenvolvimento Social no Vale Histórico e no Vale da Fé

5.5.1.

O Vale Histórico e o Vale da Fé apresentam diversas condições de desigualdade de serviços e recursos entre os municípios que o compõem, assim como características socioeconômicas distintas. Essas diferenças historicamente propiciadas por ciclos econômicos do Estado de São Paulo e que resultaram na Via Dutra indicam também dificuldades no avanço de ações integradas de competitividade e atração de investimentos para as sub-regiões.

Os municípios das sub-regiões se diferenciam em diversos fatores. Um deles é a densidade demográfica. Enquanto o Vale da Fé tem maior número populacional concentrado, com destaque para Potim, Aparecida, Cruzeiro e Lorena; o Vale Histórico possui baixa densidade, na maior parte de seus municípios. Essa diferença demográfica acarreta na maior concentração de recursos e serviços no Vale da Fé, cuja consequência está indicada em um IDH mais elevado que o Vale Histórico. Ambas as sub-regiões apresentam municípios com IDH abaixo da média estadual; as exceções são Guaratinguetá e Cruzeiro, com respectivamente 0,798 e 0,788.

Essa disparidade se apresenta em outros indicadores. Alguns exemplos podem ser trazidos, tais como renda, com destaque para Guaratinguetá, que possui a maior média da região (0,764), e Areias, com a pior (0,627). A alta ou baixa longevidade também é desigual entre os municípios. Enquanto o Vale Histórico tem, em sua maioria menores índices, sobretudo em Cruzeiro, Areias e São José do Barreiro, o Vale da Fé tem maiores taxas que a própria média do Estado de São Paulo, destacando-se Bananal, Arapeí, Piquete, Cunha e Guaratinguetá. Esse quadro também aparece nos valores de vulnerabilidade social. Enquanto Guaratinguetá e Lorena possuem baixos índices de vulnerabilidade social; Cunha, Silveiras, São José do Barreiro e Arapeí possuem em suas áreas rurais altas taxas de vulnerabilidade social.

Dentre alguns fatores que podemos apresentar como parte da vulnerabilidade desses municípios, destacam-se a urbanização desregulada, moradias localizadas em ambientes de risco e algumas concentrações habitacionais que se encontram em áreas rurais e que trazem impactos negativos na infraestrutura urbana e em recursos hídricos de importância regional e estadual. Os principais riscos ambientais apontados são o escorregamento pelas encostas próximas ao rio Paraíba do Sul, sobretudo em Aparecida e Guaratinguetá e inundações, nos municípios de Cachoeira Paulista, Canas, Lorena, Aparecida, Piquete, Potim e Roseira.

A urbanização desregulada é um dos fatores de insuficiência de estrutura generalizada na região, sobretudo em áreas mais conurbadas, como entre Potim, Aparecida e Guaratinguetá e entre Guaratinguetá, Lorena e Canas. Por outro lado, existem áreas com menores taxas da população que residem em áreas urbanas, como Silveiras (53,82 %), Cunha (62,77 %), Areias (67,06 %), Potim (75,83 %), Arapeí (77,7 %) e São José do Barreiro (79,04 %) onde há dificuldades em levar serviços públicos, além de possuírem avançados índices de produção agropecuária que geram exploração desmedida do meio ambiente.

Entre os problemas de precariedade de serviços básicos para a moradia estão a deficiência em atendimentos de água, falta de saneamento básico com indicador baixo de coleta e tratamento de esgoto e destino incorreto de resíduos sólidos, sobretudo, vindo de materiais de construção civil. Outro ponto de atenção nas áreas mais afastadas é a deficiência no transporte público que acarreta na dificuldade de conexões e integração regional. Um município que pode ser destacado com alto grau de precariedade habitacional é Cachoeira Paulista. Não obstante, é justamente nesse município onde é levado a maior parte do lixo da região, já que possui o principal aterro sanitário.

É notável o desafio de acesso aos serviços públicos de qualidade, com destaque também à educação e à saúde. A concentração de ofertas em alguns municípios em detrimento de outros é nítida, por exemplo, pela dependência de leitos do SUS, em que Cruzeiro representa 78 % dos leitos de todos os municípios do Vale Histórico. Sobre esse quesito de saúde, outro ponto preocupante é a mortalidade infantil que está com indicadores altos, destacando-se São José, Queluz, Silveiras, Lavrinhas e Bananal (todas no Vale Histórico). Não obstante, há altas porcentagens de filhos nascidos de mães solteiras, por isso a necessidade do cuidado maior com as mulheres, gestantes e recém-nascidos, além dos idosos, devido ao alto índice de envelhecimento generalizado da região do Vale do Paraíba.

Com relação à educação, também há um volume de unidades concentradas de escolas da rede municipal em poucas cidades, devido ao porte populacional diversificado, inclusive

com baixo crescimento quanto ao número de matrículas na Educação Infantil, quando comparado ao Estado de São Paulo. A educação na região é um gargalo a ser desenvolvido, havendo discrepância no acesso educacional entre os municípios, nas notas do IDEB e na distorção idade-série. Chama a atenção negativamente, os baixos indicadores da população de 18 a 24 anos com pelo menos Ensino Fundamental Completo nos municípios de Arapeí, com 73,04 %; Potim, com 70,8 %; Silveiras, com 70,49 %; e São José do Barreiro, com pre-ocupantes 69,42 %.

A análise integrada das leituras técnica (levantamento de dados secundários) e comunitária (levantamento junto a atores locais na oficina e no questionário) permitiram indicar as principais forças e fraquezas para o desenvolvimento social no Vale Histórico e no Vale da Fé, assim como as principais oportunidades e ameaças. O resultado dessa análise é apresentado no quadro a seguir.

Todos os elementos levantados na fase de diagnóstico foram fundamentais para o melhor entendimento sobre a realidade do território, e subsidiaram as dinâmicas de escuta junto aos atores locais, por meio de oficinas, fóruns e questionários, e os resultados, que serão apresentados a seguir, orientaram a escolha dos objetivos estratégicos e desenho do plano de ação.

Foi possível identificar os fatores Educação e Meio Ambiente como centrais na discussão. Tanto nos aspectos da melhoria da qualidade da educação básica como fundamental para o desenvolvimento social da região, quanto também a importância de visualizar a educação como fator estratégico no processo de conscientização ambiental e mentalidade orientada à sustentabilidade das ações da população, sejam elas nos âmbitos de escolhas pessoais ou coletivas (empreendedorismo orientado à sustentabilidade, por exemplo) gerando uma visão de futuro de cidades sustentáveis, conforme apareceu nas respostas de visão de futuro do questionário.

A questão dos descartes irregulares de resíduos da construção civil ter sido também recorrente, reforça a necessidade de ações em Educação Ambiental, e o desenvolvimento de tecnologias e soluções para o descarte regular ou reaproveitamento dos resíduos produzidos no território.

Do ponto de vista da habitação e condições de vida da população, o questionário demonstrou um grande desafio, onde cerca de 65 % dos respondentes disseram que a situação é de insatisfação. Isso se deve ao fato de questões como falta de moradia, ruas e estradas precárias com falta de segurança, além das áreas de risco e falta de saneamento básico adequado.

Por fim, destaca-se como principais oportunidades, o investimento em capacitação e educação empreendedora, com uma educação voltada à conscientização ambiental e sustentabilidade das ações; a necessária implementação de políticas públicas para o correto descarte e reaproveitamento dos resíduos da região, com o auxílio do desenvolvimento de novas tecnologias; e o investimento em infraestrutura na melhoria de estradas, moradias e o avanço na cobertura de saneamento básico, aparecem como fator estratégico e fundamental para o Desenvolvimento Social do território.

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	Forças: • Concentração populacional próximo à Via Dutra • Mais de um município com proeminência regional (Cruzeiro e Guaratinguetá) • Alto grau de urbanização de municípios próximos à Via Dutra • Infraestrutura de transportes nas cidades próximas à Via Dutra • 3 Unidades de Conservação no Vale Histórico • Abastecimento público de água adequado • Vale Histórico apresenta mais leitos que a média estadual • Queda na ocorrência de roubos no período 2015-2018 • Presença de universidades na região	Fraquezas: • Vazio e decréscimo demográfico nos municípios do Vale Histórico • Crescimento geométrico da região reflete baixo dinamismo demográfico • Alto índice de envelhecimento em Guaratinguetá, Piquete e Cunha • IDH-M menor que a média estadual • Desempenho frágil do Vale Histórico no IDH-M (Educação), apresentando grandes discrepâncias entre os municípios • Desempenho fraco no IPRS • IPVS: maior parte da população vive em vulnerabilidade mediana • Urbanização • Transporte inter e intramunicipal insuficiente • Grandes perdas no sistema de abastecimento de água • Desigualdade habitacional • Concentração de leitos SUS do Vale Histórico em Cruzeiro • Vale da Fé apresenta menos leitos que a média estadual • Altas taxas de gravidez na adolescência • Dez municípios com taxa de mortalidade infantil acima do Estado de São Paulo • Crescimento das matrículas de Educação Infantil abaixo do Estado • IDEB menores que valores estaduais • Taxa Distorção Idade-série pior que a estadual • Aumento de roubos na região de 2005 a 2018
Fatores Externos	Oportunidades: • Potencial de interconexão geográfica do Vale do Paraíba • Potencial da Via Dutra em articular a região e a conexão entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro • Agroecologia e “tecnofloresta” como fatores para alavancar a região • Universidades presentes na região e organizações da sociedade civil podem ser utilizadas como polos de desenvolvimento e de articulação entre os atores locais • Potencial de criação de novos modelos de urbanização, com melhor qualidade de vida para o cidadão	Ameaças: • Incerteza sobre os rumos consorciativos da região • Repulsão demográfica e envelhecimento da população • Percepção de aumento da violência relatada por atores locais

5.5.2.

PDS-VP: Plano de Ações

O Programa de Desenvolvimento Social está estruturado em três objetivos estratégicos:

PDS-VP: Objetivos Estratégicos

- 1. Melhorar os indicadores educacionais e permanência da população jovem**
- 2. Expandir e aprimorar o atendimento à Saúde: SUS**
- 3. Fortalecer a capacitação da gestão pública local**

No quadro de ações são apontadas as transversalidades que podem estar associadas a alguma ação indicada, em cada um dos quatro planos de ações que compõem o PADES-VP ou outros instrumentos que influenciam a região como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Para isso são utilizados ícones, conforme legenda a seguir:



Indústria, Comércio e Serviços



Turismo



Produção Rural



Desenvolvimento Social



Plano de Desenvolvimento
Urbano Integrado (PDUI)



Zoneamento
Ecológico-Econômico (ZEE)

PDS-VP

Programa de Desenvolvimento Social
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Melhorar os indicadores educacionais	1.1. Garantir o acesso à aprendizagem de crianças e adolescentes	• Escuta com as famílias e população local	Curto	Liderança: Seduc • Redes municipais de Ensino • Consórcios	
		• Mapear demanda por creches	Médio		
		• Adequar espaços escolares e acesso universal com oferta de serviço de transporte escolar.	Médio		
	1.2. Inclusão de disciplinas optativas priorizando tanto as características quanto os potenciais da região para o 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio	• Ampliar a formação dos Educadores da rede de Ensino a partir da visão de inovação e sustentabilidade	Médio	Liderança: Seduc • Centro Paula Souza • EFAP	
		• Estimular parcerias com a EFAP (Escola de Formação dos Profissionais de Educação)	Médio		
		• Ampliar o programa Inova Educação nos municípios da região	Médio		

PDS-VP

Programa de Desenvolvimento Social
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Melhorar os indicadores educacionais	1.3. Garantir a permanência e atração das juventudes para o território	• Realizar o Mapeamento e Articulação com atores sociais estratégicos que atuem com a temática de juventudes.	Curto	Liderança: Seduc • Redes municipais de Ensino • Organizações comunitárias	
		• Estruturar estratégia de comunicação dando visibilidade à cursos e oportunidades já existentes para as juventudes.	Médio		
		• Promover eventos para escuta e entendimento da população jovem do território.	Médio		
		• Definir estratégia de territorialização de formação técnica e profissional para municípios menos populosos, com atenção especial ao Vale Histórico.	Longo		
	1.4 Promover a integração do sistema de educação com Universidades da região para incentivo à pesquisa e inovação.	• Incentivar a formação tecnológica dos jovens em áreas rurais.	Médio	Liderança: Seduc • Institutos de ensino e pesquisa locais	

PDS-VP

Programa de Desenvolvimento Social
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
1. Melhorar os indicadores educacionais	1.4 Promover a integração do sistema de educação com Universidades da região para incentivo à pesquisa e inovação.	Incentivar o sistema de educação para elaboração de projetos de educação ambiental e empreendedorismo para sustentabilidade.	Médio	Liderança: Sebrae	
2. Aprimorar o atendimento à saúde	2.1 Realizar o planejamento de ampliação de oferta de serviços hospitalares e de atendimento básico para desconcentração dos leitos no Vale do Paraíba	Estudar a viabilidade de aumento das equipes para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).	Curto	Liderança: SES • SUS	
		Estudar a viabilidade de aumento da oferta de leitos hospitalares, das Unidades de Pronto Atendimento e exame em municípios com vazios assistenciais, sobretudo no Vale Histórico.	Médio		

PDS-VP**Programa de Desenvolvimento Social
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé****ODS**

Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Aprimorar o atendimento à saúde	2.1 Realizar o planejamento de ampliação de oferta de serviços hospitalares e de atendimento básico para desconcentração dos leitos no Vale do Paraíba	Qualificar a equipe para o cuidado assistencial em toda a rede de saúde própria, contratada pelo SUS e Entidades Filantrópicas.	Médio	Liderança: SES SUS	
	2.2 Promover a qualificação de atendimentos especializados e de atenção básica para promoção da saúde da população.	Revisar os horários dos postos, para atender a população que não dispõe de flexibilidade para ir ao longo do horário comercial.	Curto	Liderança: SES Secretarias Municipais de Saúde	
		Diversificar o perfil profissional das equipes de saúde como Assistente Social, farmacêutico, equipe de saúde mental, entre outros.	Médio		
		Realizar diagnóstico dos serviços de referência para consultas especializadas em polos regionais, visando sua ampliação futura.	Longo		

PDS-VP

Programa de Desenvolvimento Social
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Aprimorar o atendimento à saúde	2.3 Instituir a Educação Ambiental e fortalecer a vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental com a ampliação de equipes de Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental;	Qualificar o trabalho das equipes de Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental.	Curto	Liderança: SES • Seduc	
		Disseminar as informações e práticas educativas sobre meio ambiente tanto em ações individuais de cuidado, quanto na estrutura de cursos ambientais para servidores públicos e alunos da rede pública de ensino.	Curto		
		Propor estudo de viabilidade para implementação de desenvolvimento regional articulado para melhorar serviços, principalmente atrelados ao saneamento básico, condições de moradia e abastecimento de água de forma adequada.	Médio		

PDS-VP

Programa de Desenvolvimento Social
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
2. Aprimorar o atendimento à saúde	2.4 Acompanhar e ampliar políticas de cuidado à gravidez e primeiros anos de vida	Promover ações de cuidado a relevância de acompanhamentos pré-natal e puerpério, tanto no acompanhamento da gestante e nos primeiros meses de vida da criança.	Curto	Liderança: SES	
		Melhorar a atenção obstétrica para saúde reprodutiva, no planejamento reprodutivo e na atenção ao abortamento.	Médio	Liderança: SES	
3. Fortalecer a capacidade da gestão pública local	3.1 Elaborar Planos Locais e Gestão municipal focados na adaptação e resiliência para o desenvolvimento sustentável	Promover trocas de experiências e práticas entre gestores locais do Vale Histórico e do Vale da Fé, e mais além, entre os municípios mais desenvolvidos para com os menos desenvolvidos.	Curto	Liderança: SDR, Agemvale e Amvale - Prefeituras Municipais - Organizações da sociedade civil	
		Oferecer informação e engajamento aos gestores locais no aprofundamento do tema de Cidades Sustentáveis, considerando a tecnologia, a inovação e a pesquisa como base para redução das desigualdades.	Médio		

PDS-VP

Programa de Desenvolvimento Social
do Vale do Paraíba – Vale Histórico e Vale da Fé

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	Transversalidade
3. Fortalecer a capacidade da gestão pública local	3.1 Elaborar Planos Locais e Gestão municipal focados na adaptação e resiliência para o desenvolvimento sustentável	Incentivar a premiação e reconhecimento aos gestores públicos locais que inovam na perspectiva do desenvolvimento sustentável.	Médio	Liderança: SDR, Agemvale e Amvale - Prefeituras Municipais - Organizações da sociedade civil	
	3.2 Renovar a capacidade de gestão pública dos municípios	Investir na formação orientada à desenvolvimento de capacidade de investimento dos municípios.	Médio	Liderança: Agemvale e Amvale Prefeituras Municipais	
		Realizar a escuta das principais necessidades formativas nos territórios na temática de capacidade de gestão.	Longo		
	3.3. Identificar estratégias para o equilíbrio fiscal	Dar visibilidade ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) aos municípios.	Curto	Liderança: SDR, Agemvale e Amvale - Prefeituras Municipais - Ministério Público - Tribunal de Contas do Estado	
		Realizar campanhas de incentivo à participação no PEF aos municípios que estão com a sua conta em desequilíbrio.	Médio		



06.

Gestão e
Governança do
PADES-VP: Pensando
as Diversidades
dos Territórios
do Vale Histórico
e do Vale da Fé

Para que o desenvolvimento sustentável previsto no PADES-VP seja implementado, faz-se necessária a mobilização dos diversos atores existentes reconhecendo seus valores, sentimentos, desejos e vontades. Requer atividades de sensibilização, articulação, acompanhamento e avaliação permanentes do processo buscando a criação de uma coesão territorial. É necessária a pactuação coletiva para promover um desenvolvimento social, econômico e sustentável com justiça e equidade para os moradores dessas duas sub-regiões – Vale Histórico e Vale da Fé – que ajudam a compor o Vale do Paraíba.

Na etapa de implementação do Plano, ou seja, colocar o que foi formulado em ação, podem aparecer desafios e conflitos, pois cada ator do território – equipes dos governos federal, estadual, municipal, movimentos, organizações da sociedade civil, cidadãos, empresários – pode enxergar um caminho próprio para alcançar um determinado objetivo. Nem sempre haverá consensos sobre as alternativas a serem adotadas e pactuações serão necessárias na sua implementação.

As oficinas e fóruns realizados destacaram a importância do trabalho intergovernamental, interinstitucional e também intersetorial, com destaque ao trabalho articulado entre as Secretarias de Estado para a promoção do desenvolvimento econômico e sustentável das sub-regiões. Esta atuação exige uma mudança de cultura institucional das diversas Secretarias bem como a identificação de um modelo de coordenação, pelo Governo do Estado de São Paulo, do PADES-VP, que considere as visões dos diversos atores sociais com interesses às vezes difusos, mas com sinergias que devem ser potencializadas.

As estratégias de governança do PADES-VP são parte indissociável de sua capacidade de implementação e é aqui indicada com o objetivo de servir como norte para o desenvolvimento regional, de forma prática. Entende-se governança como o arranjo a ser constituído entre as diversas entidades presentes no território para que o Plano possa ser implementado.

A literatura de Administração Pública costuma compreender que a governança para gestão de projetos no setor público deve englobar os três setores: Estado, mercado e sociedade civil. Parte-se da premissa de que o Estado não é capaz de, sozinho, solucionar todos os problemas existentes na sociedade e que se as estratégias forem executadas conjuntamente, as soluções podem ser otimizadas.

A institucionalização da governança do PADES-VP requer a criação de uma “estrutura (administrativa, política, econômica, social, ambiental, legal e outras) posta em prática para garantir que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados” (BRASIL, 2014, p. 17).

Conforme estabelecido no Decreto Federal nº 9.203/2017, que dispõe sobre política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a governança pública é o “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (BRASIL, 2017).

Uma boa governança pública precisa gerar confiança nas instituições, sentimento de pertencimento e um conjunto de instrumentos que alinhem as ações previstas no Plano ao interesse público. É necessário criar um sistema que seja claro sobre as responsabilidades da coordenação e da articulação das diversas ações previstas. Esse sistema deve buscar fornecer benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos; garantir que a coordenação seja responsável para com os cidadãos; apresentar os produtos e serviços que serão prestados para cidadãos e usuários, e manter o foco nesse propósito; ser transparente, mantendo a sociedade informada sobre as decisões tomadas e dos riscos envolvidos; possuir e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisão; dialogar com a sociedade e prestar contas das ações desenvolvidas; garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos; promover o desenvolvimento das lideranças e das equipes implementadoras; definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder e de autoridade; institucionalizar estruturas adequadas de governança; selecionar a coordenação a partir de suas competências abrangendo conhecimento, habilidades e atitudes; avaliar o desempenho e a conformidade do Plano; utilizar-se de controles internos para manter os riscos em níveis adequados e aceitáveis; controlar o uso dos recursos de forma responsável; e prover aos cidadãos dados e informações de qualidade (confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis) (BRASIL, 2014).

São entendidos como princípios da governança: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade, melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência (BRASIL, 2018).

Recomenda-se que na governança pensada para o PADES-VP esteja prevista a coordenação e a cooperação: a) interfederativa (entre as três esferas de governo); b) interinstitucional (envolvendo as diversas instituições com atuação no Vale Histórico e Vale da Fé); e c) com a sociedade civil organizada ou não.

Como o Plano prevê a implementação de diversas políticas públicas, requer a articulação e mobilização de diversos atores: a) públicos, integrados pelos Governos Municipais e suas formas de organizações, notadamente os consórcios intermunicipais (como a Associação de Municípios do Vale do Paraíba – AMVale e o Consórcio Intermunicipal do Vale Histórico, por exemplo); b) Governo Estadual e suas Secretarias, Autarquias, Fundações, Empresas e a AgemVale; c) Instituições de Ensino Técnico e Superior (públicas e privadas) e Centros de Pesquisa e Inovação; d) Organizações Empresariais, as privadas existentes na região e as que

integram o “Sistema S”; e) Organizações da sociedade civil, especialmente as que desenvolvem ações ambientais e de economia solidária; e f) outros setores não mencionados, como coletivos, pesquisadores e cidadãos que participaram da formulação do PADES-VP, mas não são institucionalizados. Todos os atores precisam ser mobilizados para garantir a implementação dos projetos concebidos no Plano.

Os mecanismos de governança deverão considerar ainda a diversidade dos territórios existentes. O Vale Histórico e o Vale da Fé têm especificidades e atores que atuam nas duas microrregiões e outros que são específicos de cada uma.

O conhecimento, o domínio e a compreensão sobre as duas sub-regiões do Vale do Paraíba envolvem, ainda, pactuações para a consolidação da sua abrangência. O Vale Histórico e o Vale da Fé possuem diferenciações e similaridades que o Plano deve respeitar. As divisões regionais adotadas pelas políticas públicas estaduais e federais são distintas e muitas vezes transcendem o território abrangido pelos 17 municípios do Plano.

No processo de governança do PADES-VP, a apropriação desse território deveria ser comum para atores das três esferas de governo, às instituições empresariais, às organizações da sociedade civil e para os cidadãos. Esta concepção coletiva requer um esforço intergovernamental especialmente da esfera estadual responsável pelo planejamento regional e a articulação entre os seus órgãos. É um desafio que as diversas Secretarias (Saúde, Educação, Assistência, Segurança Pública, Agricultura e demais) adotem os mesmos contornos para o planejamento e execução das ações e projetos e participem articulando os diversos projetos que são inter-setoriais ou transversais. O Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA poderiam ser organizados buscando ganhos de escala e cooperação entre os envolvidos.

O PADES-VP deve se incorporar ao Programa Estadual “Viva o Vale”, fazendo-se necessária uma coordenação e a criação de um espaço de governança que atenda as especificidades das duas microrregiões abrangidas.

O PADES-VP tem quatro eixos de atuação: a) indústria, comércio e serviços; b) produção rural; c) turismo e d) desenvolvimento social. Entretanto, para a promoção do desenvolvimento da região é necessária a incorporação das demais políticas públicas que atuam no território.

Neste sentido, o Plano deve organizar uma coordenação, representada pelo Governo Estadual, para garantir os alinhamentos entre as várias políticas públicas, gerar cooperações interfederativa e interinstitucional para o projeto, superar fragmentação e sobreposição de ações; ampliar coerência entre atores e estratégias, minimizar conflitos, ampliar a eficiência dos recursos empregados e uniformidade no que se refere aos direitos dos cidadãos (PETERS, 2015). Devem ser criadas estruturas de coordenação para promover a interação entre os órgãos governamentais e os demais atores (quadro de profissionais, regras, procedimentos e fluxos, grupos de trabalhos, fóruns ou outras instâncias decisórias). Deve ainda fornecer ferramentas (planejamento, planos de ação, orçamentos, contratos, estatutos e regulamentações) e estruturar estratégias para a viabilização do Plano e formação de coalizões políticas (JACCOUD, 2020).

Neste sentido, é recomendável que na modelação sejam adotados os elementos:

- ▶ **Coordenação Política Estadual:** deve estabelecer diretrizes para as várias políticas públicas que atuam no Vale do Paraíba, de modo a organizar as alocações de recursos financeiros, de capital, infraestruturas, gestão de pessoas e tecnológicos, bem como promover as sinergias dos projetos e programas na direção do desenvolvimento do Vale Histórico e Vale da Fé e conectá-los às diretrizes do Programa de Governo;
- ▶ **Coordenação Técnica Estadual do PADES-VP:** deve articular os recursos dos diversos programas, projetos e serviços estaduais em curso no Vale Histórico e Vale da Fé, de modo a organizar as sinergias dos mesmos em direção ao desenvolvimento, potencializando os eixos do PADES-VP com as diversas agências estaduais (unidades regionais das Secretarias Estaduais, agências, fundações, autarquias, escolas e universidades, etc.), prefeitos, atores empresariais, do sistema “S” e da sociedade civil. Faz o alinhamento técnico e estabelece as propostas de ações com as diversas Secretarias e Órgãos como Comitê de Bacia Hidrográfica, Desenvolve SP, Investe SP, Sutaco, Fundação Florestal, Cetesb, entre outras. Os quatro eixos do PADES serão coordenados pelas Secretarias Estaduais afins, que deverão articular os programas e projetos com as demais secretarias e o Governo Federal, sob a coordenação técnica do PADES-VP;
- ▶ **Grupo focal de representantes das Secretarias:** composto por um representante de cada Secretaria Estadual ou outro Órgão Estadual que desenvolverá programas, projetos, serviços ou ações previstas no PADES-VP. É responsável por fazer a ponte entre as demandas do PADES-VP com cada Secretaria ou Órgão apoiador, agilizando a sua implementação, acompanhando e avaliando os resultados permanentemente;
- ▶ **Responsável Regional pela execução do PADES-VP das atividades no Vale Histórico e Vale da Fé:** articula as instâncias e os recursos regionais já existentes, sem que seja criada uma nova instância. Terá o papel central de acompanhar a execução dos projetos previstos no PADES-VP bem como prospectar novas ações e projetos a serem realizados. Será o elemento central para viabilizar a operacionalização da estratégia de governança, assegurando uniformidade e articulação territorial com os atores locais responsáveis pela implementação do Plano;
- ▶ **Fóruns regionais permanentes:** visam assegurar assento e ampliação de instâncias de concertação com representação dos diversos atores com atuação na região, apoiando a formulação do PADES-VP, acompanhando-o e avaliando-o periodicamente. Será composto por:
 - *Representantes das organizações da sociedade civil (Associação da Região Turística da Fé, Suinã Instituto Socioambiental, Amavap, entre outras);*

- *Representantes de segmentos empresariais com destaque ao turismo (Sistema “S”, Cooperativas Empresariais, sindicatos rurais, Associações Comerciais, representantes das cadeias produtivas, empresas de turismo, agências receptivas e operadoras de turismo, representantes do comércio e de outros serviços, hotéis, representantes da Rota São Miguel, Diretoria Executiva da RT da Fé, associações de guias, restaurantes, etc.);*
 - *Representantes das Instituições de Ensino Médio Técnico e do Ensino Superior;*
 - *Representações das Secretarias Estaduais, da AgemVale (com o Conselho de Desenvolvimento e suas Câmaras Temáticas) e instituições estaduais (Investe SP, Banco do Povo, Desenvolve SP, Fundação Florestal, Comitê de Bacias Hidrográficas, etc.);*
 - *Representantes das Prefeituras Municipais de suas respectivas políticas públicas;*
 - *Representantes dos Consórcios Intermunicipais (AMVale, Consórcio Intermunicipal Vale Histórico);*
 - *Representantes dos conselhos com destaques àqueles dos eixos prioritários do PADES-VP (Conselho de turismo, de desenvolvimento, de agricultura, educação, saúde, assistência social, entre outros);*
 - *Representantes das Câmaras Municipais;*
 - *Representantes da economia solidária (associações de artesãos, de produtores de alimentos, da agricultura familiar, de pequenos produtores rurais, guias, rede de produtores agroecológicos, cooperativas, etc.);*
 - *Outros segmentos (Grupos de jovens, lideranças comunitárias, Associação GuaraBikers de Ciclismo e Esportes de Aventura, etc.); e*
 - *Representantes de classe (OAB, CREA, CRC, etc.).*
- **Interlocutores responsáveis pelos dois territórios do Vale do Paraíba:** para assegurar a diversidade regional existente, propõe-se que um prefeito de cada território (Vale Histórico e Vale da Fé), seja o responsável pela articulação, mobilização dos atores e pelo acompanhamento e garantia de transparência das ações do PADES-VP. A pactuação entre os agentes políticos poderia ser promovida por meio da AMVale, do Consórcio Intermunicipal do Vale Histórico e também da AgemVale, garantindo a visão regional do Vale do Paraíba, mas com as especificidades do Vale Histórico e Vale da Fé, respectivamente. Outras lideranças das duas microrregiões poderiam assumir este papel, acordado com os respectivos prefeitos.

A Coordenação Técnica Estadual do PADES-VP e Coordenação Política Estadual do PADES-VP podem promover parcerias com os Consórcios Intermunicipais e a AgemVale, com objetivo de incorporar suas capacidades na articulação e representatividade regional no espaço da governança do PADES-VP. Observa-se a necessidade de um plano de comunicação que envolva os atores locais desde o lançamento do PADES-VP, bem como em cada fase de implementação dos projetos, programas e ações. Este processo de promover o pertencimento dos atores deve ser uma prioridade da coordenação técnica e política do plano. Estratégias de comunicação específicas para as duas microrregiões devem ser pensadas em função da baixa conectividade existente no Vale Histórico e Vale da Fé.

Como as divisões pelas Secretarias Estaduais não são coincidentes, seria pertinente que a Coordenação Política do PADES-VP articulasse esforços no alinhamento prévio relativo às estratégias na implantação e acompanhamento dos diversos projetos.

As atividades de acompanhamento dos projetos devem ser desempenhadas pela Coordenação Técnica Estadual do PADES-VP. Recomenda-se que estas atividades sejam realizadas em conjunto com Grupo focal de representantes das Secretarias e Responsável Regional pela execução do PADES-VP.

Para tal, há necessidade de preparar as equipes para o exercício das funções, com estrutura física (equipamentos e materiais), recursos financeiros e tecnológicos, entre outros.

Para o monitoramento é necessário definir indicadores que nortearão os trabalhos, as atividades-chave, responsáveis, pontos de atenção em cada projeto. Esses servirão para construção do marco zero do Plano, o seu desenvolvimento e os resultados alcançados após a implementação do PADES-VP. A ausência de pactuação no início de cada Projeto poderá representar problemas para o futuro.

Com acompanhamento e registros dos indicadores previamente pactuados, reunidos em relatórios, será possível avaliar os resultados e o desempenho de cada projeto. Finalmente, os resultados deverão ser amplamente publicizados para todos os envolvidos e em particular para a sociedade local, regional e estadual. O prazo de acompanhamento sistemático será anual.



07.

Considerações
Finais

A pesar da localização estratégica, entre as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, as sub-regiões do Vale do Paraíba conhecidas como Vale Histórico e Vale da Fé ainda apresentam indicadores econômicos e sociais abaixo da média do Estado de São Paulo

O PADES-VP foi elaborado para incrementar esses indicadores, buscando a melhoria da qualidade de vida da região, com ampliação dos empregos e renda. Para isso, projeta um conjunto de políticas e ações para gerar um novo ciclo de dinamização econômica, baseado na inclusão social, em processos inovativos, na redução das desigualdades intrarregionais e na valorização dos ativos ambientais.

Os quatro programas delineados para os vetores dinamizados (indústria, comércio e serviços; produção rural; turismo e desenvolvimento social), além das ações transversais, estabelecem um conjunto de iniciativas que, ao mesmo tempo, orientam para a dinamização econômica e buscam promover à melhoria da qualidade de vida. Tudo isso levando-se em conta a valorização da riqueza ambiental, como forma de melhorar as condições de seus recursos naturais, para a garantia da preservação dos ecossistemas, o acolhimento mais satisfatório de sua população atual e das futuras gerações e gerar um ambiente que propicie a expansão da atividade econômica e seja atrativo a novos investimentos.

A elaboração de um plano de desenvolvimento regional almeja não apenas identificar as demandas e oportunidades mais relevantes economicamente para o território, mas também buscar o engajamento do conjunto de instituições que atuam e dos atores que vivem na região. O sentimento de pertencimento na elaboração do plano é fundamental para que as propostas de ações possam ser pactuadas e implementadas de forma exitosa. O processo participativo foi fundamental na elaboração desse Plano, permitindo escutar as necessidades daqueles que vivem e trabalham na região. As oficinas e os fóruns permitiram a interação de gestores públicos, representantes empresariais, da academia e da sociedade civil, que além de possibilitar a troca de informações, também disseminaram seus conhecimentos.

Uma vez elaborado o PADES-VP, o êxito de sua execução dependerá da sua coordenação, sendo imperativa uma governança com representações das diversas esferas de governo, do setor empresarial e da sociedade civil, conforme sugerido no próprio plano.

Espera-se que, com as ações aqui propostas, a região possa se desenvolver, econômica e socialmente, trazendo uma melhoria significativa na qualidade de vida de seus habitantes.

Bibliografia

ANDRADE A., BARGOS D. C., FIALHO T. M., CRISTOFARO S. . Desafios da cadeia da restauração florestal no Vale do Paraíba Paulista. Sociedade e Natureza, vol. 30, núm. 3 pp. 257-277, 2018.

ASSUMPÇÃO, R. V.; O Vale do Paraíba: um território sempre a explorar - Resenha do livro “O Vale do Paraíba e a arquitetura do café de Augusto da Silva Telles”. 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.087/3046>. Acesso em: janeiro 2022.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Guia da política de governança pública. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. Decreto Federal 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Portal da legislação – governo federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2ª ed., 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf . Acesso em: 22 março 2022.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: novembro 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Cadastur. Disponível em:<<https://cadastur.turismo.gov.br/>>. Acesso em: dezembro 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. DOU de 20.5.2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2013/portaria-n-105-de-16-de-maio-de-2013>>. Acesso em: dezembro 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança - aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Brasília, 2014.

CABANAS, A., & RICCI, F.; Turismo em necrópole: Novos caminhos culturais a serem explorados no Vale do Paraíba Paulista. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 10, nº 03. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/771/626>. Acesso em: janeiro 2022.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Menos governo e mais governança? Repensando a lógica da ação estatal. Anais... 6º Encontro da ABCP – 29 de julho a 01 de agosto de 2008. UNICAMP – Campinas/SP

CHAGAS, R. L. C. P.; Prognóstico do consumo de energia elétrica nos sistemas urbanos de abastecimento de água em pequenos e médios municípios da região paulista do vale do rio Paraíba do Sul. 2004. 131 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/99339>>. Acesso em: dezembro 2021.

CONDEPHAAT - CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Bens Tombados. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>>. Acesso em: dezembro 2021.

CONSORCIO PLANSA. Relatório 5b - Plano Regional Integrado de Saneamento Básico para as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Serra da Mantiqueira, Paraíba do Sul e Litoral Norte – UGRHIS 1,2 e 3. Disponível em: <https://www.piquete.sp.gov.br/arquivos/0872_rt_12_s_0006_02_prsb_ugrhi_2_paraiba_sul_16035828.pdf>. Acesso em: novembro 2021.

DANTAS M. E. e COELHO NETTO A. L.. A denudação antropogênica da paisagem: processos erosivos deposicionais no médio Vale do Rio Paraíba do Sul. In: Geografia Histórica do Café. Organizadores: Rogério Ribeiro de Oliveira e Adi Estela Lazo Ruiz. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.

DATAGEO – Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo – IDEA-SP. Disponível em: <https://datageo.ambiente.sp.gov.br/> Acesso em: junho de 2021.

DESENVOLVE SP. Mapa da Economia Paulista – Região Administrativa de São José dos Campos. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomia paulista/ra/sao-jose-dos-campos/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

DEVIDE A. C. P., CASTRO C. M., RIBEIRO R. L. D., ABOUD A. C. S., PEREIRA M. G. e RUMJANECK N. G.. História Ambiental do Vale do Paraíba Paulista, Brasil. Revista Biociências, Taubaté, v. 20, n.1, p. 12-29, 2014.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Diagnóstico Região Metropolitana do Vale Do Paraíba e Litoral Norte P7. São Paulo: 2021.

FUNDAÇÃO COPPETEC/AGEVAP. Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul - Resumo / Diagnóstico dos Recursos Hídricos Relatório Final. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/downloads/PSR-010-R0.pdf>>. Acesso em: novembro 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. Informações dos Municípios Paulistas: IMP. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/> Acesso em: junho de 2021.

GOMES, C; RESCHILIAN, P. R; UEHARA. A. Y. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e litoral norte: marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana no Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. In: Revista Brasileira de Gestão Urbana, São José dos Campos, 10 (1), Jan-Apr 2018. Acessado em 27 de jan. de 2022

GOVERNO de SP lança programa de desenvolvimento Viva o Vale no Vale do Paraíba. Portal do Governo, São Paulo, 22 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/governo-de-sp-lanca-programa-de-desenvolvimento-viva-o-vale-no-vale-do-parai-ba/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte: Relatório de Pesquisa. Brasília: 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/210114_relatorio_de_pesquisa_pgmb_rm_vpln_complemento_a.pdf. Acesso em: dezembro 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões. Março/2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf>. Acesso em março/2022.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Bens Tombados. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: dezembro 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio Arqueológico. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>>. Acesso em: dezembro 2021.

IPT - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para a Região Administrativa de São José dos Campos - 2º Relatório Parcial. São Paulo: IPT, 2022. (Relatório Técnico nº 165162-205).

IPT - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para a Região Administrativa de São José dos Campos - 3º Relatório Parcial. São Paulo: IPT, 2022. (Relatório Técnico nº 165598-205).

IPT - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para a Região Administrativa de São José dos Campos - Relatório Final. São Paulo: IPT, 2022. (Relatório Técnico nº 167030-205).

IPT. Ordenamento Territorial Geomineiro. Área: Região Metropolitana do Vale do Paraíba Etapa 1: Bases Preliminares. (Rel. Téc. 142519-205). São Paulo: IPT, 2015, 236 p.

ITESP - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS. Comunidades Remanescentes de Quilombos. Disponível em: <http://201.55.33.20/?page_id=3483>. Acesso em: fevereiro 2022.

JACCOUD, Luciana (org.). Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras. Brasília: IPEA, 2020.

MAPBIOMAS. Mapas de cobertura e uso do solo. Coleção 6. (1985-2020). Projeto Mapbiomas. 2021. Disponível em: <https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1?cama_set_language=pt-BR> Acesso em novembro de 2021.

NEVES O. M.S., CARIELLO F., RODRIGUEZ D. A., REZENDE F. S.. Impacts in regional socioeconomic structure due to forestry in Paraíba Valley – use remoting sense. Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá v. 36, n. 2, p. 121-133, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html> . Acesso em: 09 março 2022.

RICCI, F. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba Paulista. Revista HEERA, v. 1, n. 1, jul./dez. 2006, pp 21-34. Disponível em: < <https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo02.pdf> >. Acesso em dezembro 2021.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. Projeto LUPA 2016/2017: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2019. Disponível em: <<https://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/>>. Acesso em: março 2022.

SÃO PAULO. PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba. SDE/Fipe. Disponível em: <<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>> Acesso em: junho de 2022.

São Paulo/SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. Região Metropolitana da Vale do Paraíba e Litoral Norte: caderno de Insumos para estimular o debate. São Paulo: SDR/FIPE, 2022. Disponível em: <<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>> Acesso em janeiro de 2022.

São Paulo/SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. Panorama Região Metropolitana da Vale do Paraíba e Litoral Norte (p5). São Paulo: SDR/FIPE, 2022. Disponível em: <<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>> Acesso em janeiro de 2022.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. “Viva o Vale” é o novo Programa de desenvolvimento do Vale do Paraíba do Governo do Estado. Disponível em: <https://www.sdr.sp.gov.br/viva-o-vale-e-o-novo-programa-de-desenvolvimento-do-vale-do-paraiba-do-governo-do-estado/>. Acesso em: 26 dez. 2021.

SILVA R. F. B., RODRIGUES M. D. A., VIEIRA S. A., BATISTELLA M. e FARINACI J.. Perspectives for environmental conservation and ecosystem services on coupled rural-urban systems. Perspectives in ecology and conservation 15 (2017) 74-81.

SMA. Oportunidades para restauração de paisagens e florestas na porção paulista do Vale do Paraíba: Plano de Desenvolvimento Florestal Territorial para a porção paulista do Vale do Paraíba. Coordenação geral Aurélio Padovezi. – 1. ed. – Porto Alegre :Ideograf, 2018.132p.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: Uma revisão conceitual. Revista do Serviço Público, v. 70, n. 4, p. 519-550, out./dez. 2019. Disponível em <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3089/2325>. Acesso em: 03 jun. de 2022.

VIEIRA, E. T., & SANTOS, M. J. (2012). Industrialização e desenvolvimento regional: política do CODIVAP no Vale do Paraíba na década de 1970. DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate, v. 2 n. 2, 2012, pp. 161–181. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/265/296>>. Acesso em dezembro 2021.

VIEIRA, E. T., & SANTOS, M. J. dos. (2017). As ferramentas quantitativas e qualitativas na análise histórica do desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba de 1970-2000. Diálogos, v. 17 n. 1, 2013, pp. 279-307. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36044>>. Acesso em dezembro 2021.

WRI Brasil. Annual Report. 31p. 2018



Secretaria de Desenvolvimento Econômico